

configurações

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ISSN 1646-5075 | E-ISSN 2182-7419

N.º 31 | JUNHO 2023

**VÍRUS,
ALGORITMOS
E O ESTADO**

Título: CONFIGURAÇÕES N.º 31 | Junho de 2023

Diretora: Ana Maria Brandão (ICS-UM)

Conselho Consultivo: Ana Nunes de Almeida (ULisboa), António Colomer (UPV), António Lucas Marín (UCM), Carlos Alberto da Silva (UÉvora), Claude-Michel Loriaux (UCLouvain), Daniel Bertaux (CNRS Paris), Elísio Estanque (UC), François Dubet (UBordeaux), Ilona Kovács (UTL), João Arriscado Nunes (UC), João Teixeira Lopes (UP), John Law (Lancaster University), José Bragança de Miranda (UNL), José Carlos Venâncio (UBI), José Madureira Pinto (UP), José Manuel Sobral (ULisboa), José Maria Carvalho Ferreira (UTL), Loïc Wacquant (UC Berkeley), Luís Baptista (UNL), Maria Beatriz Rocha-Trindade (UAb), Manuel Villaverde Cabral (ULisboa), Manuela Ribeiro (UTAD), Michel Maffesoli (Université Paris-Sorbonne), Ramón Máiz (USC), Raymond Massé (ULaval) Renato Lessa (PUC-Rio), Veit Bader (UvA).

Conselho Científico: Ana Maria Brandão (ICS-UM), Ana Maria Soares (EEG-UM), Ana Paula Ferreira (EEG-UM), Ana Paula Marques (ICS-UM), Ana Veloso (EPsi-UM), Antónia do Carmo Anjinho Barriga (UBI), António Maria Ferreira Cardoso (IPVC), Beatriz Casais (EEG-UM), Carolina Machado (EEG-UM), Daniel Seabra (UFP), Domingos Fernando da Cunha Santos (IPCB), Elisabete Sampaio de Sá (EEG-UM), Emília Fernandes (EEG-UM), Fernando Bessa Ribeiro (ICS-UM), Gina Gaio (EEG-UM), Iris Barbosa (EEG-UM), Isabel Silva (EPsi-UM), João Manuel da Silva Carvalho (UPT), João Ribeiro (EEG-UM), Joel Augusto Barbosa de Almeida Felizes (ICS-UM), Joaquim Silva (EEG-UM), José Manuel Lopes Cordeiro (professor aposentado, ICS-UM), Manuel Carlos Ferreira da Silva (professor aposentado, ICS-UM), Manuela Ivone Paredes Pereira da Cunha (ICS-UM), Maria Cristina Moreira (EEG-UM), Maria de Fátima Silva Vieira Martins (ESE-UM), Maria João Leitão Simões Areias Pereira (UBI), Maria Johanna Christina Schouten (professora aposentada, UBI), Pedro Melo (IPCA), Regina Leite (EEG-UM), Rodrigo da Costa Dominguez (ICS-UM), Sílvia Andreia da Mota Gomes (SSS-NTU), Teresa Maria de Sousa Araújo Pereira Mora (ICS-UM), Vera Mónica da Silva Duarte (ISMAI).

Edição: Rafaela Ribeiro (cics@ics.uminho.pt | configuracoes_cics@ics.uminho.pt)

Coordenação deste número: Fernando Bessa Ribeiro (ICS-UM) e Alipio De Sousa Filho (IH-UFRN)

Revisão linguística deste número: Margarida Baldaia

Propriedade, redação e administração: Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho), 4710-057 Braga, Portugal. Telef.: 253 601 752. Fax: 253 604 696. Sítio: <https://www.cics.nova.fcsh.unl.pt/polos/cics-nova-uminho> e <http://cics.uminho.pt/?lang=pt>

Normas para apresentação de artigos: Os textos originais propostos para publicação devem seguir as normas sugeridas no sítio da *Configurações: Revista de Ciências Sociais* (<https://journals.openedition.org/configuracoes/>).

Avaliação de artigos: Os artigos propostos são submetidos a parecer de especialistas das áreas respetivas, em regime de duplo anonimato. A listagem de avaliadores é publicada cumulativamente a cada dois anos. A decisão final relativamente à publicação dos artigos candidatados cabe à equipa coordenadora de cada número e, em última instância, ao Conselho de Redação da revista. Os textos podem ser publicados em português, espanhol, francês e inglês.

Apoios: Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa | This work is financed by national funds through FCT - Foundation for Science and Technology, I.P., within the scope of the project «UIDB/04647/2020» of CICS.NOVA – Interdisciplinary Centre of Social Sciences of Universidade Nova de Lisboa

Edição: *Configurações: Revista de Ciências Sociais* é editada semestralmente (2 números/ano) pelo Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho)

Capa: Furtacores design | **Fotografia da capa:** Abigail Ascenso

ISSN: 1646-5075 | **e-ISSN:** 2182-7419

Depósito legal N.º: 246289/06

ÍNDICE | N.º 31 - “Vírus, Algoritmos e o Estado”

Texto introdutório ao número temático “Vírus, Algoritmos e o Estado” Fernando Bessa Ribeiro Alípio De Sousa Filho	7
Lugares (ausentes) de literacia mediática e digital Antónia do Carmo Barriga	19
Vírus da Covid-19, impactos sociais e Estado: o Brasil como caso extremo de abandono e necropolítica Manuel Carlos Silva	39
A Covid-19 no Brasil: biopolítica, estado de exceção e <i>fake news</i> no discurso do Presidente da República Jair Bolsonaro Patrick Alexander Bastos Santos	61
Capitalismo e oportunidade Clayton Emanuel Rodrigues Cleildes Marques de Santana	87
Sobre la relación entre sociedad, desviación social y Estado: notas para un abordaje interpelante Ivonaldo Leite	105

Recensões/ Recensions

KRÄTKE, Michael – <i>Friedrich Engels – O burguês que inventou o marxismo</i> . Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2022. ISBN 9789897558290. Josimar de Aparecido Vieira	125
ESTIVILL, Jordi; BALSÀ, Casimiro (Orgs.) – <i>Economia local, comunitária e solidária: o desenvolvimento visto de baixo</i> . Famalicão: Húmus, 2022. ISBN 9789897558061. Fernando Bessa Ribeiro	131

VÁRIA | JUN 2023

A realidade específica do social: breve análise sobre algumas afinidades teóricas entre Émile Durkheim e Niklas Luhmann Emerson R. C. Palmieri	137
---	-----

Recensões/ Recensions

SILVA, Manuel Carlos; BAPTISTA, Luís Vicente; RIBEIRO, Fernando Bessa; FELIZES, Joel; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales (orgs.) – <i>Espaço Urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito</i> . Famalicão: Húmus, 2020. ISBN 9789897555572. João Sarmento	157
---	-----

Texto Introdutório ao número temático “Vírus, algoritmos e o Estado”

FERNANDO BESSA RIBEIRO*

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (ICS-UM)

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho)

ALIPIO DE SOUSA FILHO**

Instituto Humanitas de Estudos Integrados da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (IH-UFRN)

No último dia de 2019 o escritório em Pequim da Organização Mundial da Saúde foi informado pelas autoridades chinesas da existência de uma pneumonia de etiologia desconhecida que afetava residentes em Wuhan. Rapidamente se percebeu que estávamos perante um vírus que, propagando-se à velocidade dos aviões que cruzam os céus do planeta, se transformaria numa nova pandemia. Por causa de um agente patogénico, fomos confrontados com uma ameaça que se generalizou e foi ceifando vidas, entretanto de modo menos intenso, à medida que se transformava em mais uma infeção viral cuja letalidade está agora largamente controlada pela vacinação. Embora não sendo o vírus um mensageiro de algum castigo imposto à humanidade (De Sousa Filho, 2020), a epidemia confronta as nossas sociedades hipertecnológicas com o facto, sistematicamente obnubilado, de não estarmos fora da natureza. Assim, as nossas vidas são condicionadas e até eliminadas por ela; logo, não podem ser pensadas ignorando a, nem tão pouco as respostas dadas pelas políticas públicas a devem menosprezar.

A pandemia alertou-nos para a força do poder do Estado e dos seus dispositivos. Expondo a imensa fragilidade da tese da debilitação progressiva do Estado produzida pelas dinâmicas da globalização e das

* E-mail: fbessa@ics.uminho.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7431-8562>

** E-mail: alipio.sf11@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8126-0362>

inovações tecnocientíficas, tão do agrado dos liberais, a pandemia revelou que em situações de crise, sejam elas de emergência sanitária, guerra ou catástrofe ambiental, é o Estado que detém os recursos para mobilizar e implementar os meios necessários para as enfrentar. Daqui decorre que não existe qualquer fatalismo nas escolhas políticas que se fazem; quer dizer, se tudo é construído, tudo pode ser revogado (De Sousa Filho, 2017). No campo económico, como demonstrou Polanyi (1944) no seu texto seminal sobre as origens do capitalismo, foi o Estado que organizou e protege o mercado, isto é, a instituição que aos olhos do senso comum e dos economistas liberais lhe parece mais exterior. Sendo o Estado também o responsável pela sua própria retirada do campo económico, ele continua a manter e até a ampliar recursos e instrumentos de controlo que convocam Giorgio Agamben e o seu conhecido conceito de estado de exceção, conceito aliás discutido por Walter Benjamin em *Zur Kritik der Gewalt*, de 1921. Referência incontornável do marxismo weberiano (cf. Löwy, 2014), Benjamin (1921), discutindo a capacidade do Estado de decidir sobre a vida e a morte dos indivíduos, sublinha que tal só é possível devido à prerrogativa, nunca alienada, de suspender as leis em situações de emergência, pelo que o estado de exceção só pode ser entendido como uma expressão da violência estatal que se materializa através da suspensão da lei em nome da manutenção da ordem. Sendo questão que interessou a muitos intelectuais europeus nos anos 20 e 30 do século passado, então marcados pela ascensão dos fascismos, fracassadas as tentativas revolucionárias socialistas, nomeadamente na Alemanha e na Hungria, entre os conservadores destaca-se Schmitt (2013 [1932]). Figura maior da intelectualidade nazi, argumenta que a soberania do Estado se manifesta na capacidade de decidir sobre a exceção, ou seja, sobre a suspensão das leis em situações de emergência. Recusando a submissão à moral e ao jurídico, o jurista nazi destaca que a decisão sobre a exceção é uma decisão política do poder soberano. Quer isto dizer que, como justamente destacou Poulantzas, em 1970, o fascismo deve ser entendido como uma forma radical de estado de exceção, situado no limite extremo do Estado capitalista, não devendo ser entendido como uma manifestação patológica deste mas antes como consequência das lutas sociais concretas num dado momento histórico. Os exemplos recentes do Brasil e dos Estados Unidos da América (EUA) mostram o acerto da análise do teórico grego¹.

A questão que se coloca é se o estado de exceção se aplica ao presente, em especial às democracias do Norte global. Voltemos a Agamben: o

1 O artigo de Manuel Carlos Silva no presente número temático traz ao debate o caso do golpe político-jurídico que derrubou a presidente Dilma Rousseff. Expressão concreta do fascismo externo, a ação dos magistrados Sérgio Moro e Deltan Dallagnol foi amparada pelo governo norte-americano e suas agências, agindo no Brasil de um modo que não seria possível nos EUA.

estado de exceção não é uma exceção à regra, mas sim a própria forma de governo no presente. Sempre que o poder assim o entende, a lei é suspensa, de modo a que o Estado possa implementar, se necessário sem qualquer forma de deliberação democrática, medidas em prol do que define ser a segurança nacional ou a proteção da ordem pública. Ou mesmo, não suspendendo o direito instituído, pode criar lugares ou zonas onde não é respeitado, colocando os seus agentes e práticas literalmente fora da lei. Como exemplos expressivos, podemos assinalar as prisões de Abu Ghraib, no Iraque, e de Guantánamo, em Cuba, onde as práticas como a detenção sem culpa formal e a tortura, proibidas pelo direito norte americano, foram repetidamente aplicadas. Não podendo ser designado por fascismo, o Estado pode assumir formas externas de fascismo. Seguindo o argumento de Poulantzas (1978 [1975]), tomando como referência o imperialismo norte americano, o Estado pode articular formas de representação democrática interna, ainda que limitadas, com práticas fascistas a nível externo, incluindo assassinatos seletivos, golpes de estado e guerras ilegais.

Aqui chegados, coloca-se a velha mas sempre atual interpelação: como compreender e explicar o que leva cidadãos livres, incluindo progressistas, a consentir a dominação, a manipulação e até a censura, elementos sem as quais as regras do estado de exceção nada valem? Foucault (1975) lembra-nos que o poder não se exerce apenas através da repressão, mas também (e sobretudo) por meio da disciplina e do controlo dos corpos e da vontade. Ou seja, não estamos perante apenas a simples suspensão das leis – que ocorre sempre que tal se justifica –, mas também perante a aplicação de modos complexos e disfarçados de controlo, vigilância e disciplinamento das populações e dos indivíduos. Daí a mobilização de agentes públicos muito diversos, como os jornalistas e comentadores, e a utilização transfigurada de conceitos e palavras. A atual guerra na Ucrânia, para lá da tragédia já produzida e da que nos promete sob a forma do holocausto nuclear, é muito ilustrativa do acerto da análise de Foucault. Começemos pela linguagem: à "operação militar especial", como é designada pela Rússia desde o primeiro momento da invasão do país vizinho, responde a União Europeia (UE) com o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP)², instrumento para mobilizar armas e outros recursos militares para garantir que a guerra continua, indiferente às perdas humanas e à destruição material. Tal obriga a convocar Orwell (2007 [1949]) e o seu famoso *1984*. Lendo a realidade presente utilizando como lentes o seu livro, percebemos que a linguagem funciona como um instrumento de controlo social que conduz, se não formos capazes de nos opor, à opressão e à destruição da liberdade. O escritor anarquista britânico percebeu também o papel cúmplice que o jornalismo

2 Cf. www.consilium.europa.eu/pt/infographics/european-peace-facility/

pode desempenhar, por exemplo, aceitando utilizar eufemismos e outro jargão que mais não fazem do que ocultar a verdade factual e distorcer a realidade. Entre os casos recentes mais deploráveis temos as expressões “guerra humanitária” e “danos colaterais”.

Ao mesmo tempo assistimos ao regresso triunfal do Ocidente, proclamado pelos seus defensores como a referência moral e farol para o mundo. Arrastando os povos para a guerra entre *the West and the Rest*, convocando o subtítulo do discutido livro de Ferguson (2011), tal justifica a defesa implacável do que chamam “valores ocidentais”, indiferente à herança colonial e ao imperialismo, empreendida também por intelectuais e jornalistas “fardados” (cf., entre muitos outros artigos, Applebaum, 2022). Como nos revelam os textos pioneiros de denúncia da colonização da América e da África escritos por Bartolomé de Las Casas (1991 [1552] e 1996 [1553]), trata-se de mobilizar argumentos simplistas e manipuladores, a ideologia na sua mais grotesca expressão, para a defesa da pretensa superioridade dos valores ocidentais, a bem dizer, da sua imaginada universalidade. É esta ideologia que justifica o “contra-ataque” do Ocidente à Rússia, como designou Josef Borrell – atual Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança da União Europeia –, e tenta conquistar a adesão dos povos europeus, cujo contraponto económico é uma crise desastrosa³. Tal merece o apoio da larga maioria dos *media* europeus. “Vanguarda do partido da guerra”, Halimi e Rimbart (2023, p. 26) mostram-nos que os seus agentes, perigosamente mais belicistas do que alguns militares em Portugal⁴, recusam não só qualquer discussão crítica acerca das causas da guerra, como são parte ativa e muito empenhada na sua justificação e continuação, bem como na desqualificação de todos os que se opõem a esta visão unilateral, truncada e perigosa, alimentando um belicismo que pode conduzir ao desastre atómico. Parafaseando Bourdieu, tentando que as suas ideias-força de uma visão do mundo se convertam na visão do mundo, mais não fazem do que nos conduzir no caminho recusado

3 A expressão “contra-ataque” foi utilizada por Borrell no seu discurso ao Parlamento Europeu, no dia 1 de março de 2022, aquando da discussão e aprovação da resolução P9_TA(2022)0052 de condenação da invasão da Ucrânia. Pelo mesmo Borrell, num exercício da mais despidorada arrogância etnocêntrica, fazendo “tábua rasa” do deplorável passado colonial europeu, ficamos a saber que “a Europa é um jardim. Nós construímos um jardim. É a melhor combinação entre liberdade política, prosperidade económica e coesão social. A maioria do resto do mundo é uma selva. E a selva pode invadir o jardim. Os jardineiros precisam de ter cuidado!” (cf. www.eeas.europa.eu/eeas/russian-aggression-against-ukraine-speech-high-representative-vice-president-josep-borrell-ep_en, www.dn.pt/opiniao/e-o-colonialismo-estupidos-15283020.html e www.brasil247.com/mundo/visao-imperialista-maior-parte-do-mundo-e-uma-selva-diz-borrell-comparando-europa-com-jardim).

4 Referimo-nos, entre outros, aos maiores-generais Raul da Cunha e Agostinho Costa e ao coronel Carlos Matos Gomes. Nos seus comentários nas televisões e nos jornais procuram esclarecer, evitando fazer a apologia da guerra e do Ocidente (cf. nomeadamente o artigo de Gomes em <https://convergenciabloco.com/2022/03/03/somos-bielorussos/>).

em 1914 por Karl Kraus, o jornalista e escritor satírico austríaco: “Sempre em frente, rumo à glória, marchamos!” (cf. Bouveresse, 2020).

Tal empurra-nos para outras disposições sempre presentes nas guerras. Uma delas, a mentira, é analisada nalguns dos artigos deste número temático, a outra é a censura. Começemos por esta. Contraditando princípios fundamentais do que chamam “estado de direito” e da liberdade dos indivíduos, em nome dos princípios que dizem defender – a democracia e a liberdade – mais a defesa da sociedade de pretensas manipulações, a Comissão Europeia, com o apoio dos governos e do Parlamento Europeu, aplicou a censura à livre circulação de informação, impedindo o acesso a canais de notícias russos, bem como a sítios de internet. São exemplos o canal de televisão *Russia Today* e o sítio de internet de notícias *Sputnik*⁵. Suscitando interpelações sobre o modo como se exerce o controlo legal, ideológico e sanitário das populações, a censura não é apenas uma restrição inaceitável à liberdade de expressão, é também um mecanismo de controlo ideológico para garantir a aceitação do estado de exceção, suprimindo informações que podem ser consideradas ameaçadoras para o *statu quo*, ainda que realizadas sempre por “bons motivos”, sejam eles a segurança nacional, a defesa da privacidade ou a prevenção da desinformação. Irremediavelmente, a censura indica o pendor crescente do Estado para fazer da exceção a regra, dando assim inquietante pertinência aos argumentos de Agamben (1998 e 2010). Repetindo, o estado de exceção é forma permanente de governo, produzindo a erosão dos direitos civis, em primeiro lugar e antes de tudo, a erosão da liberdade.

Para censurar é necessário instituir um gigantesco sistema de vigilância, suportado por algoritmos sofisticados e servidores potentes, como revelaram Edward Snowden, Julian Assange e Glenn Greenwald. Ou seja, ao contrário do que defendeu Arendt (1951), a manipulação e a censura, bem como a perseguição daqueles que as denunciam, pagando um alto preço, não são exclusivos dos Estados totalitários, estando também presentes nas democracias⁶. Nem tão-pouco o é a mentira. Sendo esta, bem como a censura, duas disposições a que os Estados recorrem, estando presente na diplomacia (cf. Kornblush, 2023), a mentira é parte indispensável do estado

5 Podendo surpreender os menos atentos, no Parlamento Europeu a censura foi aprovada ou consentida, através da abstenção, por parte de alguns deputados da esquerda radical, incluindo os dois eleitos pelo Bloco de Esquerda, José Gusmão e Marisa Matias. Tal opção ficará para a história como um ato de rendição ideológica e moral, por configurar o consentimento em relação à ordem e à agenda do Ocidente. Fazendo tábua rasa do muito que já sabemos, aceitando o maniqueísmo dos “bons” e dos “maus”, estes dois deputados portugueses são objetivamente cúmplices do que foi justamente denunciado por Klaus Kraus nas vésperas da primeira grande carnificina do século XX, participando assim no caminho para a catástrofe geral, aliás já sinalizada de modo muito expressivo por Mearsheimer (2022).

6 Assange está atualmente preso numa cadeia de alta segurança inglesa, em condições de detenção deploráveis, por ação de uma *lawfare*, elemento fundamental do estado de exceção. Edward Snowden e Julian Assange são os exemplos expressivos do modo de atuação dos governos ocidentais, com a ostensiva colaboração de grande parte dos *media*.

de exceção, funcionando como arma política. Quer dizer, como recurso de manipulação pública para justificar escolhas políticas, disseminando informações falsas ou ocultando factos. Depois das “armas de destruição em massa no Iraque”⁷, mentira que justificou a guerra, agora é a destruição dos gasodutos North Stream. Neste caso, a responsabilidade foi prontamente atribuída aos russos, sem provas ou indícios que o pudessem justificar. Logo que se foi percebendo quem foi o responsável pelo ato terrorista, os *media* ocidentais foram perdendo o interesse no assunto, empenhando-se antes em desqualificar o “mensageiro”⁸.

Mentira e *media* produzem uma imensa agitação social e política, que tem nas redes sociais um dos principais palcos. Conhecidas pela expressão *fake news*, os primeiros quatro artigos deste número da revista *Configurações*, três deles sobre o contexto brasileiro, dão particular relevância ao assunto. Numa tradução simples, *fake news* são notícias falsas, quer dizer, notícias que, não cumprindo com a verificação dos factos, são divulgadas com o intuito de manipular os cidadãos. É consensual admitir que a expressão se tornou corrente aquando das eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos da América. Segundo alguns autores (cf. Allcott e Gentzkow, 2019; Bovet e Make, 2019), nessa eleição a quantidade de notícias falsas partilhadas nas redes sociais foi muito elevada, tendo desempenhado um papel relevante na formação da escolha dos eleitores. É importante sublinhar que não estamos perante um fenómeno novo, mas apenas facilitado e ampliado pelas redes sociais. De facto, a fabricação e propagação de notícias falsas tem séculos, senão mesmo milénios. Na Europa medieval os judeus foram repetidamente acusados de envenenar poços de água, já nos anos cinquenta do século XX, nos EUA, os comunistas foram objeto de uma conspiração político-mediática movida por Joseph McCarthy, senador do Partido Republicano.

Mentira, manipulação, biopolítica, Estado e dispositivos de controlo social são tópicos que atravessam os artigos deste número temático, refletindo assim interesses de pesquisa que são também inquietações da cidadania. O primeiro artigo é de Antónia do Carmo Barriga. Focado na literacia mediática e digital, começa por uma análise do desenvolvimento tecnológico na área da comunicação a partir da década de 1970, na qual mostra os impactos produzidos na sociedade, destacando o carácter

7 Os factos são bem conhecidos: o governo norte-americano, com a cumplicidade dos *media*, inventou uma narrativa sobre a existência de armas deste tipo para justificar a guerra. Um dos textos mais relevantes para conhecer esta conspiração é o de Greenwald (2014).

8 O mensageiro é o conhecido jornalista de investigação Seymour Hersh (cf. https://seymourhersh.substack.com/p/how-america-took-out-the-nord-stream?utm_source=substack&utm_campaign=post_embed&utm_medium=web). Sobre a questão cf. também o testemunho Jeffrey D. Sachs ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (<https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/explosao-do-nord-stream-quem-teme-a-verdade/>).

ambivalente das inovações tecnológicas. Embora tenha produzidos avanços, a tecnologia desencadeou novos problemas, nomeadamente os relacionados com as ameaças à democracia, a erosão dos direitos individuais e a possibilidade de “soluções” distópicas. Para a autora, são diversos os impactos da tecnologia nos modos de vida dos utilizadores dos *media* digitais, convocando perspectivas relacionadas com o determinismo tecnológico e com os discursos morais. Esta análise permite a Carmo Barriga convocar a nossa atenção para a relevância da literacia mediática e digital num contexto histórico marcado pela chamada pós-verdade, destacando a sua função como recurso para se escrutinar a manipulação da informação e, assim, permitir escolhas mais informadas. Quer isto dizer que a literacia para os *media* é essencial, especialmente para estudantes universitários, sugerindo a adaptação de atividades transversais aos programas universitários e de natureza extracurricular. O artigo, portanto, enfatiza a importância de uma educação crítica para os meios de comunicação social digitais e tradicionais para ajudar a enfrentar os desafios apresentados pela era digital, tendo como horizonte a capacitação para a cidadania e a participação política, fundamentais para comprometer os jovens com a vida pública.

Os três artigos seguintes partilham o mesmo contexto geopolítico: o Brasil. Começando por contextualizar a pandemia da Covid-19 na geografia e nas suas consequências sanitárias, Manuel Carlos Silva sublinha que ela não atingiu por igual todos os indivíduos, exacerbando as desigualdades existentes por pertença de classe, género, etnia, raça e nacionalidade. Observando a situação concreta do Brasil, destaca o impacto negativo das circunstâncias políticas decorrentes da ação do governo de Bolsonaro, que adotou uma postura de negação da gravidade da doença e promoveu a disseminação de informações falsas sobre tratamentos e vacinas. O texto ressalta a falta de empatia e compaixão do governo pelos doentes, além da ausência de políticas públicas efetivas para combater a pandemia, especialmente em comunidades vulneráveis como as que vivem em favelas. Nesta crise, a degradação das políticas públicas na saúde e na ciência concorreu para amplificar as suas consequências, constituindo-se assim a pandemia como um exemplo expressivo do abandono do Estado e da necropolítica no Brasil. Obviamente mas com total pertinência, M. C. Silva procura compreender o fenómeno bolsonarista, considerando a história do Brasil, nomeadamente a das últimas décadas, convocando à discussão as suas desigualdades sociais, o colonialismo, a escravatura e o racismo. Enfatiza que a opção pela necropolítica na pandemia por parte de Bolsonaro tem de ser compreendida atendendo também à diminuição do investimento público, à precariedade e à promoção da violência policial e das armas.

Interessando-se pela mesma questão, Patrick Santos procede a uma análise crítica da resposta do Estado à pandemia, enfatizando as divergências políticas que surgiram em relação à biopolítica, à necropolítica e ao estado de exceção. O autor discute como diferentes países enfrentaram a pandemia, com alguns adotando medidas mais rigorosas e outros negando a gravidade do vírus, evidenciando a posição do governo brasileiro, claramente em contramão às normas sanitárias recomendadas pela Organização Mundial da Saúde e pela comunidade científica. O artigo permite confrontar o leitor com a relevância da comunicação na política, tornando patente a força do discurso de Bolsonaro na produção de uma fratura política e de uma crise social e até de regime, argumentando o autor que a estratégia do governo brasileiro se ancorou numa governamentalidade neoliberal que favorece a sobrevivência dos mais fortes em detrimento dos mais fracos, expressa em mortes evitáveis. Em linha com os argumentos mobilizados por M. C. Silva, P. Santos considera que a estratégia bolsonarista ampliou a lógica de exclusão presente na biopolítica, sendo a capacidade de superação do vírus atribuída ao indivíduo, logo promovendo o racismo, normalizando e banalizando a morte pelo vírus e, enfim, produzindo uma política de extermínio. Em síntese, P. Santos faz uma crítica severa à posição de Bolsonaro em relação à pandemia, considerando que é incompatível com uma política de preservação da vida e da saúde da população.

No último artigo sobre o Brasil, Clayton Rodrigues e Cleildes Santana refletem sobre a dualidade social existente neste país, aliás à semelhança do que se verifica na generalidade dos países latino americanos, com uma burguesia dominante, cujo contraponto é uma população pobre e periférica. Para os autores, o Estado sempre deteve o poder de decidir sobre a vida e a morte dos mais pobres, seja ele produzido pela escravatura, pelo coronelismo ou pelas ações contemporâneas dos grileiros, madeireiros, mineradoras e polícias civis e militares. Explorando dados empíricos acerca da situação dos trabalhadores durante e após a pandemia, os autores destacam a carga horária excessiva e a falta de recursos para suportar o novo modelo de trabalho remoto. Tal leva-os à crítica à exploração capitalista, relevando que esta não se importa com a saúde e o bem estar dos trabalhadores, mas apenas com a produção de mais valias. Além disso, lembram que o trabalho remoto facilita a internacionalização do trabalho, acrescentando dificuldades à organização e ação coletiva dos trabalhadores, o que pode levar à concorrência global e à redução dos custos da mão-de-obra. Por outras palavras, fazendo a síntese, C. Rodrigues e C. Santana destapam as práticas da burguesia e do Estado para produzir um dispositivo disciplinar, com o objetivo de manter a hegemonia e pacificar as relações de trabalho e exploração. As aparentes contradições do

sistema económico são transformadas em oportunidades, sendo um caso paradigmático a privatização das tecnologias para produção de vacinas.

Por fim, o derradeiro artigo deste número temático é de Ivonaldo Leite. Escrutinando a relação entre sociedade, desvio e Estado, I. Leite mobiliza um vasto acervo teórico, incluindo os grandes clássicos da sociologia (Marx, Weber, Durkheim e Simmel), para identificar os dispositivos de controlo social utilizados pelo Estado e compreender os modos como condicionam o comportamento individual através de sanções, premiando aqueles que se inserem na norma e penalizando os desviantes. Sendo que norma e desvio são realidades históricas, a sua análise deve considerar as desigualdades estruturais e os compromissos existentes na sociedade em relação a valores que interferem na definição do comportamento desviado e na fixação das sanções. Inquieto com o efeito do poder político no cerceamento da liberdade, I. Leite argumenta justamente que é importante reconhecer a autonomia relativa do Estado e suas especificidades, incluindo não apenas os dispositivos coercivos, administrativos e simbólicos, mas também o território, a população e os discursos e imaginários políticos estatais. Ler o Estado deste modo permite evitar a armadilha das conceções dicotómicas e deterministas, entendendo-o como uma entidade monolítica sob o comando de uma burguesia homogénea. Em suma, fechando bem o número temático, o texto oferece ao leitor uma análise crítica acerca da relação entre Estado e sociedade, sublinhando a relevância de se olhar de modo concreto para cada realidade sociopolítica, de modo a ter uma compreensão densa das implicações sociais, políticas e culturais que envolvem esta relação.

A revista encerra com duas recensões. A primeira, de Josimar de Aparecido Vieira, analisa a obra *Friedrich Engels: o burguês que inventou o marxismo*, de Michael Krätke, cuja edição em português tem tradução de Manuel Carlos Silva e Fernando Bessa Ribeiro. Krätke revela informações pouco conhecidas sobre a vida e as contribuições do teórico alemão para o pensamento marxista. Antecedido de um prefácio assinado pelos tradutores, o livro é dividido em seis partes, sendo atravessado por uma preocupação: destacar e compreender a relevância de Engels na criação do marxismo.

A outra recensão é da autoria de Fernando Bessa Ribeiro, tendo por objeto o livro organizado por Jordi Estivill e Casimiro Balsa, com o título *Economia local, comunitária e solidária: o desenvolvimento visto de baixo*. Examinando o processo de desenvolvimento a partir do “chão”, ou seja, do nível onde a vida diária lida com os desafios da produção das condições materiais de existência, o livro é composto por três partes, cada uma com, respetivamente, dois, três e seis capítulos, escritos por doze autores da Europa e da América Latina. Abordando o desenvolvimento nos seus múltiplos significados e dimensões, esta obra propõe repensar

o desenvolvimento à escala local, em estreita articulação com as formas mais solidárias da economia.

Referências bibliográficas e sítios de internet

AGAMBEN, Giorgio – *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Lisboa: Presença, 1998. ISBN 9789722322713.

AGAMBEN, Giorgio – *Estado de exceção*. Lisboa: Edições 70, 2010 [2003]. ISBN 9789724416106.

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew – Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*. EUA. ISSN 0895-3309. 31:2 (2017) 211-236.

APPLEBAUM, Anne – Ukraine must win [Em linha]. Boston: *The Atlantic*, 2022, atual. 22 mar. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2022/03/how-democracy-can-win-ukraine/627125/>

ARENDT, Hannah – *Origens do totalitarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 2010 [1951]. ISBN 9789722029094.

BENJAMIN, Walter – Zur kritik der gewalt. In TIEDEMANN, Rolf; SCHWEPPEHÄUSER, Hermann – *Gesammelte Schriften – II*. Francoforte: Suhrkamp, 1974 [1921]. ISBN 9783518285329. p. 179 203.

BOUVERESSE, Jacques – O que significa tratar os animais com humanidade? Karl Kraus, Rosa Luxemburgo e o desastre da ‘Grande Guerra’ [Em linha]. Lisboa: *Le Monde diplomatique – Edição portuguesa*, 2020, atual. 01 out. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-que-significa-tratar-os-animais-com-humanidade/>.

BOVET, Alexandre; MAKSE Héran – Influence of fake news in Twitter during the 2016 US presidential election. *Nature Communications*. Reino Unido. ISSN 2041-1723. 10:7 (2019) 1-14.

FERGUSON, Niall – *Civilization: the West and the rest*. Londres: Allen Lane, 2011. ISBN 9780143122067.

FOUCAULT, Michel – *Vigiar e Punir*. Lisboa: Edições 70, 2013 [1975]. ISBN 9789724417660.

GOMES, Carlos Matos – Somos Bielorrussos! [Em linha]. Lisboa: *Convergência*, 2022, atual. 03 mar. Disponível em: <https://convergenciabloco.com/2022/03/03/somos-bielorrussos/>.

GREENWALD, Glenn – *No place to hide: Edward Snowden, the NSA and the U.S. surveillance State*. Nova Iorque: Metropolitan Books, 2014. ISBN 9781627790734.

HALIMI, Serge; RIMBERT Pierre – A comunicação social, vanguarda do partido da guerra. Lisboa: *Le Monde diplomatique – Edição portuguesa*. 2:197 (2023) 26-29.

KORNBLUSH, Peter – Mísseis, mentiras e diplomacia. Lisboa: *Le Monde diplomatique – Edição portuguesa*. 2:195 (2023) 35-36.

- BARTOLOMÉ DE LAS CASAS – *Brevíssima relação da destruição das Índias*. Lisboa: Antígona, 1991 [1552]. ISBN 9789726080517.
- BARTOLOMÉ DE LAS CASAS – *Brevíssima relação da destruição de África*. Lisboa: Antígona, 1996 [1553]. ISBN 9789726080517.
- BRASIL 247 – Visão imperialista: maior parte do mundo é uma 'selva', diz Borrell, comparando Europa com 'jardim' [Em linha]. São Paulo: *Brasil 247*, 2022, atual. 24 fev. 2023. Disponível em: <https://www.brasil247.com/mundo/visao-imperialista-maior-parte-do-mundo-e-uma-selva-diz-borrell-comparando-europa-com-jardim>
- CONSELHO EUROPEU (CE) – *Infografia – Mecanismo Europeu de Apoio à Paz* [Em linha]. Bruxelas: Conselho Europeu, 2022, atual. 12 dez. Disponível em: www.consilium.europa.eu/pt/infographics/european-peace-facility/.
- DE SOUSA FILHO, Alípio – *Tudo é construído! Tudo é revogável! A teoria construcionista crítica nas ciências humanas*. São Paulo: Cortez, 2017. ISBN 9788524925740.
- DE SOUSA FILHO, Alípio – O vírus SARS-CoV-2 não é um mensageiro [Em linha]. Lisboa: *Convergência*, 2020, atual. 08 abr. Disponível em: <https://convergenciabloco.com/2020/04/08/o-virus-sars-cov-2-nao-e-um-mensageiro-por-alipio-de-sousa-filho/>
- EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE (EEAS) – *Russian aggression against Ukraine: Speech by High Representative/Vice-President Josep Borrell at the EP plenary* [Em linha]. Bruxelas: EEAS, 2022, atual. 01 mar. Disponível em: www.eeas.europa.eu/eeas/russian-aggression-against-ukraine-speech-high-representativevice-president-josep-borrell-ep_en
- HERSH, Seymour – How America Took Out the Nord Stream Pipeline [em linha]. Washington: *Seymour Hersh Substack*, 2023, atual. 08 fev. Disponível em: https://seymourhersh.substack.com/p/how-america-took-out-the-nord-stream?utm_source=substack&utm_campaign=post_embed&utm_medium=web
- LÖWY, Michael – *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo, 2014. ISBN 9788575594018.
- MEARSHEIMER, John – Playing with fire in Ukraine: the underappreciated risks of catastrophic escalation [Em linha]. Nova Iorque: *Foreign Affairs*, 2022, atual. 17 mar. Disponível em: www.foreignaffairs.com/ukraine/playing-fire-ukraine. ISSN 0015-7120.
- MELO, João – É o colonialismo, estúpidos [Em linha]. Lisboa: *Diário de Notícias*, 2022, atual. 22 out. Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/e-o-colonialismo-estupidos-15283020.html>
- ORWELL, George – *1984*. Lisboa: Antígona, 2007 [1949]. ISBN 9789726081890.

POLANYI, Karl – *The great transformation: the political and economical origins of our time*. Boston: Beacon Press, 1944. ISBN 9780807056431.

POULANTZAS, Nicos – *Fascismo e ditadura*. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2023 [1970]. ISBN 9786599247613.

POULANTZAS, Nicos – *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. São Paulo: Paz e Terra, 1978 [1975]. ISBN 9788521905790.

SACHS, Jeffrey – *Explosão do Nord Stream: quem teme a verdade?* [em linha]. São Paulo: *Outras Palavras*, 2023, atual. 27 fev. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerrea/explosao-do-nord-stream-quem-teme-a-verdade/>

SCHMITT, Carl – *O conceito do político*. Lisboa: Edições 70, 2013 [1932]. ISBN 9789724418247.

Lugares (ausentes) de literacia mediática e digital

ANTÓNIA DO CARMO BARRIGA*

Universidade da Beira Interior (UBI)

CIES-Iscte - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

Resumo

Neste texto pretende-se evidenciar porque é a literacia digital e mediática tão urgente na designada “era da pós-verdade”, atribuindo-lhe um papel indispensável na capacitação para as práticas comunicacionais e para a compreensão de questões que decorrem da experiência *online* na atualidade, tais como: as *fake news*, a ação do algoritmo, a apropriação indevida de dados pessoais pelas grandes plataformas digitais, a vigilância eletrónica e a invasão da privacidade. Neste sentido, defende-se a conceção e implementação de projetos de literacia mediática e digital no ensino superior. Contribuindo para tal objetivo, recenseiam-se as boas práticas já existentes de promoção de literacia.

Palavras-chave: literacia, tecnologia, desinformação, vigilância, ensino superior

Abstract

(Absent) places of media and digital literacy

This text intends to evidence why digital and media literacy is so urgent in the so-called “post-truth era”, assigning it an indispensable role in training for communication practices and for understanding the issues that arise from the online experience of today, such as: fake news, performance of the algorithm, misappropriation of personal data by major digital platforms, electronic surveillance, and invasion of privacy. In this sense, we defend the design and implementation of media and digital literacy projects in higher education. Contributing to this goal, the good practices for promoting literacy are compiled.

Keywords: literacy, technology, disinformation, surveillance, higher education

Résumé

Lieux (absents) de l'éducation aux médias et au numérique

Ce texte vise à démontrer pourquoi l'éducation numérique et aux médias est si urgente dans l'ère dite de la « post-vérité », en lui attribuant un rôle indispensable dans l'autonomisation des pratiques communicationnelles et dans la compréhension des questions découlant de l'expérience en ligne de nos jours, telles que: les infox, l'action de l'algorithme, le détournement des données à caractère personnel par les grandes plateformes numériques, la surveillance électronique et l'invasion de la vie privée. En ce sens, nous préconisons la conception et la mise en œuvre de projets d'éducation aux médias et au numérique dans l'enseignement supérieur. Pour contribuer à cet objectif, nous identifions les bonnes pratiques déjà existantes en matière de promotion de l'alphabétisation.

Mots-clés: alphabétisation, technologie, désinformation, surveillance, enseignement supérieur

Introdução

O desenvolvimento tecnológico na área da comunicação a que assistimos a partir da década de 1970, indissociável de outras alterações sociais, revolucionou práticas comunicativas e modos de vida, moldou o trabalho e o entretenimento, facilitou processos de aquisição de informação e propiciou novas metodologias de ensino e aprendizagem, trazendo também a possibilidade de maior participação cívica. Mas também trouxe inúmeros reversos, como o perigo de sociedades distópicas, a ameaça de erosão da democracia, os atentados aos direitos individuais, entre outros.

Os *media* digitais e as mudanças que suscitaram continuam a motivar discursos dicotómicos: por um lado, as perspetivas que relevam de um determinismo tecnológico, uma crença exacerbada na possibilidade de os *media*, por si só, alterarem os cursos de vida dos seus utilizadores, sendo a tecnologia entendida como um processo neutro e não como resultante da interação de forças sociais, económicas e políticas complexas; por outro lado, existem as perspetivas baseadas num discurso moral, que colocam os *media* no centro das mudanças negativas e que assentam na ideia de que a tecnologia não tem qualquer capacidade de alterar as condições de vida dos indivíduos (Buckingham, 2008).

Na era da pós-verdade e num contexto em que se impõe saber lidar com dispositivos tecnológicos potencialmente *vigilantes*, a literacia mediática e digital poderá desempenhar um importante papel, na medida em que permite escolhas mais informadas, seja no plano do relacionamento dos cidadãos com os *media* digitais, seja no do exercício da cidadania. Como refere Boyd, num mundo em rede, em que menos intermediários controlam o fluxo de informações e há mais informações a circular, a capacidade de questionar

criticamente as informações ou as narrativas dos meios de comunicação social é cada vez mais importante (Boyd, 2015).

Os *media* digitais e a multiplicidade de *apps* que albergam requerem competências específicas. Perante o consumo de informação ou o manuseamento de um dispositivo digital, operamos com certos recursos (sociais, educacionais, etc.) reveladores de uma condição social e determinantes para as práticas *online*. Por outro lado, o indivíduo já não é só consumidor de informação; passou a ser produtor e editor de conteúdos (Jolls e Johnson, 2018), o que alarga o seu papel e a sua responsabilidade.

Neste contexto, a literacia mediática e digital pode ser decisiva, na medida em que capacita os jovens para distinguir verdade de pós-verdade e informação de manipulação, contribuindo para que as suas escolhas sejam informadas, no plano do relacionamento com os *media* (digitais ou tradicionais) ou no do exercício da cidadania. Por isso defendemos a promoção de atividades de literacia para os *media* junto dos estudantes do ensino superior, no pressuposto de que é possível construir conteúdos, adaptar e fomentar atividades transversais aos programas de algumas UC ou de natureza extracurricular, sem deixar de atender ao enquadramento institucional no qual os cursos de ensino superior são ministrados.

1. Literacia mediática e digital: conceptualização

Os primórdios da educação para os *media* podem situar-se em 1666, aquando da publicação do livro *Orbis Sensualium Pictus* (considerado o primeiro livro infantil ilustrado publicado, segundo a tradição europeia), de Amos Comenius. O autor terá sido precursor ao sublinhar a importância da imagem na educação e no conhecimento: a imagem não é mera ilustração do texto escrito, é uma linguagem específica que, por si, tem um valor educativo e cultural.

Mas será no século XX, com o desenvolvimento dos meios de massa, que emerge a consciência de que a educação tem de contemplar a nova cultura associada aos *media*. Em 1922, organizou-se em França a primeira conferência nacional sobre cinema educativo. Na década seguinte criaram-se os primeiros cineclubes para jovens, visando fomentar a discussão de filmes e desenvolver o sentido crítico, o gosto artístico e a capacidade criativa. Ainda na primeira metade do século, em Inglaterra, desenvolveu-se um movimento de *screen education* também preocupado com a estética dos filmes e com a promoção do bom gosto e da capacidade de distinguir a qualidade da falta dela.

Na segunda metade do século, em vários países desenvolve-se uma atenção crescente à atualidade, centrada na utilização de jornais e revistas nas aulas. Em 1982 a Declaração de Grünwald sobre a Educação

para os *Media* (adotada por um conjunto de educadores, comunicadores e investigadores oriundos de 19 países, reunidos num simpósio internacional a convite da UNESCO) constitui-se um marco importante, na medida em que abre caminho para futuras abordagens das décadas seguintes, incorporando as transformações do campo mediático, nomeadamente o impacto cultural dos meios audiovisuais e sua função instrumental na promoção da participação ativa dos cidadãos¹.

A União Europeia, em 2007, define literacia mediática “como a capacidade de aceder aos *media*, de compreender e de avaliar de modo crítico os diferentes aspetos dos *media* e dos seus conteúdos, e de criar comunicações em diversos contextos” (União Europeia, 2007) e reconhecendo-a, em 2009, como condição essencial para o exercício de uma cidadania ativa e plena, como fator importante para uma sociedade mais inclusiva (Recomendação da Comissão Europeia de 20 de agosto de 2009)².

Em síntese, ainda que assumindo designações diferentes – educação para os *media*, literacia mediática, educomunicação, literacia digital, pedagogia da comunicação e/ou dos *media*, literacia da informação e dos *media*, etc. – que decorrem de percursos e tradições em que se enfatizaram, por exemplo os *media* ou a comunicação, as tecnologias ou os conteúdos e efeitos mediáticos – existe um amplo consenso quanto ao entendimento do conceito de literacia mediática: um conjunto de capacidades e de competências-chave que permitem aceder, analisar, interpretar, avaliar criticamente, comunicar mensagens em diversos contextos (Lopes, 2015).

O mesmo não acontece com o conceito de literacia digital. De um modo genérico, define-se como a capacidade de compreender e de utilizar informação de várias fontes digitais e reporta-se à literacia na era digital. No entanto, o conceito tem vindo a ser utilizado por diversos autores de modo mais abrangente, que vai além da literacia digital entendida enquanto *basic operational ICT skills* ou inserindo-se noutras literacias (como a mediática ou a informacional), e que é apresentado antes como o conceito que melhor transmite a ideia de uma *framework* que inclui outras literacias e conjuntos de competências para lidar com o ambiente digital que caracteriza a Sociedade da Informação (Bawden, 2008). Santos *et al.* (2015), discutindo os vários conceitos que são utilizados para designar os conhecimentos, aptidões e atitudes necessários para lidar com as mudanças trazidas pelos meios digitais, reconhecem-lhe um poder integrador, mas evidenciam as diversas perspetivas sobre o seu significado (Santos *et al.*, 2015).

1 <https://milobs.pt/literacia-mediatica/breve-perspetiva-historia/>

2 Entre outras iniciativas institucionais, a Comissão Europeia passou a assinalar a Semana Europeia da Literacia para os Media, uma iniciativa concebida para “sublinhar a importância social da literacia mediática e promover iniciativas e projetos de literacia mediática em toda a EU”. No âmbito desta iniciativa, em 2020 aborda-se a falta de conhecimento sobre algoritmos. E em 2022, a União Europeia dedica o Ano Europeu da Juventude ao incentivo à participação dos jovens na vida pública.

Pretendendo designar realidades similares, os conceitos de literacia mediática, literacia da informação, literacia digital ou competência digital vão ganhando maior ou menor destaque, muito por influência dos interesses políticos e comerciais (Pinto *et al.*, 2011). Para Hobbs (2010), trata-se de conceitos interligados, cujas diferentes designações refletem referenciais teóricos, tradições disciplinares e contextos históricos e culturais distintos, entendendo a autora que o que melhor expressa as competências necessárias à plena participação numa sociedade imersa em informação é “digital and media literacy” (Hobbs, 2010).

As sociedades contemporâneas são, hoje, “sociedades das literacias” (Lopes, 2015, p. 568). A literacia é um conceito “vibrante, dinâmico e em constante evolução” (Gutierrez e Tyner, 2012, p. 36). A literacia – as diferentes literacias – constituem um recurso, uma condição básica para a reflexividade (Lopes, 2015) e potencialmente uma condição básica para a cidadania e a participação na esfera pública, a base da democracia (Habermas, 1997, citado em Lopes, 2015). São várias as perspectivas teóricas que conectam a literacia dos novos *media* com as questões do poder, das desigualdades sociais e da participação, pelo que a relação entre literacia mediática e cidadania, como notam Lopes e Ávila (2019), tem vindo a ser proclamada desde há décadas. Contudo, existem visões diferenciadas sobre o valor social das diferentes literacias: por um lado, faz-se a apologia da utilização das novas tecnologias; por outro, opõe-se o valor das literacias formalizadas nos currículos escolares às literacias obtidas de modo informal (Espanha e Lapa, 2019).

Vão surgindo resultados de algumas pesquisas que confirmam a causalidade entre a literacia e a forma de consumo e apropriação de informação. Por exemplo, Aymanns, Foerster e Georg (2017) concluíram que a aversão das pessoas a notícias que contradizem as suas crenças pode ser alterada através de aulas de alfabetização mediática, reduzindo-se desse modo a exposição seletiva. Em Portugal, Andrade e Ponte (2019), procurando responder à questão: de que forma é que o fenómeno da “desordem informacional” tem um impacto nas práticas de literacia para notícias de jovens adultos portugueses, analisaram as práticas e competências dos jovens em matéria de literacia para notícias, a fim de compreenderem que impacto tem o fenómeno da desordem informacional nas mesmas. Verificaram que, quanto menores forem as competências de literacia para notícias – o que se revela em práticas menos frequentes ou inexistentes –, maior será o impacto negativo da desordem informacional, não só na relação dos jovens com as notícias e os *media* noticiosos mas também na forma como percebem a realidade que os rodeia (Andrade e Ponte, 2019, p. 38). Uma investigação recente que estudou os efeitos de uma campanha de literacia digital no Facebook, realizada com grupos de participantes dos EUA e da Índia, concluiu que a literacia digital melhora significativamente a

capacidade dos indivíduos para distinguir as notícias falsas das verdadeiras (Guess *et al.*, 2020)³.

A educação para os *media* bem pode ser, como refere Lopes, uma ‘abordagem educativa’ no século XXI, um novo paradigma pedagógico (2011, p. 21). O ensino superior bem poderia ser um lugar que corporizasse esse paradigma.

2. Sobre as questões da desinformação

Se o acesso à informação é particularmente importante, essa espécie de reverso que é a exposição à desinformação torna-se potencialmente perigosa. Reportando-se a realidades diversas, hoje a desinformação ramificou-se no espaço público.

As *fake news* enquanto objeto de estudo têm atraído crescentemente o interesse da comunidade académica. Como constataram Valero e Oliveira (2018), a presença de trabalhos científicos dedicados a notícias falsas foi constante na última década até 2018, ano em que a produção científica aumentou enormemente. Mas a terminologia comporta múltiplas aceções e reporta situações várias, pelo que existe uma reconhecida dificuldade, ao nível conceptual, em delimitar as *fake news* e as suas características (Guess *et al.*, 2018; Allcott e Gentzkow, 2017; Aymanns *et al.*, 2017).

A desinformação tende a ser vista, consensualmente, como uma ameaça à democracia, na medida em que contribui, entre outros aspetos, para a crescente desconfiança nas instituições políticas, mas também para o descrédito dos (novos) *media*. Como se sabe, os *media* sociais têm sido frequente e abundantemente utilizados para a disseminação da desinformação, incentivando populismos e condicionando resultados eleitorais. O potencial de circulação da desinformação aumentou enormemente, e a arquitetura dos *media* sociais e o seu “modelo de negócio” ampliaram a velocidade da disseminação. Mas as “notícias falsas”, como assinala Leetaru (2019), são sobretudo um problema de falta de literacia mediática, não um problema de tecnologia.

A este cenário certamente não é alheia a crise nas empresas dos *media* e no jornalismo. Na última década as grandes empresas de tecnologia tiveram um forte impacto negativo no negócio dos *media*. Como notou Ben Smith (2020), o poder transformador da tecnologia, o *glamour* e os enormes gastos com *lobbies* permitiram que ela dominasse, resultando num sistema

³ Note-se também que a Finlândia, num estudo publicado em 2019 que mede a resiliência ao fenómeno da pós-verdade, ocupa o primeiro lugar, em 35 países. Tal parece resultar da estratégia adotada pelo governo que consiste numa abordagem multi e intersectorial, combinando a aprendizagem de verificação de factos com o pensamento crítico e a alfabetização para o complexo cenário digital. Neste sentido, o sistema educacional também foi reformado para enfatizar o pensamento crítico (Mackintosh, 2019).

no qual as plataformas poderiam lucrar com o conteúdo que os editores de notícias criam, sem pagar diretamente por isso.

Pesquisas recentes demonstram que a informação falsa chega mais rapidamente e a mais gente do que a informação verdadeira (cf. Vosoughi *et al.*, 2018). Em Portugal, as páginas mais populares no Facebook têm mais de 1,3 milhões de seguidores e publicam notícias falsas que depois são distribuídas por grupos que reúnem mais de 700 mil utilizadores (Pena, 2019), existindo ainda páginas de desinformação em *sites* portugueses com mais de dois milhões de seguidores, cuja autoria, propriedade e localização não são determinadas. O negócio é rentável, e pode falar-se da emergência de uma indústria em Portugal: a audiência dos *sites* de desinformação permite um retorno de milhares de euros pagos pela publicidade do Google (Pena, 2019).

No auge da pandemia de Covid-19 viveram-se tempos de “desordem informacional”, utilizando o título de Wardle e Derakhshan (2017); observou-se um “surto” de informação errada, de narrativas simples que apresentavam soluções poderosas: teorias da conspiração, conselhos médicos falsos, curas milagrosas, etc. A Comissão Europeia detetou, em média, mais de 2700 exemplos de informação falsa publicada nas redes sociais por dia⁴. A estes valores somam-se ainda milhões de publicações falsas ou enganosas encontradas por plataformas *online*, como o Facebook, o Google e o Twitter⁵. Os canais privados do WhatsApp e do Messenger – que mais foram utilizados – são mais difíceis de monitorizar do que o Facebook, Twitter ou YouTube, pois é necessário que exista uma denúncia.

Que responsabilidade têm as empresas de tecnologia na divulgação de sites de desinformação, interroga-se Bethan (2020). Só a Google forneceu serviços de anúncios para 86% dos *sites* de conspiração de coronavírus avaliados⁶. A enorme proliferação de notícias falsas através das redes sociais tem levado as autoridades de vários países a apelar à necessidade de regulação, propondo e adotando medidas censórias para o efeito. Estas vão da censura (caso do Irão ou da China) até projetos de lei que contemplam multas avultadas às plataformas que não eliminem notícias falsas, conteúdos difamatórios ou mensagens de ódio (Alemanha) ou condenações

4. <https://www.publico.pt/2020/05/05/tecnologia/noticia/ha-2700-noticias-falsas-covid19-dia-1915168>

5 <https://www.publico.pt/2020/05/05/tecnologia/noticia/ha-2700-noticias-falsas-covid19-dia-1915168>

6 Para combater a crise de desinformação, estas plataformas adotaram medidas sem precedentes, desde mudanças de políticas até ajustes de algoritmos e notificação de utilizadores que foram expostos a informações incorretas. Google, Facebook e Twitter esforçaram-se por direcionar os utilizadores para fontes oficiais autorizadas sobre questões de saúde. O Twitter alega ter bloqueado 3,4 milhões de contas que pareciam envolver-se em conversas suspeitas relacionadas com o coronavírus. No final de março, o Twitter e o Facebook removeram post enganosos do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, relacionados com o medicamento antiviral hidroxicloroquina e com o incentivo ao fim das medidas de distanciamento social. O Twitter alega ter também bloqueado a hashtag #InjectDisinfectant. Fonte: <https://firstdraftnews.org/latest/3-lessons-on-the-coronavirus-infodemic-from-experts-and-tech-companies/>

civis e penais (Itália) (cf. Valero e Oliveira, 2018). Contudo, torna-se evidente que as plataformas de *media* sociais não são as únicas que desempenham um papel crítico na perpetuação do problema da desinformação, pois jornalistas, empresas e agências de *media* tradicionais também o fazem, já que muitas vezes ajudam a ampliar a desinformação e a colocá-la na esfera pública (Ingram, 2019).

3. A ação (desconhecida) dos sistemas automáticos

As redes sociais são um exemplo proeminente da tomada de decisão algorítmica no quotidiano. Quase todo o conteúdo que se vê nas redes sociais não é escolhido por editores humanos, mas por programas de computador que, usando grandes quantidades de dados sobre cada utilizador, fornecem conteúdo que este possa achar relevante ou interessante. Muitas das decisões que até então podiam ser tomadas apenas por seres humanos passaram a sê-lo por algoritmos de computador, através de recursos analíticos avançados e do acesso a um armazenamento gigantesco de dados e à sua posterior análise. Trata-se de um negócio rentável, que se baseia no aperfeiçoamento sistemático dos modelos de gestão e classificação algorítmica dos dados. Na essência, os algoritmos são instruções matemáticas bem definidas, sendo a informação digital classificada através de regras de cálculo.

Esta crescente prevalência dos algoritmos conduziu a diferentes perspetivas acerca do impacto sobre aqueles que são afetados pelas decisões tomadas. Para uns, esses sistemas podem aumentar a precisão e reduzir o viés humano em decisões importantes. Mas em muitos outros, em sentido contrário, motiva preocupações. Cathy O'Neil refere-se aos algoritmos como "armas de destruição matemática", que reforçam os preconceitos e disparidades existentes, sob o pretexto de uma suposta neutralidade algorítmica, promovendo a discriminação e desigualdades. Por exemplo, no mercado de trabalho, "os privilegiados são analisados por pessoas; e as massas, por máquinas", afirma O'Neil⁷. O algoritmo COMPAS – amplamente usado para prever a reincidência no sistema de justiça criminal dos EUA – apresentou uma taxa de falsos positivos mais alta em negros do que em brancos; os negros eram mais propensos a ser erroneamente preditos a reincidir (Douglas, 2019).

Algoritmos de computador e análises de rede podem inferir também humores, crenças políticas, orientação sexual e estado de saúde, alerta Tufekci (2019). Como nota José Luís Garcia, os algoritmos produzem sistemas de equivalência, selecionando alguns objetos em detrimento de outros, e impõem uma hierarquização. Ao estruturar decisões, os sistemas

7 Em entrevista a Ana Torres Menárguez: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/12/tecnologia/1542018368_035000.html

de classificação orientados para a definição de situações podem convertê-las em reais (Garcia, 2020).

Em linha com estas preocupações, o Conselho da Europa considera que o uso abusivo de sistemas com algoritmos está a transformar-se num perigo para a democracia, tendo em conta que a inteligência artificial é cada vez mais sofisticada e tem implicações óbvias nas escolhas que fazemos. Um impacto que não se limita a questões comerciais e hábitos de consumo, mas que pode influenciar as opiniões e decisões que tomamos, através de técnicas de direcionamento, o que pode ser usado para manipular comportamentos sociais e políticos. Neste sentido, o uso abusivo de algoritmos pode manipular o comportamento dos eleitores, pelo que se defende a urgência de medidas para controlar os sistemas tecnológicos mais avançados⁸.

Indissociável desta ação do algoritmo, opaca e desconhecida para a maioria dos cidadãos, é a incomensurável violação da privacidade dos utilizadores de plataformas digitais, por via do roubo dos seus dados. Esta questão já sobejamente conhecida ganhou visibilidade com os escândalos que envolveram a Cambridge Analytica e o Facebook, em 2018, mas o seu alcance está muito além⁹.

Num aparente paradoxo, as mesmas empresas ou *sites* de notícias que denunciam as questões da invasão da privacidade têm problemas de privacidade: a migração da publicidade para a internet e a quebra na receita de assinaturas de jornais, entre outros fatores, conduziram a parcerias com empresas de tecnologia, sacrificando a privacidade dos leitores. Assim, jornais prestigiados que fornecem informação e que denunciam os problemas de privacidade têm eles próprios problemas de privacidade. Deste ponto de vista, os sites de notícias estão entre os piores da *web*, defende Timothy Libert no *New York Times* (2019).

4. Da inexorabilidade da vigilância às ameaças à democracia

No novo milénio, é indubitável que o quotidiano do cidadão comum se encontra sob um escrutínio que configura uma situação de invasão de privacidade (Lyon, 2018), sendo a extensão dessa vigilância uma das suas características mais marcantes: se inicialmente a vigilância visava suspeitos, agora incide sobre todos os cidadãos. De um contexto onde parte do quotidiano era monitorizada, passámos para outro onde ele é (quase)

8 <https://www.tsf.pt/sociedade/ciencia-e-tecnologia/inteligencia-artificial-e-algoritmos-ameacam-a-democracia-10576272.html>

9 No final de 2019 os investigadores Bob Diachenko e Vinny Troia descobriram num servidor de internet uma base de dados contendo informações sobre quatro biliões de contas do Facebook, do Twitter e do LinkedIn, que dizem respeito a um total de 1,2 bilião de pessoas. Nessa base de dados encontravam-se 622 milhões de endereços de *email*, nomes, números de telefone ou informações de redes sociais (Corentin, 2019).

constantemente monitorizado (Marx, 2016; Lyon, 2018). Explorando as potencialidades do *Big Data*, a vigilância torna-se também menos visível, porém quase omnipresente. A estas marcas, soma-se a inexorabilidade: não existe alternativa à exposição à vigilância e, em grande medida, ao fornecimento de dados (Dijck, 2014).

Recentemente, no combate ao controlo do contágio pelo novo coronavírus, especificamente, os diversos Estados adotaram medidas e utilizaram tecnologia criada para o efeito. No contexto pandémico, o papel do Estado na vigilância eletrónica, somado àquele que há muito os GAFA (acrónimo para Google, Amazon, Facebook, Apple) vêm desempenhando¹⁰, fez reequacionar as preocupações com a vigilância e a privacidade¹¹ (cf. Barriga *et al.*, 2020; Barriga, 2022). A pandemia de Covid-19 trouxe-nos o momento síncrono, até então não experienciado, da mais extensa vigilância: nunca tantos, ao mesmo tempo, estiveram tão vigiados. Em alguns países de regimes ditatoriais revelou-se o lado mais cruel das potencialidades da vigilância: o atropelo dos mais básicos direitos humanos. No quadro das sociedades democráticas, esta pandemia confrontou-nos também com o aparente paradoxo do retorno à casa, enquanto espaço privado, para defesa da comunidade, fazendo-nos reequacionar a fronteira público/privado e o papel que a tecnologia tem no seu traçado (Barriga, 2022).

Na atualidade, os riscos da vigilância eletrónica já estão além da recolha de dados, na medida em que passaram a advir da subsequente acumulação. Em editorial de 13 de agosto de 2019, o jornal *The Guardian* já titulava “Big Brother is not the only watcher now”, ilustrando assim os novos contornos da vigilância. A propósito da tecnologia de reconhecimento facial, lia-se no mesmo editorial que “o problema não é que os computadores possam reconhecer rostos, é que eles não possam esquecer-los”¹².

5. Breves notas sobre os usos dos *media* pelas gerações mais jovens

As implicações do uso dos *media* pelas gerações mais novas, decorrentes das transformações no panorama mediático, têm sido objeto de várias investigações, as quais documentam que os jovens demonstram apatia e

10 As grandes empresas tecnológicas foram crescendo à frente da legislação, mas recentemente, a par da crescente desconfiança do público, começaram a sentir o impacto das novas legislações de proteção de dados nos seus modelos de negócio. A União Europeia impôs mais de 900 sanções desde que o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) foi introduzido em maio de 2016, tendo o número de multas aumentado desde 2020. Em 2021, a batalha da UE contra as *Big Tech* pela proteção dos dados pessoais atingiu 1300 milhões de euros em multas.

11 A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), por exemplo, alertou sobre os riscos de privacidade do uso de tecnologias de rastreio no controlo da Covid-19. E a Comissão Europeia, em 16 de abril, recomendou aos Estados-Membros da União Europeia um conjunto de guias comunitários para assegurar a privacidade dos cidadãos. Fonte: <https://www.publico.pt/2020/05/07/tecnologia/noticia/majoria-portugueses-aceitam-app-controlo-covid19-deco-1915529>.

12 <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/aug/13/the-guardian-view-on-surveillance-big-brother-is-not-the-only-watcher-now>

desinteresse pelas questões ditas sérias da sociedade, revelam um consumo passivo e quase exclusivo de informação *online*, ceticismo e descrença em relação aos *media* tradicionais, desconfiança dos *media* digitais, generalização da ideia de “notícia falsa”, um envolvimento cívico muito reduzido, desvalorização da participação ativa (Silveira e Amaral, 2018).

Estudando a cidadania digital de jovens em três países europeus (entre eles, Portugal), e considerando as práticas informais de participação (para além da política) e o envolvimento cívico habitualmente, os dados recolhidos por Batista e Simões (2022) revelam globalmente um baixo nível de participação dos jovens. O perfil de “não participação” é o predominante e contempla cerca de metade dos inquiridos (Batista e Simões, 2022), em linha com os resultados de outros estudos realizados (Livingstone *et al.*, 2019).

De acordo com os dados disponíveis no último *Reuters Digital News Report 2021*, e no que respeita a Portugal, a televisão continua a ser a principal fonte de notícias para 57,7% dos inquiridos, a Internet (excluindo redes sociais) para 17,4% e as redes sociais para 13,4% (Facebook e Youtube continuam a ser, de longe, as redes sociais mais utilizadas pelos portugueses). A imprensa é a principal fonte de notícias apenas para 7,3% e a rádio para 4,2% dos inquiridos (Cardoso e Baldi, 2021).

Contudo, nos últimos quatro anos observaram-se configurações distintas entre os portugueses, em particular entre os mais jovens. Nos inquiridos abaixo dos 35 anos observam-se tendências singulares, mas não surpreendentes: as redes sociais, que em 2017 eram a principal forma de acesso a notícias *online* para 38,7%, em 2021 eram-no para apenas 24,9%, tendo os motores de busca adquirido importância: utilizados por 19,9% dos mais jovens em 2019, passam para 32,7% em 2021. Logo, neste ano, os motores de busca passaram a ser a principal forma de acesso a notícias para cerca de um terço dos jovens portugueses (32,7%) e as redes sociais para cerca de um quarto (24,9%) (Cardoso *et al.*, 2021). Note-se também que a partilha de notícias nas redes sociais é uma das práticas mais frequentes no que diz respeito ao consumo de informação, podendo ter efeitos nocivos no ecossistema noticioso (por exemplo, a partilha de conteúdos pagos em *apps* de mensagens como Whatsapp ou a disseminação de notícias falsas, entre outros).

Atraindo pessoas de lugares distantes com interesses semelhantes, através de algoritmos, as plataformas digitais sugerem, crescentemente, conteúdos inflamatórios, discursos de ódio, ideias extremistas. Esta capacidade de desinformação e radicalização tem motivado o aumento dos apelos à transparência algorítmica, sendo disso exemplo os (novos)

Princípios de Santa Clara (de dezembro de 2021), um documento-guia lançado por um grupo de organizações, ativistas e académicos¹³.

6. Práticas de promoção de literacia: um recenseamento

Em Portugal, à semelhança de outros países, existem diversas instituições e iniciativas que promovem a literacia entre os jovens. Estes projetos dão origem a plataformas *online*, a divulgação de metodologias e de conteúdos, bem como à investigação produzida nesse âmbito. Nuns casos, os projetos são mais direcionados para os *media* tradicionais, noutros para o digital e para as questões da segurança *online*. Ainda que predominem as iniciativas que se destinam a alunos de níveis de escolaridade mais baixo (do básico ao secundário) e aos professores desses graus de ensino, importa recensá-las. Assim, partindo do conjunto de iniciativas que encontrámos, intercetadas com o levantamento feito pelo OBERCOM (Cardoso *et al.*, 2020), apresentamos os projetos que nos parecem de maior relevo nas tabelas que se seguem.

Tabela 1: Principais iniciativas de promoção de literacia de âmbito nacional

Designação	Promotor	Principais Objetivos	Público-alvo	Site
MILObs – Observatório sobre <i>media</i> , informação e literacia	Centro de Estudos Comunicação e Sociedade (CECS) – Universidade do Minho	Monitorizar e divulgar o que se faz no domínio da Educação para os <i>Media</i> (em Portugal e no estrangeiro); promover a literacia mediática nos diversos sectores da sociedade.	Diversos sectores da sociedade.	https://milobs.pt/
LEME – Literacia e Educação para os <i>Media</i> em Linha	Secretaria de Estado do Cinema, Audiovisual e <i>Media</i> ; Secretário de Estado Adjunto e da Educação	Agregar recursos para atividades pedagógicas em contextos formais, não formais ou informais de aprendizagem; divulgar eventos, formações e iniciativas relacionados com literacia para os <i>media</i> .	Professores do pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.	https://www.leme.gov.pt
Media Veritas	Associação Portuguesa de Imprensa em parceria com o Google.org, com financiamento da Fundação Tides	Disponibilizar formação <i>online</i> , promover reflexões acerca das notícias e da confiança no jornalismo e suscitar a discussão de conceitos no que respeita ao combate à desinformação.	Comunidades vulneráveis: adolescentes, jovens e seniores.	https://mediaveritas.pt
Associação Literacia para os <i>Media</i> e Jornalismo	Grupo de jornalistas, comunicadores e investigadores (parceria entre o Sindicato dos Jornalistas e o Ministério da Educação)	Disponibilizar metodologias, recursos e ferramentas para atividades de literacia para os <i>media</i> .	Comunidade escolar e educativa, ou outras.	https://associacaoliteracia.pt
PICCLE – Plano de Intervenção Cidadãos Competentes em Leitura e Escrita	Plano Nacional de Leitura (PNL2027) financiado pelo Programa Operacional Capital Humano (POCH)	Disponibilizar meios de informação e comunicação sobre a leitura, a escrita e as literacias em ambiente digital.	Alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário.	https://piccle.pnl2027.gov.pt
Media Smart	Patrocinado pela indústria e apoiado pelo Governo português.	Fornecer ferramentas que ajudem a compreender e interpretar a publicidade, preparando as crianças para fazerem escolhas informadas.	Crianças entre os 7 e os 11 anos de idade.	https://www.mediasmart.com.pt/

13 <https://santaclaraprinciples.org>.

CLIMA@EDUMEDIA	Faculdade de Letras da Universidade do Porto (integrado no Programa AdaPT da Agência Portuguesa do Ambiente)	Apoiar a educação nacional em matéria de alterações climáticas, através do uso dos <i>media</i> .	Alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário	https://milebs.pt/investigacao/climaedumedia/ http://ww38.climaedumedia.com
ContraFake	Lusa, Inesc-ID, do IST, Centro Nacional de Cibersegurança e inknow	Agregar informação e desenvolver recursos computacionais e ferramentas tecnológicas (baseadas em inteligência artificial) contra ações de desinformação veiculadas através das redes sociais e de outras fontes de informação digital.	Profissionais de comunicação, cidadãos e instituições.	https://combatefakenews.lusa.pt/avaliar-a-credibilidade-das-noticias-indicadores-de-desinformacao/

Fonte: Elaboração própria.

É de acrescentar que também alguns *media* portugueses se assumem como promotores de literacia. É o caso do projeto RTP Ensina, nomeadamente com o tema Educação para os *Media*, plataforma *online* onde são disponibilizados conteúdos audiovisuais que visam a uma maior educação no que respeita à literacia dos *media*, por parte dos cidadãos¹⁴. O projeto PSuperior, uma iniciativa do jornal *Público* e de uma rede de parceiros que se assume como destinada a promover a literacia mediática nos estudantes universitários, pode ser um contributo, na medida em que permite a alguns estudantes do ensino superior (vinte mil até ao momento) aceder gratuitamente à edição digital do jornal, fomentando também a discussão de temas da atualidade entre os jovens (através do *PSuperior Talks*)¹⁵.

Tabela 2: Principais iniciativas de promoção de literacia de âmbito europeu

Designação	Promotor	Principais Objetivos	Público-alvo	Site
Media and Information Literacy (MIL)	UNESCO	Capacitar pessoas, comunidades e países para a participação nas sociedades globais do conhecimento.	Geral.	https://iite.unesco.org/mil/
Digital Citizenship Education (DCE)	Conselho da Europa	Promover a partilha de boas práticas dos Estados-Membros da EU, através de programas interativos e eficazes para a aquisição de competência de cidadania digital.	Estudantes e professores.	https://www.coe.int/en/web/digital-citizenship-education/home
Digital Competence Framework for Citizens (DigComp)	Comissão Europeia	Construir ferramenta para melhorar a competência digital dos cidadãos.	Decisores na formulação de políticas de desenvolvimento de competências digitais.	https://digitalprinciples.org/resource/the-digital-competence-framework-for-citizens/
Media in Action (MIA)	Comissão Europeia	Desenhar a condução de ações de formação, nas áreas da educação para os <i>media</i> , com particular incidência nas notícias e no <i>storytelling</i> .	Professores e formadores.	http://mediainaction.eu/pt/portugues-media-in-action-mia/

Fonte: Elaboração própria.

¹⁴ <https://ensina.rtp.pt/tema/educacao-para-os-media/>

¹⁵ <https://www.publico.pt/psuperior>. Anteriormente, o mesmo jornal já tinha lançado o *Público na Escola*, disponibilizando ferramentas e informações com o objetivo de promover o pensamento crítico e a discussão de temas relativos à literacia dos *media* (o projeto foi interrompido, mas já foi retomado).

Como é evidente, existem noutros países europeus, bem como no continente americano (EUA e Canadá), organizações e projetos interessantes que têm como finalidade a promoção da literacia dos *media*. A título de exemplo, refira-se apenas o Media Navigator – International Media and Information Literacy Lab, um projeto desenvolvido pela organização não governamental alemã n-ost, que desde 2016 desenvolve formatos, ferramentas e atividades com vista a fortalecer a literacia para os *media* e a informação e capacitar os cidadãos para entender as funções dos *media* e avaliar criticamente o seu conteúdo¹⁶. De destacar também o projeto pedagógico contra a desinformação Learn to Check, o qual tem como propósito ensinar a distinguir a informação verídica da falsa; disponibiliza materiais didáticos, ferramentas e processos para verificação de informação, de imagens, de vídeos ou contas de redes sociais¹⁷.

Finalmente, note-se que algumas das grandes empresas tecnológicas também dispõem de projetos no que respeita à literacia dos *media*. É o caso do Facebook e do Google. O primeiro tem uma página de internet dirigida a jovens dos 11 aos 18 anos, através da qual pretende, com múltiplas atividades, desenvolver competências para o mundo digital e para a análise da informação. Através do projeto Google for Education, o Google disponibiliza igualmente recursos de apoio à literacia digital.

Como se constata, estas diferentes iniciativas e plataformas podem fornecer importantes contributos, na medida em que disponibilizam metodologias e recursos que podem inspirar inúmeras possibilidades de capacitar para a compreensão e desocultação dos *media* e do digital no ensino superior.

Considerações finais

Na contemporaneidade os (novos) *media* impõem-nos, ao invés da sua diabolização, o desafio de continuarmos a refletir sobre eles: a sua ação, as implicações sociais e políticas, os fatores que os condicionam, os seus conteúdos explícitos e implícitos. A inteligência artificial (IA) extravasa em muito o âmbito dos *media* digitais e torna-se cada vez mais omnipresente no quotidiano e em alguns campos profissionais. Deuze e Beckett (2022), por exemplo, reivindicam a introdução da alfabetização no jornalismo, advogando que este está intimamente ligado ao papel da IA na indústria de notícias.

Neste texto, a literacia mediática e digital não foi apresentada – nem o poderia ser – como panaceia ou condição suficiente para o indivíduo saber lidar com a complexidade dos problemas da desinformação, entender o funcionamento do algoritmo, questionar-se sobre os limites da IA ou evitar

16 <https://www.n-ost.org/85-media-navigator>

17 <https://learntocheck.org/item/los-instigadores-y-las-estrategias-de-la-desinformacion/>

que a sua privacidade seja invadida. Mas tentámos evidenciar porque é a literacia tão urgente, ao nível individual e coletivo.

As ameaças às liberdades individuais, e aos próprios sistemas democráticos, são tanto maiores quanto maior for a opacidade da tecnologia e menor o escrutínio público dos seus usos. Na abordagem aos *media* no âmbito do ensino superior, sempre interessará disseminar conhecimento e promover a análise e reflexão sobre os contextos em que os *media* operam, os constrangimentos à sua atividade, bem como a multidimensionalidade de muitos dos acontecimentos que reportam. Capacitar para a compreensão de fenómenos, como os que foram referidos neste texto, para a leitura e desconstrução do discurso dos *media* (tradicionais ou digitais) e para o modo como se interrelacionam com o mundo social, significa, pois, também capacitar para o exercício da cidadania e para a participação política. É neste sentido que a União Europeia dedica o Ano Europeu da Juventude de 2022 ao incentivo e à participação dos jovens na vida pública, advogando o seu envolvimento em processos de consulta e de tomada de decisões a nível comunitário, nacional e local.

Referências bibliográficas

- ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew – Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives* [Em linha]. 31:2 (2017) 211-36. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=4173312>. ISSN 1944-796.
- ANDRADE, Ana Francisca; PONTE, Cristina – Literacia para notícias em tempos de desordem informacional: práticas e competências em jovens adultos. In PEREIRA, Sara (coord.) – *Literacia, Media e Cidadania – Livro de Atas do 5.º congresso*. Braga: CECS, 2019. ISBN 9789898600868. p. 28-43.
- AYMANN, Christoph; FOERSTER, Jakob; GEORG, Co-Pierre – Fake news in social networks. *Swiss Finance Institute Research Paper* [Em linha]. (2017) 22-58. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1708.06233>.
- BARRIGA, Antónia do Carmo; MARTINS, Ana Filipa; SIMÕES, Maria João; FAUSTINO, Délcio – The COVID-19 pandemic: Yet another catalyst for governmental mass surveillance? *Social Sciences & Humanities Open*. Reino Unido. ISSN 2590-2911. 2 (2020) 1-5.
- BARRIGA, Antónia do Carmo – A emergência de ferramentas tecnológicas para controlo da Covid-19: uma reinvenção de panóticó imperfeitos. *Observatorio (OBS*) Journal*. Portugal. ISSN 1646-5954 16 (2022) 236-250.
- BATISTA, Susana; SIMÕES, José Alberto – Cidadania digital de jovens em três países europeus. *Sociologia, Problemas e Práticas* [Em linha]. 98 (2022) 187-199. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/9862>. ISSN 2182-7907.

- BAWDEN, David – Origins and Concepts of digital literacy. In LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele (Eds.) – *Digital Literacies: Concepts, policies and practices*. Nova Iorque: Peter Lang, 2008. ISBN 978143310169. p. 17–33.
- BETHAN, John – *3 Lessons on the Coronavirus 'Infodemic' from Experts and Tech Companies* [Em linha]. Nova Iorque: First Draft, 2020, atual. 01 mai. [Consult. 07 fev. 2021]. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/latest/3-lessons-on-the-coronavirus-infodemic-from-experts-and-tech-companies/>
- BOYD, Danah – *É Complicado: As vidas sociais dos adolescentes em rede*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2015. ISBN 9789896415235.
- BUCKINGAM, David – *Youth, Identity, and Digital Media*. Cambridge: The MIT Press, 2008. ISBN 97810026252483X.
- CARDOSO, Gustavo; BALDI, Vânia; PAISANA, Miguel; COURACEIRO, Paulo – *Os Submercados da Atenção: Práticas de acesso a notícias online e impacto na relação entre marcas e audiências* [Em linha]. Lisboa: OberCom – Observatório da Comunicação, 2021. Disponível em: https://obercom.pt/wp-content/uploads/2021/11/Submercados_atenção_FINAL_9Nov.pdf. ISSN 2183-3478.
- CARDOSO, Gustavo; PAISANA, Miguel; MARTINHO, Ana Pinto – *Digital News Report Portugal 2021* [Em linha]. Lisboa: OberCom – Observatório da Comunicação, 2021. Disponível em: https://obercom.pt/wp-content/uploads/2021/06/DNR_PT_2021_final.pdf. ISSN 2183-3478.
- CARDOSO, Gustavo; BALDI, Vânia; CRESPO, Miguel; PAIS, Pedro; PAISANA, Miguel; QUINTANILHA, Tiago – *Literacia dos Média – Projetos e Organizações em Portugal e no estrangeiro* [Em linha]. Lisboa: OberCom – Observatório de Comunicação, 2020. Disponível em: https://obercom.pt/wp-content/uploads/2020/06/Literacias_2020_Final.pdf. ISSN 2182-6722.
- COMISSÃO EUROPEIA – *Recomendação da Comissão de 20 de agosto de 2009* [Em linha]. Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia, 2009. Disponível em: <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:227:0009:0012:PT:PDF>
- COMISSÃO EUROPEIA – *Final Report of the High-Level Expert Group on Fake News and Online Disinformation* [Em linha]. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2018. Disponível em: <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/final-report-high-level-expert-group-fake-news-and-online-disinformation>.
- DEUZE, Mark; BECKETT, Charlie – Imagination, Algorithms and News: Developing AI Literacy for Journalism. *Digital Journalism* [Em linha]. 10:9 (2022) 1-7. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21670811.2022.2119152>. ISSN 2167-082X.

- DIJCK, Van – Datafication, Dataism and Dataveillance: Big Data between Scientific Paradigm and Ideology. *Surveillance and Society* [Em linha]. 12:2 (2014) 197-208. Disponível em: <https://doi.org/10.24908/ss.v12i2.4776>. ISSN 1477-7487.
- DOUGLAS, Tom – *Biased algorithms: here's a more radical approach to creating fairness* [Em linha]. S.l.: The Conversation, 2019, atual. 21 jan. [Consult. 22 jan. 2019]. Disponível em: <https://theconversation.com/biased-algorithms-heres-a-more-radical-approach-to-creating-fairness-109748>
- ESPANHA, Rita; LAPA, Tiago – *Literacia dos Novos Media*. Lisboa: Mundos Sociais, 2019. ISBN 9789898536709.
- GARCIA, José Luís – *A pandemia e os perigos de uma distopia digital: colonizando pelo algoritmo?* [Em linha]. Lisboa/Porto: Público, 2020, atual. 28 jun. [Consult. 28 jun. 2020]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/06/28/tecnologia/noticia/pandemia-perigos-distopia-digital-colonizando-algoritmo-1921806>
- GUTIÉRREZ, Alfonso; TYNER, Kathleen – Media Education, Media Literacy and Digital Competence. *Comunicar* [Em linha]. 19:38 (2012) 31-39. Disponível em: <https://repositories.lib.utexas.edu/handle/2152/41029>. ISSN 1134-3478.
- GUESS, Andrew; LERNNER, Michael; LYONS, Benjamim; SIRCAR, Neelanjan – A digital media literacy intervention increases discernment between mainstream and false news in the United States and India, 2020. *PNAS* [Em linha]. 117:27 (2020) 15536-15545. Disponível em: www.pnas.org/cgi/doi/10.1073/pnas.1920498117. ISSN 1091-6490.
- GUESS, Andrew; NYHAN, Brenda; REIFLER, Jason – *Selective Exposure to Misinformation: Evidence from the Consumption of Fake News During the 2016 US Presidential Campaign* [Em linha]. Nova Jérquia: Center for the Study of Democratic Politics, 2018. Disponível em: <http://www.ask-force.org/web/Fundamentalists/Guess-Selective-Exposure-to-Misinformation-Evidence-Presidential-Campaign-2018.pdf>
- HOBBS, Renee – *Digital and Media Literacy: A Plan of Action* [Em linha]. Washington, D.C.: The Aspen Institute, 2010. Disponível em: https://assets.aspeninstitute.org/content/uploads/2010/11/Digital_and_Media_Literacy.pdf. ISBN 0898435358.
- INGRAM, Mathew – *Media Can Help Fight Misinformation, Says Harvard's Joan Donovan* [Em linha]. Nova Iorque: Columbia Journalism Review, 2019, atual. 21 mai. [Consult. 19 jan. 2021]. Disponível em: https://www.cjr.org/the_new_gatekeepers/media-misinformation-joan-donovan.php?fbclid=IwAR00YcgGXGFaX92xMJA6fz39-dJuL_jSB9ylYrgAcHRBjBhrfWtYTDwqKc0
- JOLLS, Tessa; JOHNSEN, Michele – Media Literacy: A Foundational Skill for Democracy in the 21st Century. *Hastings Law Journal* [Em linha]. 69:5 (2018) 1379-1408. Disponível em: www.medialit.org/sites/default/files/HastingsJolls-69.5.pdf. ISSN 0017-8322.

- LEETARU, Kalev – *A Reminder That 'Fake News' Is an Information Literacy Problem – Not a Technology Problem* [Em linha]. Nova Iorque: Forbes, 2019, atual. 07 jul. [Consult. 07 jul. 2019]. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/kalevleetaru/2019/07/07/a-reminder-that-fake-news-is-an-information-literacy-problem-not-a-technology-problem/>. ISSN 2609-1445.
- LIBERT, Timothy – *This Article Is Spying on You* [Em linha]. Nova Iorque: The New York Times, 2019, atual. 18 set. [Consult. 18 set. 2019]. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/09/18/opinion/data-privacy-tracking.html>
- LOPES, Paula – Literacia mediática e cidadania. Perfis de estudantes universitários da Grande Lisboa: Enquadramento teórico-conceitual, questões metodológicas e operacionais. In PEREIRA, Sara (coords.) – *Livro de Atas do 3.º Congresso Nacional "Literacia, Media e Cidadania"*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2011. ISBN 9789899724419. p. 449-462.
- LOPES, Paula – Literacia mediática e cidadania: uma relação garantida? *Análise Social*. Lisboa. ISSN 2182-2999. 216:l (2015) 546-580.
- LOPES, Paula; ÁVILA, Patrícia – Literacia mediática e cidadania. In ESPANHA, Rita; LAPA, Tiago (Eds.) – *Literacia dos Novos Media*. Lisboa: Mundos Sociais, 2019. ISBN 9789898536709. p. 29-44.
- LYON, David – *The Culture of Surveillance: Watching as a Way of Life*. Cambridge: Polity Press, 2008. ISBN 9780745671734.
- MACKINTOSH, Eliza – *Finland is Winning the War on Fake News. What it's learned may be crucial to Western democracy* [Em linha]. Geórgia: CNN International, 2019. [Consult. 17 abr. 2019]. Disponível em: <https://edition.cnn.com/interactive/2019/05/europe/finland-fake-news-intl/>
- PENA, Paulo – *Fábrica de Mentiras: Viagem ao mundo das fake news*. Lisboa: Objectiva, 2019. ISBN 9789896658878.
- PINTO, Manuel; PEREIRA, Sara; PEREIRA, Luís; FERREIRA, Tiago Dias – *Educação para os Media em Portugal: experiências, actores e contextos* [Em linha]. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social, 2011. Disponível em: <http://www.erc.pt>.
- SANTOS, Rita; AZEVEDO, José; PEDRO, Luís – Literacia(s) digital(ais): definições, perspetivas e desafios. *Revista Media & Jornalismo*. Lisboa. ISSN 1645-5681. 15:27 (2015) 17-44.
- SILVEIRA, Patrícia; AMARAL, Inês – Jovens e práticas de acesso e de consumo de notícias nos media sociais. *Estudos em Comunicação*. Covilhã. ISSN 1646-4974. 26:1 (2018) 261-280.
- SMITH, Ben – *Big Tech Has Crushed the News Business. That's About to Change* [Em linha]. New York Times, 2020, atual. 10 mai. [Consult. 12 mai. 2020]. Disponível em: <https://www.nytimes.com/by/ben-smith>

- TUFEKCI, Zeynep – *Think You're Discreet Online? Think Again* [Em linha]. Nova Iorque: New York Times, 2019, atual. 21 abr. [Consult. 26 abr. 2019]. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/04/21/opinion/computational-inference.html>
- VALERO, Pablo; OLIVEIRA, Lúcia – Fake news: a systematic review of the literature. *Observatorio (OBS*)* [Em linha]. Special Issue (2018) 054-078. Disponível em: <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/1374/pdf>. ISSN 1646-5954.
- VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan – The spread of true and false news online. *Science* [Em linha]. 359: 6380 (2018) 1146-1151. Disponível em: <http://science.sciencemag.org/content/359/6380/1146>. ISSN 1095-9203.
- WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein – *Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making* [Em linha]. Bruxelas: Council of Europe. DGI (2017) 09. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disordertoward-%20an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>.

- Receção: 11.11.2022

- Aprovação: 09.01.2023

Vírus da Covid-19, impactos sociais e Estado: o Brasil como caso extremo de abandono e necropolítica

MANUEL CARLOS SILVA*

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (ICS-UM)

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho)

Resumo

A emergência do vírus da Covid-19 agravou os riscos de letalidade e atingiu também no Brasil, e sobretudo sob o governo Bolsonaro, pessoas mais vulneráveis. As políticas dos governos pós-1988 pautaram-se por orientações ora neoliberais (1988-2002), ora social-democratas (2003-2016). A intervenção dos EUA por via da CIA, com a conivência da burguesia reacionária e financeira e dos partidos neoliberais, conduziu à destituição de Dilma Rousseff em 2016, ao processo *lawfare* e à condenação de Lula pelo juiz parcial Moro, graças à intoxicação da *Globo*, à instrumentalização da crença por pastores evangélicos e à chantagem militar, as quais permitiram a ascensão da extrema-direita. Tal implicou mais desigualdades sociais, pobreza extrema e política de abandono perante a Covid-19.

Palavras-chave: vírus da Covid-19, desigualdades socioespaciais, Brasil pós-1988, governo Bolsonaro, necropolítica

Abstract

Covid-19 virus, social impacts and the State: Brazil as an extreme case of abandonment and necropolitics

The emergence of the Covid-19 virus has aggravated the risks of lethality and has also affected more vulnerable people in Brazil, especially under the Bolsonaro government. The policies of the post-1988 governments were guided by neoliberal (1988-2002) and social democratic (2003-2016) orientations. US intervention via the CIA, with the connivance of the reactionary and financial bourgeoisie and neoliberal parties, led to the ousting of Dilma Rousseff in 2016, the lawfare process and the

* E-mail: mcsilva2008@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8462-9516>

conviction of Lula by the biased judge Moro, thanks to the intoxication of *Globo*, the instrumentalisation of belief by evangelical pastors and military blackmail, which allowed the rise of the far-right. This has entailed more social inequalities, extreme poverty and a policy of abandonment in the face of Covid-19.

Keywords: Covid-19 virus, socio-spatial inequalities, post-1988 Brazil, Bolsonaro government, necropolitics

Résumé

Le virus Covid-19, les impacts sociaux et l'État:

le Brésil, un cas extrême d'abandon et de nécropolitique

L'émergence du virus Covid-19 a aggravé les risques de létalité et a également touché des personnes plus vulnérables au Brésil, en particulier sous le gouvernement Bolsonaro. Les politiques des gouvernements post-1988 ont été guidées par des orientations néolibérales (1988-2002) et sociales-démocrates (2003-2016). L'intervention américaine via la CIA, avec la connivence de la bourgeoisie réactionnaire et financière et des partis néolibéraux, a conduit à l'éviction de Dilma Rousseff en 2016, au processus de *lawfare* et à la condamnation de Lula par le juge partial Moro, grâce à l'intoxication de la chaîne *Globo*, à l'instrumentalisation de la croyance par des pasteurs évangéliques et au chantage militaire, ce qui a permis la montée de l'extrême droite. Cela s'est traduit par un accroissement des inégalités sociales, une extrême pauvreté et une politique d'abandon face au Covid-19.

Mots-clés: virus Covid-19, inégalités socio-spatiales, Brésil post-1988, gouvernement Bolsonaro, nécropolitique

Introdução e breve enquadramento

Segundo as primeiras investigações, o vírus SARS-CoV-2 terá tido origem natural, através de morcegos ou pangolins chineses, e não em laboratório.¹ Comportando uma dramática letalidade, começou por transmitir-se e infetar seres humanos na Província de Wuhan na China (cf. *Folha de S. Paulo*, 18/03/2020). A partir deste primeiro foco, a doença disseminou-se, por comércio e viagens, praticamente a nível mundial, com diferenciados graus de calamidade, ao ponto de ser declarada pela ONU como uma nova pandemia com sucessivas ondas de adaptação e réplica de novas espécies. Mesmo os países ditos desenvolvidos não estavam de modo algum preparados para a doença, não só pela ausência de vacina para o efeito, como pela falta de equipamentos (máscaras, testes, respiradores) e, nalguns países, insuficiência de médicos, enfermeiros e técnicos. A sociedade de risco a que

1 Cf. Andersen *et al.* (2020, p. 450 ss). A hipótese conspiratória de a China pretender retirar vantagem económica com uma alegada manipulação laboratorial e disseminação do vírus SARS-Cov-2 foi colocada por algumas instâncias governamentais, nomeadamente dos Estados Unidos da América (EUA), e replicada em vários órgãos de comunicação ocidentais. Contudo, a hipótese não colheu entre grande parte dos cientistas de universidades na Inglaterra, na Austrália e nos EUA, segundo os quais o vírus não teria sido produzido em laboratório por duas razões: (i) a estrutura do SARS-CoV-2 é distinta de outros vírus conhecidos e (ii) tem afinidades no processo de adaptação com células humanas receptoras.

Beck (2010) se referia foi exponencialmente potenciada num elevadíssimo grau de incerteza e descontrolo sobre a vida corrente, quotidiana. A pandemia, para além da elevada mortalidade como consequência mais dramática, teve também um enorme impacto económico na medida em que foi suspensa uma série de atividades económicas e inclusive, com base em declarações de estados de emergência e consequente confinamento, proibida a circulação e o exercício de direitos e liberdades fundamentais.² A este respeito, particularmente na primeira fase, foi declarado por diversos comentadores que a Covid-19 seria 'equitativa' e 'democrática' no seu potencial destrutivo em termos da transmissão da doença e da própria letalidade. Porém, rapidamente este equívoco foi desfeito, se se atender ao comportamento dos super-ricos, que se refugiaram em abrigos subterrâneos (*bunkers*), das classes dominantes e das próprias 'classes intermédias' e outras que, por ocasião das declarações de confinamento (*lockdown*), se permitiram resguardar em casa e manter o distanciamento físico, evitando assim o contágio.

As situações de elevada gravidade em termos de letalidade eram de tal forma preocupantes que se justificava uma intervenção mais ampla do Estado, de modo a contrariar, dentro do possível, as consequências, a nível sanitário e, a médio prazo, do funcionamento da economia e da sociedade, o que até certo ponto teve lugar nos apoios económicos a empresas e pessoas. Porém, tal como Santos (2020) e Afonso (2022, p. 377 ss.) evidenciaram, contrariamente à ideia inicial de que, perante esta accidental mas extraordinária situação pandémica, estar-se-ia a enveredar por um keynesianismo de exceção com um reforçado papel de intervenção por parte do Estado criando um novo paradigma de governação e de maior proteção e equidade social, tal não passou de uma ingénua ilusão. Pelo contrário, salvo algumas intervenções iniciais ou pontuais de apoio em situações-limite, os diagnósticos, as estratégias e propostas avançadas não colocaram em causa os fundamentos, as políticas e as mundividências vigentes, reforçando até, nalguns casos, as taxas de lucro, nomeadamente para as multinacionais farmacêuticas, as empresas de aplicativos e as redes mediáticas. Como refere Sennet (2006), em vez da opção pela vida, os poderes económicos e políticos escolhem a economia do mercado e do lucro, promovendo a insegurança e a incerteza junto dos cidadãos/ãs.

2 Neste processo houve, por parte dos Estados, posicionamentos diferenciados: enquanto a maior parte dos países, com maior ou menor rapidez, procedeu a confinamentos e alguns adotaram inclusive medidas drásticas de Covid zero (v.g. Nova Zelândia, Singapura, Coreia do Sul, Vietname, China e Austrália), outros assumiram políticas de imunidade de rebanho, declararam confinamentos mais leves ou relaxamentos prematuros e tomaram medidas de isolamento tardio: por exemplo, o Reino Unido, a Holanda e a Suécia. Um terceiro grupo de países, por razões e alegações distintas, como a priorização dos interesses económicos (agro-negócio, capital industrial e financeiro, venda de produtos farmacêuticos) em detrimento da saúde, acabaram inclusive por negar a ciência, como ocorreu nos Estados Unidos com Trump e no Brasil com Bolsonaro, os quais adotaram políticas contrárias ao confinamento, com graves consequências no número de casos e mortes por Covid-19.

Em termos de políticas públicas, as medidas foram bem diferenciadas, quer em termos de apoios sociais, quer em termos de resposta sanitária por países e regiões, refletindo assim a maior ou menor capacidade de proteção e resiliência dos serviços públicos. A grande parte dos trabalhadores/as de serviços considerados essenciais e daqueles/as que viviam em condições infraestruturais, laborais e habitacionais precárias ficou obviamente mais exposta e, nesse sentido, a pandemia não se comportou de modo 'democrático', nomeadamente na exposição ao vírus, no acesso às vacinas e no subsequente controlo da doença e número de mortes. Ou seja, mais uma vez e a este propósito, se manifestaram e agravaram as desigualdades de classe, de género,³ étnico-raciais e de nacionalidade, em que os países centrais, apesar da devastação geral, conseguiram aceder prioritariamente a vacinas. Deixados para segundo plano ou mesmo abandonados até hoje ficaram países sem recursos para compra de vacinas, na medida em que o acordo comercial TRIPS privilegia os direitos de propriedade dita intelectual sobre as vacinas em detrimento do interesse do bem comum⁴ (cf. Fischer, 2021; Bhardwaj, 2021). Em alternativa, a decisão de comprar vacinas (aliás, mais caras) tem levado 132 dos 148 países do Sul a endividarem-se e, conseqüentemente, a sobreendividarem-se, agravando as suas dívidas soberanas com pagamentos de juros (cf. GDM, 2022; Kamel, 2022). Os governos e demais poderes públicos nos Estados Unidos e na Europa, inclusivamente nesta situação de calamidade pública, estiveram mais ocupados em salvaguardar o quadro neoliberal de globalização e financeirização e em respeitar os regimes de Propriedade Intelectual (PI) no quadro do TRIPS, cedendo parcialmente no caso Covid-19 após enormes pressões de países sobretudo do Sul Global. A calamidade sanitária provocada pela Covid-19 acabou por ser duplicada ou triplicada pela crise económica e social que se lhe seguiu, a que acresceram, em diversos países

3 Se repararmos nos 736 milhões de pessoas em pobreza extrema, 40% das quais em situação vulnerável, e no aumento de 24% das fortunas, rapidamente se infere que "não estamos no mesmo barco". Para além das desigualdades de classe e de nacionalidade já referidas no texto, diversos são os relatos e estudos de vários cientistas sociais que dão conta de um agravamento da insegurança, de formas de abuso com crianças e de violência doméstica contra mulheres durante a pandemia, praticadas na esfera doméstica sem visibilidade pública (violência física, negação de alimentos ou de apoio) (cf. Santos, 2020; Abraham, 2021).

4 Um mínimo de decência que se exigiria dos países centrais (EUA/União Europeia-UE) que financiaram, em grande parte, com investimentos públicos a pesquisa em vacinas, seria que as patentes das vacinas fossem de acesso público e a bem da humanidade, o que manifestamente não aconteceu, sendo pelo contrário uma ocasião de acumulação privada por parte das multinacionais farmacêuticas (Pfizer, AstraZeneca). Já em 2001 a OMS tivera, por ocasião da emergência do HIV, de confrontar estes *lobbies* das multinacionais, o que só seria revertido com a Declaração de Doha sobre TRIPS e Saúde, com base na exemplar prática de Nelson Mandela de importar genéricos. A exigência de isenção total de barreiras por parte de dois terços dos membros da OMC, relativamente a tratamentos e vacinas para HIV, hepatite C, cancro e doenças cardíacas, é hoje, por parte da Índia e da África do Sul, repetida em relação ao 'apartheid' de vacinas contra a Covid-19. O mesmo se verifica em ações contra patentes privadas, sublicenças secretas e segredos comerciais, bem como na luta pela democratização da vacina Covax, no combate às restrições de exportação impostas, nas interrupções no fornecimento, na especulação de preços em testes, ventiladores e vacinas (Bhardwaj, 2021), situações que penalizam países como o Peru, remetendo-os para o último lugar (cf. Giannela, 2021).

mais vulneráveis, desastres ecológicos (tsunamis, inundações, secas). Estes desastres provocam impactos bem mais desastrosos que os temporários benefícios ecológicos com a diminuição de emissão de CO₂; efetivamente, o benefício decorrente da redução temporária do transporte aéreo e rodoviário (coletivo ou particular) acabou por ser anulado com o aumento de CO₂ por via do relançamento da economia em tempo pós-covid-19.

A primeira reflexão a ter em conta sobre esta pandemia, como outras anteriores provocadas por outros vírus (zika, ébola), diz respeito ao facto, recorrentemente esquecido pelos arautos glorificadores do sistema capitalista, de que a sociedade não é separável da natureza, de que os humanos não estão fora da natureza e de modo algum podem menosprezá-la. Com efeito, o trabalho é “uma condição da vida do homem, e condição independente de todas as formas de sociedade, uma necessidade perene e natural sem a qual não se conceberia o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza nem, por conseguinte, a vida humana” (Marx 1996 [1867], p. 172), ideia esta que converge com o que Engels (1979 [1886], p. 224) anota nesse tempo, ainda não tão crítico como o atual: “não podemos dominar a natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da natureza; mas sim que lhe pertencemos, com a nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro”. Com maioria de razão hoje, perante o horizonte de catástrofe ambiental, como assinala Lowy (2013), a tradicional separação entre sociedade e natureza não é sustentável, tal como referem diversos outros autores críticos, entre os quais O’Connor (1988), Leff (1992), M. Santos (1996), Altvater (2006) e Santos (2020); e o próprio Papa Francisco (2015) de maneira sugestiva refere, no subtítulo da Encíclica *Laudato Si*, a necessidade de “cuidar da nossa casa comum”.

Um outro aspeto relevante a considerar é o facto de que, se a pandemia de Covid-19 exigiu a declaração de justificados estados de emergência por razões imperiosas de saúde pública, ela também proporcionou, designadamente em certos Estados, ocasião e pretexto para processos de governamentalidade,⁵ nos termos definidos por Foucault (2007 [1978]), estendendo-se a outros objetivos para além dos de saúde tais como proibição de greves – as quais, em regra, não exigiam a agregação de pessoas – e sobretudo discursos biopolíticos de apelo à segurança perante grupos de refugiados, migrantes e ciganos, vistos como ameaças externas ou internas. Esta ideia foucaultiana tem sido desenvolvida por vários autores que identificam tais processos de controlo biopolítico como inerentes ao ‘capitalismo de vigilância’ (cf. Zuboff, 2022) e ao ‘Estado de exceção’ (Agamben, 2010), em que o chamado

⁵ O conceito de governamentalidade, criado por Foucault (2007 [1978]) nas suas Lições no Collège de France, funde o conceito de governo e mentalidade para designar a arte de governar em sentido lato, ou seja, condicionando e prescrevendo comportamentos dos cidadãos/ãs por via de técnicas de controlo político e social a nível estatal e deste em relação a diversas instituições (hospitais, escolas, etc.).

Estado democrático tem sido reconfigurado em função dos interesses das classes dominantes, através de determinados processos de exploração e dominação, perseguição, prisões arbitrárias e recurso a aparelhos de vigilância cibernética. Os complexos de biopolítica, governamentalidade e política de controlo, exercidos amiúde em nome de valores da dita civilização ocidental, quando confrontados com as teorias críticas da dependência (Frank, 1961; Marini, 1991 [1973]), do centro-periferia (Wallerstein, 1990 [1974]; Fortuna, 1987; Silva e Cardoso, 2005; Ribeiro, 2017) e sobretudo decoloniais (Quijano, 2000; Dussel, 2009; Santos e Menezes, 2009), configuram-se como políticas claras de sobreexploração e dominação vigentes no passado e, ainda que sob novas formas, igualmente no presente, o que induz alguns autores/as a avançar com o conceito de necropolítica, exercida pelos países do Norte e/ou por classes e grupos étnico-raciais dominantes em relação aos países e povos dominados e oprimidos (cf. Mbembe, 2017 [2013]).

Em suma, tendo presente as relações entre natureza e sociedade, tornou-se hoje cada vez mais evidente que determinados fenómenos destrutivos e até letais provocados pela natureza são resultantes de comportamentos humanos e, em particular, de fenómenos de poluição, bem como dos objetivos dos poderes económicos e políticos mais orientados para o lucro privado do que para o bem-estar social, coletivo.

1. Sociedade e Estado no Brasil (1988-2022)

Se as desigualdades sociais de hoje (de classe, de género e étnico-raciais) não podem ser explicadas apenas pelo velho colonialismo, importa contudo lembrar o impacto do lastro histórico do racismo ocidental escravocrata em que assentava o capitalismo ibérico e suas ideologias de base patrimonialista, patriarcal e de controlo clientelar, cujas repercussões estão ainda presentes não só em Portugal, como de modo mais afincado no Brasil contemporâneo. Com efeito, este país conserva e reflete a herança de uma estrutura agrária latifundista e a supremacia da burguesia rentista, financeira e *compradore* com um padrão de dependência, primeiro, de países centrais europeus e, no pós-Segunda Guerra Mundial, dos Estados Unidos. É este fundo das velhas classes dominantes e duma elite ultraconservadora no Brasil, com mecanismos clientelares e coronelistas e a influência religiosa-política de pastores neopentecostais sobre os mais pobres que, aliada ao conservadorismo de costumes, importa reter. Trata-se de uma burguesia e de classes ditas intermédias (pequenos proprietários, técnicos/as diplomados/as e 'empreendedores/as') avessas a qualquer reforma (agrária, redistributiva) e incapazes de fazer pactos com o movimento sindical, refletindo uma ideia de inspiração weberiana (Weber, 1978 [1920]): excluir para baixo e usurpar para cima. E esse

conservadorismo é muito mais forte do que se julgava e, por detrás dele, entrevê-se a corrente fascista que se foi 'introduzindo' no Brasil e noutros países.

A Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988 – momento histórico de consagração jurídico-política de direitos cívicos, sociais e culturais – é o marco de referência. As forças democráticas, (cons)cientes do retrocesso político e da repressão imposta pela ditadura vigente entre 1964 e 1985, não obstante as suas divergências e disputas, conseguiram convergir na defesa do Estado de Direito e nas conquistas da participação social.

Os governos que se sucederam, após 1988, espelharam uma orientação ora mais conservadora e/ou neoliberal, ora mais reformista, social-democrata e/ou progressista. Assim, já no cenário de uma democracia representativa, a primeira orientação teve como protagonistas os governos de José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, respetivamente, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Cidadania e do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Embora com variantes, esses governos assumiram uma política favorável ao capital financeiro externo e interno, aliado ao latifundismo rentista e à burguesia oligárquica. Na viragem para o século XXI o Brasil comportava assimetrias territoriais entre regiões e estados federativos, elevadas taxas de pobreza e redução dos direitos socioculturais, sobretudo entre os negros/as.

Essa situação só viria a conhecer uma notável mudança (precedida da ação dos sindicatos e movimentos sociais das décadas de 1980-90 e 2000) entre 2003 e 2016, nos governos de Lula da Silva e Dilma Roussef do Partido dos Trabalhadores (PT), traduzida em políticas públicas económicas e sociais com maior afirmação desenvolvimentista e soberana. Houve uma relativa diminuição da dependência face aos Estados Unidos, uma estratégia de diversificação de parceiros comerciais, como os BRICS, e outros países latino-americanos.

Os governos do PT, além de liquidar a dívida pública ao FMI, fazer crescer a economia numa média de 4% do PIB/ano, aumentar o fundo de reserva de 51,8 biliões de dólares em 1995 para 288 biliões de dólares em 2010 e 374 biliões em 2014, criaram 22 milhões de empregos, acudiram aos grupos sociais mais vulnerabilizados e retiraram da pobreza extrema cerca de 30 milhões de brasileiros/as. Assim, foi melhorada a infraestrutura em saneamento e garantida a segurança alimentar básica por meio do Bolsa-Família (Lei 10.836 de 09/01/2004); foi aumentado o salário mínimo em 72,75% entre 2003 e 2015; foram consolidados os direitos laborais e previdenciários e reforçado o Sistema Único de Saúde (SUS); foram incrementadas políticas de habitação e mobilidade; foi dado um extraordinário impulso à formação,

principalmente no ensino superior, que passou de 3 para 8 milhões de matriculados; foi ainda aprofundado o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, das comunidades tradicionais, ribeirinhas, de quilombolas e dos cidadãos/ãs afro-descendentes negros/as que são a maioria da população.⁶

A partir de 2014, com o apoio da CIA/Pentágono e, com base no *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) de 1979 e emendas de 1998, foi gizado um plano, em que os EUA, julgando-se com o poder de intervir num país estrangeiro, contaram com a conivência da burguesia financeira e mais reacionária, de partidos neoliberais (como o PSDB e o MDB) e o apoio de segmentos das classes intermédias hostis ao processo de melhoria social dos mais pobres. Assim, cavalcando sobre algum descontentamento social originado em 2013 com base na reivindicação da diminuição do preço dos transportes públicos rodoviários, foi preparada a destituição de Dilma Rousseff que veio a ter lugar em 2016. Paralelamente, a par do cenário internacional desfavorável entre 2011 e 2013, foi montada a operação Lava-Jato, uma armadilha e fraude judiciária conduzida pelos Estados Unidos da América (EUA) e secundada, com a cumplicidade dos *media* e forças conservadoras, por uma quadrilha comandada pelo Juiz Moro⁷ e pelo Procurador Dellagnol, num combinado processo *lawfare* para inviabilizar a candidatura de Lula da Silva em 2018, seguindo-se a sua hedionda prisão com espetáculo mediático e posterior condenação sem prova. Além da politização do sistema judicial, a partir de 2016, com o governo neoliberal de Temer, com a intoxicação e o massacre mediático pela *Globo* e pelas televisões evangélicas, são criadas

6 Sobre o aumento de 4% do PIB/ano e de 2,8% de renda per capita; redução de dívida pública de 41,8% em 2002 para 15,9% em 2014; redução de taxa de pobreza de 41% em 1990 para 25,6% em 2006 e 12,8% em 2014, graças à descida da inflação de 12,5% em 2003 para 5,9% em 2010; descida do desemprego de 10,9% em 2003 para 5,3% em 2010 graças ao *boom* de exportação de mercadorias (*commodities*) e ao aumento de consumo interno; investimento na educação com 4,7% do PIB em 2010; investimento na saúde: de 3,5% em 2007 para 8,4% do PIB em 2010; criação de 13 universidades federais; investimento na habitação via Programa *Minha Casa Minha Vida*, cf. "GDP growth anual Data. World Bank Dívida Pública R7, Banco Central do Brasil (BCB) 15/12/2012; BBC Brasil 20/04/2010; BCB e IPEA, 1995-2014; Marques *et al.*, 2015.

7 Moro fez um curso em Harvard em 1998 e depois um outro em 2007-2008, ficando entusiasmado por entrar como agente na agenda dos EUA, numa clara violação de tratados internacionais e à revelia da soberania e do poder político e judicial do Brasil, procedendo a contatos por fora do Ministério da Justiça. Ou seja, Moro esteve na lista de juizes e procuradores aliciados e treinados nos EUA, tais como centenas de milhares de funcionários no FBI e na CIA/NSI. Moro, ao serviço dos interesses dos EUA e da burguesia interna, instrumentalizou o cargo de juiz em benefício de interesses económicos e políticos, sendo desde 2014 até 2018 promovido por universidades americanas, condecorado pelo exército e reputado pelos *media* como "superestrela impoluta" e "herói no combate à corrupção". Em 2018, nas vésperas das eleições, negoceia com Bolsonaro o seu lugar como Ministro da Justiça, entrando posteriormente em conflito com o presidente com o objetivo de concorrer à Presidência da República. Contudo, quando comprovado pelo STF como tendo sido um juiz parcial, torna-se advogado e sócio da Alvarez e Marsal como administrador judicial da Odebrecht, tirando proveito dos 'despojos' da empresa e, seguidamente, auferindo 22.000 reais por mês, enquanto membro do partido *Podemos*, que aliás abandonou, para, além de apoiar de novo Bolsonaro na segunda volta em 2022, se candidatar e ser eleito como Senador pela *União Brasil* no Paraná (cf. Zanin *et al.*, 2019; *Isto é*, 30/01/2015 e 19/04/2017; *Globo*, 18/03/2015 e 21/04/2016; *Correio Braziliense*, 26/8/2016; *Estadão*, 24/03/2016; *Veja*, 16/05/2018; *UOL*, 12/06/2019, 24/12/2019, 30/10/2021 e 30/11/2021).

as condições para a perseguição e acusação, condenação e desumanização de Lula. O STF impede o ex-presidente de concorrer às eleições de 2018, para o que também terá contribuído a chantagem da tutela militar sob a alçada do general Vilas Boas a ameaçar o STF, se este libertasse Lula. Com efeito, não descolando os candidatos neoliberais quer nas sondagens quer na primeira volta, tal situação proporcionou que Bolsonaro, coadjuvado pela emoção causada por uma facada não fatal no início da campanha eleitoral (e interpretada misticamente como 'destino divino' pelos líderes evangélicos), acabasse por ser eleito com o apoio dos partidos de direita tradicional, combinando autoritarismo ultraconservador com política neoliberal. Com o resultado da operação Lava Jato e o processo político subsequente o Brasil conheceu retrocessos para grande parte da população no quadro da recessão económica: perda de 172 biliões de reais e 4,5 milhões de desempregados na Petrobras, na Odebrecht e noutras empresas brasileiras, multas (1,78 biliões pela Petrobras e 93 milhões pela Odebrecht) e outras perdas em favor dos EUA (cf. Zanin *et al.*, 2019; Rodas, 2020).

Há ainda a salientar, sobretudo na última década, os impactos trágicos em termos ambientais e humanos, tais como os derramamentos de óleo nas zonas costeiras, mormente do Nordeste (e sobretudo os rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais), graças à irresponsabilidade de empresas como a Vale (cf. Carrari *et al.*, 2020; Moraes e Machado, 2020). A este respeito poder-se-á sustentar a correlação, já referida, entre o aumento destes casos e o modelo exportador de *commodities* ou bens primários do agronegócio e matérias-primas minerais, concomitante a um processo de desindustrialização nacional e reprimarização da economia (com agronegócio e minérios), além do empolamento do setor terciário sobretudo informal e de aplicativos (cf. Pochmman, 2022).

Um outro tema nuclear, a nível nacional e global, é o que se prende com as mudanças climáticas (cf. del Prete e Rodrigues, 2020), nomeadamente a emissão de gases de efeito de estufa (GEE), cujas responsabilidades são bastante díspares entre os países centrais industrializados, mais poluidores, e os (semi)periféricos, menos poluidores, mas que no Brasil o governo Bolsonaro agravou exponencialmente.

Um tema também candente é o uso crescente de agrotóxicos, que ocorre com a pujança do agronegócio, sob o comando de um poderoso grupo económico, suportado pela bancada ruralista do Congresso Nacional (cf. Bezerra e Gonzaga, 2020). Com efeito, no meio das disputas parlamentares, os *lobbies* da agropecuária e da indústria de agrotóxicos revogam uma lei em favor da saúde pública, com base em argumentos de eliminação das pragas por pesticidas, aumento da produtividade agrícola e até necessidade

de superação da 'fome'! Tudo isto graças às três bancadas parlamentares conservadoras: a ruralista do agronegócio (do Boi), a militar (da Bala) e sobretudo a fundamentalista Frente Evangélica (da Bíblia).

2. Do golpe de 2016 à ascensão e queda do governo Bolsonaro

Com o governo Temer e sobretudo o de Bolsonaro verificou-se, para além do elogio da violência brutal e do rearmamento privado, uma diminuição do investimento público, o aumento do desemprego e da precariedade, a depressão do mercado interno, a subida da inflação e a carestia de vida com o aumento de preços de bens básicos, com 14 milhões de desempregados/as e 6 milhões de desencorajados/as, 39,3 milhões de trabalhadores informais sem direitos e 33 milhões em pobreza extrema.⁸ Por outro lado, importa ter presentes: os impactos negativos da contrarreforma trabalhista e previdenciária entre 2017 e 2019; a privatização da empresa pública Electrobrás e o esfacelamento da Petrobrás; a sobrecarga de 14 biliões de juros na dívida e a venda de ativos financeiros públicos ao BTG, o maior banco de capital financeiro privado da América Latina, por um terço do preço; os desmontes dos mecanismos de participação social em conselhos de políticas públicas (de 700 para 50: cf. D.L. 9.759 de 11/04/2019); a Emenda de teto de gastos com cortes no SUS e na farmácia popular; os ataques à cultura e à educação, cujos sucessivos Ministros obscurantistas foram responsáveis pelo desvio de dinheiros públicos para pastores de Igrejas evangélicas; os cortes de verbas orçamentais na CAPES/CNPq e em centros de investigação, bem como a perseguição a reitores/as democratas em várias Universidades. O governo Bolsonaro, além de utilizar instâncias de poder administrativo-policial para encobrir desvios financeiros da sua parte, dos seus filhos e de outros familiares, para assim os livrar de processos judiciais (por organização de *fake news*, 'rachadinhas', alegadas compras de 51 imóveis, dos quais 26, segundo informações dos *media*, com dinheiro em espécie), procedeu à corrosão do Estado por dentro em benefício de militares nos aparelhos de Estado e à compra de deputados da (extrema)direita em 'orçamentos secretos'.⁹ Por fim, legitimou omissões e

8 Queda de 3,9% do PIB em 2020 e quase estagnação em 2022, com média de 1,5% nos quatro anos; aumento da dívida pública para 80%; queda do rendimento médio de 2.472 reais em 2018 para 2.261 em 2021; descida de renda *per capita* para 1.353 reais, diminuição do salário mínimo, passando de 1226 reais em 2017 para 1.212 reais em 2022; aumento da desigualdade de rendimento (coeficiente de Gini em 0.565) sobretudo entre os mais pobres, com perdas de 48%; desemprego elevado: 12% em 2018, 15% em 2021 e 9% em 2022; aumento da inflação: de 3,5% em 2018 para 12% em inícios de 2022; os pobres com rendimento inferior a 497 reais/mês aumentaram 23,7% (+7,2 milhões) e extrema pobreza subiu 6,35% (+3,1 milhões) em 2021, totalizando 62,9 milhões de pessoas; 15,5% da população em insegurança alimentar (33 milhões), dos quais 280.000 em situação de rua: cf. IPCA/PNAD/IBGE/DIESE, IPEA, 2017-2022, Observatório das Metrôpoles, Bruno Lupion *in* UOL, 30/12/20122.

9 Sobre desvios de dinheiro, por parte do Ministro da Educação para pastores evangélicos, sob contratos fictícios com empresa, cf. *Por Valor*, 22/09/2022; sobre património da família Bolsonaro, cf. reportagem de Thiago Herdy e Juliana dal Piva *in* UOL, 30/08/2022; sobre "orçamentos secretos" entre 2019 e 2022 que

conivências com desmatamentos e queimadas predatórias e especulativas na Amazônia, na Mata Atlântica e no Pantanal em cerca de dois milhões de hectares sem qualquer multa ou punição (cf. Rodrigues e Guimarães, 2020; Fonseca e del Prete, 2020) e respaldou (i) a degradação de 70 milhões de hectares; (ii) as privatizações e usurpações de terras públicas e invasões de terras indígenas em cerca de 44 milhões de hectares; (iii) a recusa de demarcação de terras para os povos indígenas e a expansão desenfreada da fronteira agropecuária; (iv) a abertura de estradas favoráveis ao agronegócio extrativista, a ilegalidade na exploração de madeira e de minérios e a contaminação de rios; (v) a 'passividade' e/ou cumplicidade perante crimes de violência, etnocídios e assassinatos de líderes a mando e com o financiamento de fazendeiros e garimpeiros.

Com o governo Bolsonaro o Estado configurou-se mais como Estado penal que social, com a detenção de 909.000 cidadãos/ãs, dos quais 44,5% em prisão preventiva, um Estado violento e punitivo com cerca de 70.000 cidadãos/ãs mortos por ano (dos quais cerca de 75% negros, sobretudo jovens), nomeadamente por forças policiais, fenómeno este que se enquadra na secular segregação étnico-racial, bem distante da proclamada democracia racial que ainda é um mito (cf. Vilela e Silva, 2020; CNJ, dezembro de 2022). Com efeito, a raça, não tendo correspondência objetiva em termos biológicos, não é um conceito arcaico, mas uma componente de uma estrutura social racializada. O racismo institucional, acoplado ao processo de colonização e às clivagens estruturais de raça e classe, a despeito dos avanços jurídicos desde a Constituição e de marcos legais subsequentes, é um tema conflituoso, constante e, ainda, muito atual numa sociedade racializada como a do Brasil.

Entretanto, a revelação por via do *hacker* Walter Delgati, admirador desapontado de Dellagnol, gradualmente publicitada pela agência *Intercept* no âmbito da Vaza-Jato, acabaria por desmascarar a conivência do Procurador Dellagnol com o Juiz Moro no quadro do referido golpe planeado pelos EUA e executado pelo juiz Moro, em conluio com Dellagnol e a cumplicidade dos *media* e das forças conservadoras e neoliberais já referidas. Tal revelação levou o próprio STF a considerar as sentenças de Moro infundadas e parciais, o que desembocou na libertação de Lula, na sua absolvição sucessiva em 26 processos e na possibilidade de este concorrer às eleições de 2022 (cf. STF, 15/04/2021).

Estas eleições evidenciam que o bolsonarismo, apesar de desgastado, desacreditado, tem ainda uma base de apoio social mediado pelas Igrejas

ascendem a 44 bilhões de reais e cujos destinos se ignoram, cf. Lucas Neiva in *Jornal de Brasília*, 18/10/2022. 'Rachadinha' é o termo convencionado para designar o desvio de salário de assessor como prática de corrupção caracterizada pelo repasse de parte dos salários de assessores para o parlamentar ou secretário a partir de um acordo pré-estabelecido ou exigência para a função.

evangélicas e, como tal, ainda é uma corrente de extrema-direita não derrotada; pelo contrário, pelos resultados obtidos em senadores e deputados federais e estaduais eleitos, reforçou a sua posição no Senado e no Congresso, além de ganhar em governadores/as em 14 Estados face a 11 Estados favoráveis a Lula (e dois não posicionados).

Tudo isto ocorre no quadro duma sociedade individualista e brutalizada, fragmentada e polarizada, com uma população escolarmente excluída e desinformada, a qual é manipulada por pastores ultraconservadores e intoxicada pelos *media* oficiais e pelas *fake news* de redes sociais, que insuflam um eficiente discurso de raiva e de ódio antipetista e, em particular, antilulista. Porém, embora os ingredientes de raiva e ódio estejam presentes neste processo, a explicação tem de ser mais funda: é a situação de desespero, insegurança e abandono a que milhões de brasileiros/as têm sido votados. Inúmeros pastores evangélicos neopentecostais, a par ou até dividindo tarefas com milícias – as quais surgiram para desalojar líderes das comunidades eclesiais de base inspiradas na Teologia da Libertação¹⁰ – acabaram por ocupar e controlar favelas urbanas e comunidades do interior rural do Brasil, reconhecendo os “seus” crentes pobres, ora mais idosos ora mais jovens, pelos seus nomes e estando próximos deles em situações de insegurança socioeconómica e existencial, em busca da segurança mínima (*safety first*).¹¹ Mais, tais pastores neopentecostais

10 Se a Igreja católica foi o braço ideológico do colonialismo, do latifundismo e da burguesia *compradore* durante o colonialismo ibérico na América Latina, nomeadamente no Brasil, importa ter presente que à sua hegemonia acresceu e se contrapôs uma primeira vaga de missionarização de metodistas-baptistas-evangélicos nos anos 1910-20 e uma segunda vaga em 1940 sobretudo em Recife, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, uma e outra ligadas ao latifundismo e à burguesia financeira; nos anos 1960-70 verifica-se uma terceira vaga de evangélicos pentecostais que virá a ser conhecida como Teologia da Prosperidade, representada pela Igreja Universal do Reino de Deus com o claro intuito de proporcionar simultaneamente uma sublimação mística para os sofrimentos humanos da maioria da população e uma justificação da prosperidade duma minoria, batendo-se assim contra a então emergente corrente católica da Teologia da Libertação, também base social de apoio do PT e de resistência à ditadura. Porém, a contraofensiva (ultra) conservadora não tardou a ser empreendida. Com efeito, com o Papa Paulo VI e sobretudo o Papa João Paulo II, co-construtor da queda do poder dito socialista ou pró-soviético na Polónia, também no Brasil se verifica uma quarta vaga desde 1983, com um crescendo da influência da Igreja neopentecostal, cada vez mais marcante, principalmente a partir de 2000 com Edir Macedo, em articulação com o imperialismo norte-americano, em particular o Partido Republicano (cf. Alves, 1979; Almeida, 2016; Py, 2020; Fachin e Santos, 2020). Fábio Py, inspirando-se na teóloga alemã Dorothee Sölle, que detetou a promiscuidade das igrejas alemãs com o nazismo ao ponto de avançar com o conceito de ‘cristo-fascismo’, acabou por aplicar também este conceito à doutrina e máquinas evangélicas sobretudo neopentecostais no Brasil, enquanto “forma de governança baseada no fundamentalismo que pratica o ódio aos diferentes”, organizando grandes comícios e manifestações em estádios, além da atividade quotidiana dentro e fora das igrejas. No entanto, o autor aproxima o fundamentalismo evangélico no Brasil mais do sentido de fascismo atribuído por Walter Benjamin, ou seja, não como uma etapa, mas como uma estrutura dentro do capitalismo atual, e por Lowy que entende o neofascismo como conjunto de padrões autoritários a partir de concepções ditas cristãs e de práticas de subordinação ao neoliberalismo na sociedade atual. Por sua vez, Cunha (2020), à luz da obra de Gilberto Freyre, enquadra e articula este fenómeno com o tema do caciquismo e do coronelismo sob o sugestivo título *Mandonismo e Sadismo*. Para trabalhos mais recuados no Brasil importa convocar Leal (2012 [1949]) e M. I. Queiroz (1976) e, em Portugal, Cutileiro (1977) e Silva (1994, 1998).

11 Seja perante situações-limite de fome, seja nos apoios na recente pandemia. Mesmo quando esses pastores evangélicos neopentecostais falam a linguagem dos cidadãos comuns, “entendem as suas inquietações”, como

instrumentalizaram a religião para fazer política obscurantista e reacionária a todo o tempo no dia a dia e fizeram campanha por Bolsonaro. Este, enquanto militar expulso do exército, medíocre, elogioso de Ulstra como torturador em tempo da ditadura, misógino e homofóbico,¹² incompetente e de modo algum carismático, foi por acidente histórico alcandorado a 'mito' e/ou a ente 'ungido'. Num país messiânico como o Brasil – outra herança do colonialismo português, reforçada, segundo Freston (1993), pela modernização conservadora autoritária do país – foi 'alocado' a Bolsonaro esse papel alegadamente 'salvacionista' desde 2018 em nome de um programa integralista "Deus, Pátria e Família" e do *slogan* "Deus acima de tudo". Esta corrente ultraconservadora, autoritária e tendencialmente fascista teve a particularidade de se combinar com o neoliberalismo pela mão do seu Ministro das Finanças Paulo Guedes, no intuito de entregar riquezas, bancos e outras empresas públicas do Brasil ao grande capital financeiro nacional e internacional, nomeadamente norte-americano. Contudo, graças à oposição, este empreendimento só em parte foi levado a cabo, ficando-se pela privatização da Electrobrás e por operações parciais de fragmentação, desmonte e venda de campos, refinarias e distribuidoras de petróleo e gás da Petrobrás em diversos Estados.

2. Do golpe de 2016 à ascensão e queda do governo Bolsonaro

A tragédia da emergência da Covid-19 encontrou no Brasil circunstâncias políticas agravadas pela tutela militar, pelo obscurantismo evangélico neopentecostal e por um governo de extrema-direita que representou um caso de necropolítica perante a pandemia. Vista por Bolsonaro como

refere Santos (2020, p. 14) ou mesmo acorrem a necessidades básicas de sobrevivência, não são de modo algum uma espécie de 'intelectuais orgânicos' na linguagem gramsciana, pois os objetivos desses pastores situam-se, como o autor reconhece, nos antípodas de qualquer processo de emancipação da condição de explorados/as e oprimidos/as. Em todo o caso, é relativamente a estas situações extremas que é aplicável o princípio da 'segurança primeiro' (*safety first*) invocado pelos economistas morais desde Thompson (1979), passando por Wolf (1974), até e sobretudo Scott (1976, 1990). E, quando alguns comentadores urbano-cêntricos amiúde desclassificam como 'gado' os crentes apoiantes de base do bolsonarismo relançam-nos mais ainda nas hostes bolsonaristas graças à base religiosa-afetiva, sob controlo e manipulação de pastores-políticos. De facto, as diversas máquinas evangélicas neopentecostais são mecanismos de dominação e captura existencial, seja num contexto tradicional, seja num contexto moderno neoliberal, que instrumentalizam a crença numa ligação dialética com os interesses económicos e a política (cf. Bourdieu, 1971, p. 299; Bloch, 1974; Silva, 1998; Campos, 1997; Mariano, 1999; Pierucci e Prandi, 1996; Py, 2020; Netto, 2022). A este respeito, se a religião enquanto fenómeno alienante (o 'ópio do povo') foi avançado de modo pioneiro por Marx (1982, p. 383), coube todavia a Weber (1978 [1920], p. 399 ss) uma reflexão mais ampla sobre a religião como assunto social em várias dimensões (doutrinária, afetiva, política, económica) e suas manifestações como atividades 'mundanas' (*diesseitig*).

¹² No que respeita à violência contra as mulheres e à misoginia, Bolsonaro confessou: "Já dei uns sopapos em mulher" (TV Bandeirantes, 2012); "Dei uma fraquejada e veio uma mulher" (sobre o nascimento da sua filha); "usei direito a moradia para comer mulher" (*Forum*, 05/04/2017). E, relativamente à sua homofobia, repare-se num outro comentário bem significativo: "eu seria incapaz de amar um filho homossexual: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí" (entrevista à revista *Playboy* em junho de 2011).

uma ‘gripezinha’, a pandemia foi desde o início encarada com base numa tese deliberada de imunidade de rebanho, que dispensava a vacina, o que implicou, para além da falta de auxílio emergencial durante longo período para milhões de brasileiros/as em carência, um ‘convite para a morte’ por disseminação da infeção. Para além disso, foi visível a ausência de empatia e compaixão e até uma atitude de escárnio perante doentes graves com Covid-19, privilegiando contudo o papel de ‘caixeiro-viajante’ vendedor de cloroquina como ‘remédio-santo’ contra a doença, o que levou milhões de pessoas a comprar tal placebo. O próprio Bolsonaro, contrariando o protocolo da ONU, fez alarde em passear e espalhar o vírus num tempo crítico da pandemia, ‘denunciando’ governadores como responsáveis pelo desemprego por decretarem o confinamento (*lockdown*) nos respetivos Estados; fez boicote à introdução e aplicação da vacina, recusando a negociação da oferta de 70 milhões de vacinas da Pfizer; zombou das pessoas, declarando que quem tomasse vacina podia “virar jacaré”, enquanto ele, “valente” e “militar”, enfrentaria o vírus até no ‘esgoto’; e, por fim, acabou por anuir a um plano de aquisição de vacinas com ‘propina’ de 1 euro por vacina, o que só não avançou por denúncia interna e externa. Por fim, pode falar-se num crime de responsabilidade contra a população, considerando que, segundo os especialistas, das 680.000 mortes por Covid-19, cerca de 300.000 poderiam ter sido evitadas, se a vacina tivesse sido ministrada atempadamente e tivesse sido promovida uma comissão científica que orientasse e inclusive potenciasses o *know how* sobre vacinas em institutos brasileiros de pesquisa (Butantan, Fio Cruz).¹³

Tendo em conta a situação pandémica, assim como o desmonte e o sucateamento das políticas públicas na saúde e na ciência, importa referir o facto de haver ainda cerca de 50% de famílias que não têm saneamento básico, que cerca de 17 milhões de brasileiros/as (8% do total) vivem ainda em favelas ou cortiços sem condições infraestruturais adequadas, verificando-se um aumento de 38% de pessoas sem teto, mais um sintoma de abandono.¹⁴ A estes cabe acrescentar outros grupos sociais vítimas do sistema capitalista em tempo dito normal, mas que, como refere Santos (2020), no contexto da pandemia, foram ainda mais atingidos: mulheres, trabalhadores/as precários/as e informais, vendedores/as e outros trabalhadores/as de rua, moradores/as de favelas e periferias, imigrantes e refugiados/as, deficientes, idosos/as.

Em termos de gastos públicos, além de Bolsonaro condicionar e até chantagear governadores estaduais e presidentes de Municípios, um

13 A respeito destes factos, cf. *Folha de S. Paulo*, 07/06/2021; 17/10/2020; 29/06/1921; *Notícias do Brasil*, 26/03/2020; *Brasil de fato*, 30/03/2021; 26/05/2021.

14 Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) in *Agência Brasil*, 17/12/2021. Quanto a pessoas sem teto, que em 2012 eram 92.515, em 2016 138.785 e em 2020 214.452, passaram a 281.472 em 2022 (IBGE, IPEA, 2012-2022).

dos secretários de Estado de Economia não teve pejo em congratular-se pela menor despesa pública na Previdência com os milhares de mortos por Covid-19 (cf. *Estadão*, 02/06/2020). Mais, durante grande parte da duração da pandemia, o general Pazuelo, Ministro da Saúde mas sob direta responsabilidade política do Presidente enquanto 'Chefe das Forças Armadas', foi desautorizado por este na compra de vacinas coronovac e na aplicação de medidas de combate à Covid-19. Contudo, ele próprio, em Janeiro de 2021, no Estado do Amazonas, deixou ao abandono cidadãos/ãs numa situação de colapso por falta de oxigênio, configurando o conseqüente amontoado de corpos na cidade de Manaus um crime de lesa-humanidade.¹⁵ A própria extrema-direita, enquanto excrescência do seu chefe Bolsonaro, a 1 de Maio e 7 de Setembro de 2021, em vez de reclamar um plano de vacinação mais intensivo e rápido, viria a manifestar-se pedindo um golpe militar com fechamento do Congresso e do STF com um novo AI5 (imitando o Ato Institucional n.º 5 da Ditadura Militar sob Costa e Silva a 13/12/1968). A esta exigência Bolsonaro anuiu com a sua presença, dando assim aval a eventual intervenção militar com um discurso de incitamento às próprias forças armadas e policiais, um ato que obrigou à mediação do ex-Presidente Temer e a uma carta com 'pedido de desculpas' ao STF (UOL, 09/09/2021).

Apesar da desigualdade tremenda no Brasil e do horrível historial do governo Bolsonaro que a agravou, tudo indicia estarmos perante não só uma improbidade político-administrativa mas um projeto eugenista e necropolítico, gizado em círculos neofascizantes desse governo.

Conclusão

Não obstante os avanços obtidos com o pacto que conduziu à aprovação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, verificaram-se todavia políticas negativas para classes populares por via de emendas constitucionais e políticas de governos de orientação neoliberal entre 1988 e 2002. Se se seguiram políticas reformistas e social-democratas de 2003 a 2016, a partir do golpe de 2016 e sobretudo das eleições de 2018 foi possível assistir a uma viragem caracterizada por uma combinação de neoliberalismo com autoritarismo ultraconservador, com a particularidade de, perante a emergência da pandemia, ter praticado uma política de abandono com dramáticas repercussões sociais e sanitárias na sociedade brasileira.

O Brasil, enquanto país com imensos recursos e potencialidades, reclama hoje um Projeto Nacional e um pacto social e político, numa perspectiva de soberania nacional e popular que aponte para a reindustrialização do país,

15 Cf. *Jornal Nacional*, *Globo*, 21/10/2020. O general Pazuelo, sem competência na área da saúde, foi empossado como Ministro da Saúde de modo secreto após a demissão do anterior titular da pasta, Mandetta, que entrou em choque com Bolsonaro por lhe serem negadas condições de combate à Covid-19.

com tecnologia avançada, valorização do trabalho, igualdade salarial entre homens e mulheres na mesma função e uma reforma tributária progressiva. Perante o legado de destruição de governos desde 2016 e sobretudo os problemas resultantes do abandono na pandemia, impõe-se: investimento público com criação de milhões de empregos em obras de saneamento básico e infraestruturas, nomeadamente ferrovia; bolsa-família reforçada e eliminação da fome e da pobreza extrema; direito a moradia a começar pelos sem-abrigo; controlo de preços em bens básicos e energia; aumento do salário mínimo acima da inflação; resolução de dívidas das famílias; revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária; apoio ao movimento sindical e outros movimentos sociais, aos assentamentos do MST e à agricultura familiar; proteção das populações indígenas e inversão da política anti-ambientalista; investimento no SUS, na cultura e na educação a vários níveis, sobretudo pré-escolar e básico; apoio à investigação e a seus centros de pesquisa; implementação de uma TV pública, plural; e, por fim mas não menos importante, reforço de quotas sociais, nomeadamente raciais, de modo a superar as discriminações étnico-raciais.

A execução dum programa progressista exigirá um conjunto de objetivos e pré-condições não preenchidas: (i) erradicar a pobreza extrema e reconhecer as profundas desigualdades e injustiças no acesso a recursos por parte da maior parte da população; (ii) promover a emergência de sujeitos coletivos e o reforço dos movimentos sindicais e ambientais, além dos de classe, étnico-raciais e de género; (iii) abandonar narrativas ideológicas de sujeição e alienação, veiculadas pelos *media* e sobretudo por grande parte de pastores evangélicos; (iv) organizar forças sociais e políticas para construir um pacto unitário que vise consciencializar e mobilizar para a ação política emancipatória.

Siglas

BBC - *British Broadcasting Corporation* no Brasil

BCB - Banco Central do Brasil

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

BTG - *Banking and Trading Group Pactual* (BTG Pactual)

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CIA/NSI - *Central Intelligence Agency/National Security Inspectorate*

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DIESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Económicos

EUA - Estados Unidos da América

FBI – *Federal Bureau of Investigation*
FCPA – *Foreign Corrupt Practices Act* (Lei de práticas corruptas no exterior)
FMI – Fundo Monetário Internacional
GDP – *Gross Domestic Product* (Produto Interno Bruto)
GDM – *Global Debt Monitor*
HIV – *Human Immunodeficiency Virus* (Vírus da imunodeficiência humana)
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIF – *The Institute of International Finance*
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA – Instituto de Pesquisa Económica Aplicada
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MST – Movimento dos Sem Terra
MSTeto – Movimento dos Sem Teto
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PI – Propriedade Intelectual
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PSDB – Partido Social-Democrata Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SARS – *Severe Acute Respiratory Syndrome*
STF – Supremo Tribunal Federal
SUS – Serviço Único de Saúde
TRIPS – *Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* (Acordo relativo a aspetos de direitos intelectuais de propriedade)
UOL – Universo *On Line*

Bibliografia

- ABRAHAM, Margaret – Violência doméstica durante a pandemia global. *Global Dialogue*. Espanha. ISSN 2519-8688. 11:2 (2021) 35-36.
- AFONSO, Almerindo Janela – O retorno do Estado, a crise pandémica e o keynesianismo de exceção. In RIBEIRO, Fernando Bessa; SILVA, Manuel Carlos; AFONSO, Almerindo Janela; MATOS, Cristina; MENDES, Francisco; CARVALHAIS, Isabel

- Estrada; SOUSA, Sílvia; JORGE, Ana (Orgs.) – *Karl Marx. Legado, Críticas e Atualidade*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2020. ISBN 9789897557880. p. 377-388
- AGAMBEN, Giorgio – *O Estado de exceção*. Coimbra: Edições 70, 2010. ISBN 9789724416106.
- ALMEIDA, Adroaldo José Silva – *"Pelo Senhor, marchamos": os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016. Tese de Doutorado.
- ALTVATER, Elmar – Existe um marxismo ecológico?. In BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Orgs.) – *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. ISBN 9789871183678. p. 51-97.
- ALVES, Rubem – *Protestantismo e repressão*. São Paulo: Ática, 1979. ISBN 8508048769.
- ANDERSEN, Kristian; RAMBAUT, Andrew; LIPKIN, Ian; HOLMES, Edward; GARRY, Robert – The proximal origin of SARS-CoV-2. *Nature Medicine* [Em linha]. 26 (2020) 450-452. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41591-020-0820-9>. ISSN 1546-170X.
- BECK, Ulrich – *Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010. ISBN 9788573264500.
- BEZERRA, Juscelino; GONZAGA, Cíntia – A normatização do uso de agrotóxicos: entre pressões e resistências. In STEINBERGER, Marília (Org.) – *Desigualdades socioespaciais – Brasil pós-1988*. Brasília: Libri Editorial, 2020. ISBN 9786586938043. p. 171-192.
- BHARDWAJ, Kajal – Pessoas antes do lucro: um chamado de alerta da Covid-19. *Global Dialogue*. Espanha. ISSN 2519-8688. 11:2 (2020) 10-11.
- BLOCH, Maurice – Symbols Song, Dance and Features of Articulation: is Religion an Extreme Form of Traditional Authority? *European Journal of Sociology*. Reino Unido. ISSN 1474-0583. XV:1 (1974) 55-81.
- BOURDIEU, Pierre – Genèse et structure du champ religieux. *Revue Française de Sociologie*. França. ISSN 0035-2969. XII (1971) 295-334.
- CAMPOS, Leonildo – *Teatro, templo e mercado*. Petrópolis/São Paulo/São Bernardo do Campo: Vozes/Simpósio/UNESP, 1997. ISBN 9788532618825.
- CARRARI, Ana de Araújo; ABIRACHED, Carlos Filipe de Andrade; SALES, Lorrany – Derramamento de óleo em zonas costeiras: o descaso do governo federal. In STEINBERGER, Marília (Org.) – *Desigualdades socioespaciais – Brasil pós-1988*. Brasília: Libri Editorial, 2020. ISBN 9786586938043. p. 215-230.
- CUNHA, Christina – *Mandonismo e Sadismo durante a pandemia no Brasil: analisando a gestão de Bolsonaro à luz da obra de Gilberto Freyre*. São Paulo: Recriar, 2020. ISBN 9786586242317.
- CUTILEIRO, José – *Ricos e pobres no Alentejo (uma sociedade rural portuguesa)*. Lisboa: Sá da Costa, 1977. ISBN 9789722412964.

- DEL PRETE, Marcos; RODRIGUES, Rafael – Políticas climáticas brasileiras para enfrentar a mudança de clima. In STEINBERGER, Marília (Org.) – *Desigualdades socioespaciais – Brasil pós-1988*. Brasília: Libri Editorial, 2020. ISBN 9786586938043. p. 231-258.
- DUSSEL, Enrique – Meditações anti-cartesianas sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade. In SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.) – *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. ISBN 9789724043845. p. 283-335.
- ENGELS, Friedrich – *A dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1979 (1886)]. ISBN 9786557170236.
- FACHIN, Patricia; SANTOS, João Vítor – *Cristofascismo, uma teologia do poder autoritário: a união entre o bolsonarismo e o maquinário político sócio-religioso. Entrevista especial com Fábio Py* [Em linha]. Rio Grande do Sul: Instituto Humanitas Unisinos – IHU, 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/600150-cristofascismo-a-uniao-entre-o-bolsonarismo-e-o-maquinario-politico-socio-religioso-entrevista-especial-com-fabio-py>.
- FISCHER, Karin – Desigualdades sociais e pandemia. *Global Dialogue*. Espanha. ISSN 2519-8688. 11:2 (2021) 9-13.
- FONSECA, Bruno; DEL PRETE, Marcos – Terras indígenas da Amazônia no combate das desigualdades socioespaciais. In STEINBERGER, Marília (Org.) – *Desigualdades socioespaciais – Brasil pós-1988*. Brasília: Libri Editorial, 2020. ISBN 9786586938043. p. 101-118.
- FORTUNA, Carlos – Desenvolvimento e sociologia histórica: acerca da teoria do sistema mundial capitalista e da semi-periferia. *Sociologia. Problemas e Práticas*. Portugal. ISSN 0873-65293. 3 (1987) 163-193.
- FOUCAULT, Michel – *Security, Territory, Population*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2007 (1978). ISBN 9781403986535.
- FRANCISCO (Papa) – *Carta encíclica Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum*. Vaticano: Librería Editrice Vaticana, 2015. ISBN 9788515042944.
- FRANK, André Gunder – *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1961. ISBN 9788578660192.
- FRESTON, Paul – *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1993. Tese de Doutorado.
- GIANNELA, Camila – Vacinas para COVID-19: revelando as desigualdades globais. *Global Dialogue*. Espanha. ISSN 2519-8688. 11-12 (2020) 12-13.
- GLOBAL DEBT MONITOR (GDM) – *Growing Risks emerging markets*. Washington D.C.: International Monetary Fund, 2022.
- KAMEL, Deena – *Global debt ratio declines but emerging markets return to record highs, IIF says* [Em linha]. Londres: Business, 2022. Disponível em: <https://>

- www.thenationalnews.com/business/2022/11/23/global-debt-ratio-declines-but-emerging-markets-return-to-record-highs-iif-says/
- LEAL, Victor Nunes – *Coronelismo, enxada e voto. O Município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 (1949). ISBN 9788535921304.
- LEFF, Enrique – A second contradiction of capitalism? Notes for the environmental transformation of historical materialism". *Capitalism, Nature, Socialism – A Journal of Socialist Ecology*. Reino Unido. ISSN 1045-5752. 3:4 (1992).
- LOWY, Michael – Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. *Cadernos CRH*. Brasil. ISSN 1983-8239. 26:67 (2013) 79-86.
- MARIANO, Ricardo – *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1999. ISBN 9788515019106.
- MARINI, Ruy Mauro – *Dialéctica da dependência*. Cidade do México: Era [1991 (1973)]. ISBN 978968411253X.
- MARQUES, Rosa Maria; ANDRADE, Patrick Rodrigues – *Brasil 2003-2015: balanço de uma experiência 'popular'* [Em linha]. Rio Grande do Sul: Instituto Humanitas Unisinos – IHU, 2015. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/169-noticias-2015/546185-brasil-2003-2015-balanco-de-uma-experiencia-popular>
- MARX, Karl – Pour une critique de la philosophie du droit de Hegel. In BENJAMIM, Walter – *Œuvres* III. Paris: Gallimard, 1982. ISBN 9782070406685.
- MARX, Karl – *O capital – Tomo I*. São Paulo: Nova Cultural, [1996 (1867)]. ISBN 9788535108319.
- MBEMBE, Achille – *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2017 (2013). ISBN 9789726082545.
- MORAES, Silvio Ribeiro; MACHADO, Fabiana Oliveira – Rompimento de barragens: aspectos económicos e políticos de devastação. In STEINBERGER, Marília (Org.) – *Desigualdades socioespaciais – Brasil pós-1988*. Brasília: Libri Editorial, 2020. ISBN 9786586938043. p. 193-214.
- NETTO, Rodrigo de Sá – Religião, política e a história dos nossos dias. *Topoi*. Brasil. ISSN 1572-8749. 23:50 (2022), p. 637-642.
- O'CONNOR, James – Capitalism, nature, socialism: a theoretical introduction. *Capitalism, Nature, Socialism – a Journal of Socialist Ecology*. Reino Unido. ISSN 1045-5752. 1:1 (1988) 11-38.
- PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo – *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996. ISBN 9788527103745.
- POCHMANN, Márcio – *Novos horizontes do Brasil na quarta transformação estrutural*. Campinas: Editora Unicamp, 2022. ISBN 9788526815636.
- PY, Fábio – *Pandemia cristofascista*. São Paulo: Recriar, 2020. ISBN 9788599124616.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de – *Messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. ISBN 9788529500300.

- QUIJANO, Aníbal – Colonialidad del poder: eurocentrismo y América Latina. In LANDER, Edgardo (Org.) – *La colonialidad del saber, eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. ISBN 9789509231517. p. 246-276.
- RIBEIRO, Fernando Bessa – *Uma Sociologia do Desenvolvimento*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2017. ISBN 9789897553103.
- RODAS, Sérgio – “Lava-Jato” usou norma anticorrupção dos EUA para punir empresas brasileiras [Em linha]. *Consultor Jurídico*. 2020. ISSN 1809-2829.
- RODRIGUES, Rafael; GUIMARÃES, Suely – Prevenção e controle do desmatamento: avanços e desafios pós-1988”. In STEINBERGER, Marília (Org.) – *Desigualdades socioespaciais – Brasil pós-1988*. Brasília: Libri Editorial, 2020. ISBN 9786586938043. p. 145-170.
- SANTOS, Boaventura de Sousa – *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020. ISBN 9789724084961.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula – *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. ISBN 9789724043845.
- SANTOS, Milton – *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. ISBN 9788531407133.
- SENNET, Richard – *A cultura do novo capitalismo*. São Paulo: Record, 2006. ISBN 9788501074306.
- SCOTT, James – *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1976. ISBN 9780300021905.
- SCOTT, James – *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1990. ISBN 9780300056693.
- SILVA, Manuel Carlos – Peasants, Patrons and the State in Northern Portugal. In RONIGER, Luis; AYATA, Ayse Gunes (Orgs.) – *Democracy, Clientelism and Civil Society*. Londres: Lynne Rienner, 1994. ISBN 9781555873400. p. 29-47.
- SILVA, Manuel Carlos – *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento, 1998. ISBN 9789723604511
- SILVA, Manuel Carlos; CARDOSO, António – O local face ao global: por uma reavaliação crítica dos modelos de desenvolvimento. In SILVA, Manuel Carlos; MARQUES, Ana Paula, CABECINHAS, Rosa (Orgs.) – *Desenvolvimento e assimetrias socio-espaciais. Perspectivas teóricas e estudos de caso*. Braga: Núcleo de Estudos em Sociologia/ Universidade do Minho e Inovação à Leitura, 2005. ISBN 9789729940940. p. 23-79.
- THOMPSON, Edward Palmer – La economía ‘moral’ de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In THOMPSON, Edward P. (Org.) – *Tradición, Revuelta y Conciencia de Clase: estudios sobre la crisis de la sociedad industrial*. Barcelona: Crítica, 1979, pp.62-134. ISBN 9788474230934.

- VILELA, Rodrigo; SILVA, Gabriel – Segregação étnico-racial da população afro-brasileira. In STEINBERGER, Marília (Org.) – *Desigualdades socioespaciais – Brasil pós-1988*. Brasília: Libri Editorial, 2020. ISBN 9786586938043. p. 75-100.
- WALLERSTEIN, Immanuel – *O sistema económico mundial*. Porto: Afrontamento, [1990 (1974)]. ISBN 9789723602289.
- WEBER, Max – *Economy and Society*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, [1978 (1920)]. ISBN 9780520280021.
- WOLF, Eric – *Les Guerres paysannes du vingtième siècle*. Paris: Maspéro, 1974.
- ZANIN, Cristiano; MARTINS, Valesa; VALIM, Rafael – *Lawfare: uma introdução*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.
- ZUBOFF, Shoshana – Surveillance Capitalism or Democracy? The Death Match of Institutional Orders and the Politics of Knowledge in Our Information Civilization. *Organization Theory* [Em linha]. 3:3 (2022) 1-79. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/26317877221129290>. ISSN 2631-7877.

- Receção: 15.11.2022

- Aprovação: 12.02.2023

SANTOS, Patrick Alexsander Bastos – A Covid-19 no Brasil: biopolítica, estado de exceção e *fake news* no discurso do presidente da República Jair Bolsonaro. *Configurações* [Em linha]. 31 (2023) 61-86. ISSN 2182-7419.

A Covid-19 no Brasil: biopolítica, estado de exceção e *fake news* no discurso do presidente da República Jair Bolsonaro

PATRICK ALEXSANDER BASTOS SANTOS*

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (ICS-UM)

Resumo

A crise sanitária do coronavírus conduziu diversos Estados a agenciamentos emergenciais e consequente instauração do estado de exceção (Agamben, 2004). Tal excepcionalidade pode ser lida como a radicalização da execução da biopolítica que vigora no mundo moderno, segundo Michel Foucault (2005). Sob este prisma, colocamos em perspectiva a problemática da pandemia na gestão federal brasileira e suas práticas institucionais, traduzidas no discurso do presidente Jair Bolsonaro e produzindo uma tática de governamentalidade. Assim, pautamos alguns de seus enunciados durante a pandemia que podem ser qualificados como *fake news* e que viabilizariam um projeto biopolítico próprio, já que apoiado numa tese de sobrevivência dos mais fortes.

Palavras-chave: *fake news*, presidente Jair Bolsonaro, biopolítica, pandemia do coronavírus, estado de exceção

Abstract

Covid-19 in Brazil: biopolitics, state of exception and fake news in the discourse of the president of the Republic Jair Bolsonaro

The coronavirus sanitary crisis has led many States to emergency statutes and the consequent establishment of the state of exception (Agamben, 2004). Such exceptionality can be seen as the radicalisation of the biopolitical execution that takes place in the modern world, according to Michel Foucault (2005). According to

* E-mail: patrick8alexsander@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6589-7758>

this viewpoint, we put into perspective the pandemic problem in the Brazilian federal administration case and its institutional practices, rendered into the discourse of President Jair Bolsonaro and producing a tactic of governmentality. Therefore, we present some of his statements during the pandemic that can be qualified as fake news and which could enable a biopolitics project of its own, given that it is based on a thesis of the survival of the fittest.

Keywords: fake news, President Jair Bolsonaro, biopolitics, coronavirus pandemic, state of exception

Résumé

La Covid-19 au Brésil: biopolitique, état d'exception et infox dans le discours du président de la République Jair Bolsonaro

La crise sanitaire du coronavirus a conduit plusieurs états à des agencements d'urgence et à la conséquente instauration de l'état d'exception (Agamben, 2004). Une telle exception peut être lue comme la radicalisation de l'exécution de la biopolitique qui prévaut dans le monde moderne, selon Michel Foucault (2005). De ce point de vue, nous mettons en perspective le problème de la pandémie dans l'administration fédérale brésilienne et ses pratiques institutionnelles, traduites dans le discours du président Jair Bolsonaro et produisant une tactique de gouvernementalité. Nous avons ainsi soulevé certaines de ses déclarations pendant la pandémie qui peuvent être qualifiées d'infox et qui rendraient possible un projet biopolitique propre, puisqu'il s'appuie sur une thèse de survie des plus forts.

Mots-clés: infox, président Jair Bolsonaro, biopolitique, pandémie du coronavirus, état d'exception

Introdução

Com a pandemia da Covid-19, tivemos de enfrentar uma situação de emergência sanitária de dimensão e gravidade ainda não vistas no século XXI, o que exigiu ações políticas de remediação, por parte do Estado, que estivessem à altura do problema enfrentado. Devido à velocidade de disseminação do vírus, era necessário que as tomadas de decisão acompanhassem seu ritmo, o que nem sempre foi possível. Assim sendo, os primeiros países atingidos pelo vírus serviram de modelo para os mais tardios, ou ao menos essa teria sido a postura ideal. No caso do Ocidente, tivemos primeiramente a Itália, que sofreu com um forte golpe do vírus e instaurou medidas de contenção conforme o patógeno se disseminava e o sistema de saúde saturava. Houve Estados que souberam proteger-se do caos antecipadamente e outros que persistiram na negação mesmo durante o enfrentamento do vírus. Dentre as mais variadas posições, temos o caso particular do Brasil, onde se instaurou uma guerra de narrativas, pois, enquanto boa parte das administrações públicas locais tendia a ceder às normas sanitárias pregadas pela Organização Mundial da Saúde e pela comunidade científica, o governo federal negava a gravidade do vírus e

persistia numa postura alternativa, que mantivesse estabelecida a normalidade, a despeito da letalidade da Covid-19.

Para fazermos uma leitura desse momento, acionamos o conceito de biopolítica, elaborado por Michel Foucault (2005), em lugar de utilizar uma reformulação como a necropolítica de Achilles Mbembe (2017), por entender que o que fora elaborado por Foucault sobre as bases do Estado moderno e seus mecanismos de ação é suficiente do ponto de vista metodológico, mesmo que a situação observada seja bastante particular. Observamos também, no sentido de estabelecer uma ponte entre os autores e as temáticas, o que discute Giorgio Agamben (2002, 2004) sobre estado de exceção, posto que este filósofo busca atualizar a biopolítica foucaultiana em suas teses. Embora não possamos contar com o comentário do fundador da noção de biopolítica sobre a pandemia do Coronavírus, temos a posição bastante explícita de Agamben (2020), mas que segue muito mais a linha de pensamento produzida pelo próprio autor italiano, como é evidente, do que a do filósofo francês. Agamben (2020) não mede esforços em opor-se a qualquer instauração de estado de exceção, mesmo diante do poder de destruição do Coronavírus; sua desconfiança precede qualquer situação que destitua a harmonia da vida social humana.

Diante de tais divergências, veremos como se situa o caso brasileiro, focalizando certos enunciados que delineiam o discurso do presidente Jair Bolsonaro, bem como traduzem a coordenação comunicacional e certas práticas institucionais do governo federal. Assim, a comunicação bolsonarista demonstra como o uso das *fake news* enquanto ferramenta política pode produzir uma infodemia, como tem se levantado (Falcão e Souza, 2021; Lemos, 2021; D. C. de Oliveira e Gerhardt, 2022; Ross *et al.*, 2021, entre outros). Com efeito, o discurso bolsonarista, ao contrapor-se ao alargamento da biopolítica praticada por boa parte dos países e estabelecida pela OMS, cria uma cisma na população, um desgaste social, político e republicano, além de concretizar seu objetivo central: constituir uma tática de governamentalidade neoliberal capaz de produzir uma biopolítica própria, em que não se trata de fazer viver e deixar morrer, pois apoia-se numa ideologia de sobrevivência dos mais fortes; logo, trata-se de fazer morrer os fracos e deixar viver os fortes.

1. Biopolítica e estado de exceção

A partir de 1976, Michel Foucault começa a introduzir em seus cursos no Collège de France a ideia de uma ferramenta de controle estatal concebida como biopolítica, que pode ser definida como “uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo” (Foucault, 2005, p. 286). É um fenômeno atribuído pelo filósofo ao desenvolvimento do poder estatal no Ocidente a partir do século XIX, com a mudança no direito político que inverte a lógica do Estado soberano, em voga até então. De igual modo, implementa um conjunto de mecanismos e

técnicas específicas do biopoder, que se conjugam às técnicas disciplinares do trabalho, já em desenvolvimento desde o final do século XVII (Foucault, 2005). Essa seria a inversão da lógica do Estado, na medida em que o poder soberano exerce direito sobre a vida e a morte dos sujeitos, mas de maneira assimétrica, dado que o “efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar” (Foucault, 2005, p. 286). Este poder qualifica-se, portanto, na negação da *vida nua* (Agamben, 2004) e constitui “o direito de fazer morrer ou de deixar viver” (Foucault, 2005, p. 287), enquanto o biopoder, por sua vez, é “o direito de fazer viver e de deixar morrer” (Foucault, 2005, p. 287).

O método utilizado por Foucault para chegar à concepção conceitual e histórica da biopolítica tem como ponto de partida o estudo da “arte de governar”, que nada tem a ver com a maneira como, historicamente, os governantes efetivamente governaram, mas com a lógica interna da prática governamental, com os modos com os quais se reflexiona e se conceitualiza a prática de governar. “Em suma é, digamos, o estudo da racionalização da prática governamental no exercício da soberania política” (Foucault, 2008, p. 4). Para tal empreendimento, o pensador utiliza o método inverso do historicismo; ao invés de considerar categorias universais existentes e passá-las pelo crivo da História, decide pela inexistência prévia dessas categorias e questiona que história se pode fazer, identificando os mecanismos que fazem emergir o objeto de interesse (Foucault, 2008). Neste caso, não parte de uma história do Estado para identificar seus mecanismos, mas tenta identificar o tipo de racionalidade que possibilita a existência do Estado, desvelando-o por dentro. É o que concebe como “arte de governar” ou “governamentalidade”. É por isso que, em seu curso no Collège de France de 1978-1979, editado em *Nascimento da Biopolítica* (2004), dedica-se a explorar a governamentalidade liberal, numa introdução ao que seria “a condição de inteligibilidade da biopolítica” (Senellart, 2008, p. 442), isto é, o liberalismo.

Sem embargo, Jürgen Habermas (1998), um dos principais críticos de Foucault, considera a abordagem histórico-genealógica do filósofo “presentista”, “relativista” e “criptonormativista”. Neste trabalho não seria possível determos em cada uma destas críticas, mas o que podemos dizer é que, grosso modo, Habermas rejeita a posição foucaultiana de desconsiderar os universais, como o faz, por exemplo, ao ignorar a categoria de Estado, no empreendimento da sua genealogia da governamentalidade. Na verdade, o que Foucault rejeita é o estatuto a-histórico dos universais, uma vez que compreende que eles são conformados no interior de uma historicidade e balizados por ela. Além disso, Habermas entende que os critérios normativos da sua crítica do poder estão criptografados, como se, por pretender certa objetividade e isenção na sua descrição da modernidade, Foucault deixasse de explicitar porque considera opressivas ou ilegítimas as instituições que produzem a relação de dominação. Mas, como todas as críticas que Habermas direciona a Foucault – visto que

ambos partem de concepções diferentes da construção do conhecimento –, o argumento é polêmico, já que Foucault concebe a crítica como instrumento de luta e prática política, sendo assim inseparável do poder, como vetor de resistência (Melo, 2019). Já Axel Honneth (1995) observara que, para uma leitura analítica do poder em Foucault que interligue teoria e *práxis*, faz-se necessário, para uma luta moralmente motivada, uma elaboração teórica que só pode ser feita com o auxílio de pressupostos hegelianos.

A esse respeito, numa leitura mais contemporânea, o filósofo Byung-Chul Han (2017) observa que Foucault, em sua concepção de poder, admite que há abertura, que o poder produz realidade. Mas isso somente aparece, segundo Han, à medida que se desenvolve a analítica do poder do autor, pois a princípio só havia uma concepção negativa deste conceito. E, no entanto, mesmo que o filósofo francês admita esta característica do poder, sua obra acaba por suscitar uma interpretação num sentido unilateral, visto que todas tratam do tema a partir de uma configuração institucional de dominação, sendo raras as indicações da produtividade do poder, como é mesmo o caso da sua biopolítica.

Outro mecanismo de dominação explorado por Foucault, o poder disciplinar, consiste num processo de individualização, já que a disciplina age sobre o corpo do indivíduo, de modo a conformá-lo a um tipo de trabalho específico. Neste caso, “apesar das coerções associadas ao poder disciplinar, o resultado deste é um efeito produtivo” (Han, 2017, pp. 48-49) e produtor de sentido, pois as marcas deixadas pelos constrangimentos deste poder têm significado. Já o biopoder é um conjunto de mecanismos que produz a regulamentação de modo global, atingindo populações como um todo de modo previdenciário, no intuito de controlar fenômenos como os contingentes de natalidade, mortalidade e longevidade; para assegurar isso, servir-se-á das técnicas mais sutis produzidas pela racionalidade moderna.

E trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida: mecanismos, como vocês vêem, como os mecanismos disciplinares, destinados em suma a maximizar forças e a extraí-las, mas que passam por caminhos inteiramente diferentes (Foucault, 2005, pp. 293-294).

Numa tentativa de dar continuidade ao trabalho de Foucault, interrompido pela sua morte precoce, Giorgio Agamben (2002), por sua vez, argumenta que não é possível debruçar-se analiticamente sobre a biopolítica sem articulá-la ao modelo jurídico-institucional. Neste sentido, o pensador defende que, na

verdade, “a produção de um corpo biopolítico seja a contribuição original do poder soberano” (Agamben, 2002, p. 14, grifo do autor). Segundo Agamben, numa interpretação aristotélica, a política (e por consequência, a *Pólis*) em sua estrutura fundamental inclui a vida biológica ou a vida nua (*zoé*), na forma de exclusão, enquanto inclui de fato a vida qualificada (*bios*). Assim, a “política existe porque o homem é o vivente que, na linguagem, separa e opõe a si a própria vida nua e, ao mesmo tempo, se mantém em relação com ela numa exclusão inclusiva” (Agamben, 2002, p. 16). Nesta linha de argumentação, dado que a vida nua é, em sua matabilidade, desde os gregos, objeto do ordenamento estatal, Agamben encaminha sua reflexão a uma problematização do estado de exceção. Nesta medida, o autor identifica uma linha bastante tênue entre a democracia moderna e o estado de exceção moderno, esse que é, como o próprio filósofo diz, produto da própria “tradição democrático-revolucionária e não da tradição absolutista” (Agamben, 2004, p. 16). Embora reconheça o totalitarismo como fruto da decadência da democracia moderna, não se trata, como deixa claro, de um ataque à democracia, mas de um olhar crítico sobre o modelo de estruturação social que, embora promettesse, não foi capaz de fornecer plena possibilidade de florescimento à vida nua. O filósofo parece, contudo, esquecer ou abandonar esta ressalva com a chegada da pandemia. Em seus textos sobre o assunto, adota um alarmismo sem limites e não aventa a possibilidade de um retorno à democracia, caso não haja insurreição ou uma desobediência em massa contra as excepcionalidades dos Estados. Vê as medidas de contenção do vírus (e a própria materialidade do vírus) com total desconfiança e adota uma posição belicosa contra as democracias que ousam entrar em estado de emergência para lidar com a situação calamitosa (Agamben, 2020).

Como é de se supor, Agamben aproxima-se da ideia de poder soberano, embora Foucault afaste-se dela no sentido histórico e estrutural, ao desenhar a biopolítica. Segundo ele, esta aproximação é necessária tendo em vista que o estado de exceção, desde o período das guerras, tornou-se mais regra do que exceção propriamente (Agamben, 2004), o que explicita o anteparo em que o pensador se encontra em relação ao quadro da pandemia e à sua desconfiança¹. Do ponto de vista jurídico, no entanto, o estado de exceção é qualquer coisa estranha que não se adequa à lei, visto que é justamente aquilo que ela não prevê, ou não deve prever; contudo, não é estranho à lei, na medida em que, dentro de determinadas circunstâncias, visa mantê-la, em alguma instância. Deste modo, trata-se de um paradoxo ou de uma lacuna que faz parte do Direito, ao mesmo tempo que não faz, uma vez que, na verdade, é a suspensão do ordenamento com o intuito de salvaguardar a situação normal.

1 Para melhor explicitação sobre o tema, ver: SCALDAFERRO, Maikon Chaidier Silva – A Biopolítica da Pandemia: Agamben e Bolsonaro entram em um bar. *Griot: Revista de Filosofia* [Em linha]. 21:3 (2021) 319-335. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.31977/griofi.v21i3.2354>. ISSN 2178-1036.

É como se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação e que, em caso extremo, só pudesse ser preenchida pelo estado de exceção, ou seja, criando-se uma área onde essa aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor (Agamben, 2004, pp. 48-49).

Nesse sentido, a situação que se desenrola nos Estados, em virtude do surto pandêmico da Covid-19, a partir do fim do ano de 2019, é a promulgação do estado de exceção por excelência. O que se vê, em muitos países, é a suspensão, por força de decreto, de uma série de direitos garantidos por lei, com a intenção de conter o espalhamento do vírus. De um ponto de vista foucaultiano, tais medidas seriam o alargamento dos mecanismos biopolíticos em voga, mediante uma situação de crise sanitária que, justamente, desestabiliza fortemente e indeterminadamente parte da regulamentação perpetrada pela biopolítica. É o que nos confirma Paul B. Preciado, ao passo que acrescenta que se trata de uma oportunidade de ampliar o uso de ferramentas sectaristas de imunização:

As distintas epidemias materializam no âmbito do corpo individual as obsessões que dominam a gestão política da vida e da morte das populações em um período determinado. Para dizê-lo em termos de Foucault, uma epidemia radicaliza e desloca as técnicas biopolíticas que se aplicam ao território nacional até o nível da anatomia política, inscrevendo-as no corpo individual. Ao mesmo tempo, uma epidemia permite estender a toda a população as medidas de "imunização" política que haviam sido aplicadas até agora de maneira violenta frente àqueles que haviam sido considerados como estrangeiros tanto dentro como nos limites do território nacional (2020, p. 167, tradução nossa).

Tal inscrição no corpo individual evidencia também o imbricamento entre as técnicas biopolíticas e as técnicas disciplinares, uma vez que são, estas últimas, dedicadas à modulação dos corpos. Tal não significa, todavia, que o biopoder esteja sintetizado no Estado: ele aparece igualmente pulverizado em instituições diversas, regulamentando as medidas necessárias a uma vida estável do ponto de vista sanitário (Foucault, 2005). Contudo, numa tentativa de imposição de um novo ordenamento social, faz-se necessária a aplicação de poderes disciplinares (em ação conjunta com o biopoder), para garantir que os corpos estejam em conformidade com medidas profiláticas, tais quais as regras de distanciamento e o uso de máscara. Uma outra implicação do texto de Preciado é a questão imunitária, que faz parte ainda da lógica da biopolítica na distinção entre fazer viver e deixar morrer, porém, radicalizado pela pandemia. Isso configuraria uma necropolítica na concepção de muitos analistas (Cruz e Eichler, 2022; Reis,

2022; Veronese e Almeida, 2021 entre outros), no seguimento de Achille Mbembe (2017), como chega a citar o próprio Preciado (2020).

Neste trabalho, contudo, limitaremos a nossa abordagem a uma leitura crítica através da concepção da biopolítica, não obstante o interesse que pode revelar a necropolítica. Isto deve-se ao fato de considerarmos que os discursos e práticas sobre as quais nos debruçamos, como veremos, utilizam mecanismos biopolíticos, embora causem bastante desconcerto diante do que se tem instituído como práticas médicas, científicas e profiláticas no momento atual, diante da causa específica. Mbembe (2016), a exemplo de Agamben, dá vazão à ideia de poder soberano, pois o exercício da necropolítica só pode ser efetuado numa lógica de estado de exceção ou de sítio, em que a soberania tem poder decisório sobre quais vidas são descartáveis. É o exercício da política da morte. A necropolítica está relacionada às relações de inimizade, à hostilidade, à exclusão, à formação do terror e à máquina de guerra (Mbembe, 2016); ou seja, trata-se de um tipo de poder bem mais incisivo e radical do que o que predomina na pandemia, sendo possível tratar do assunto sem falar em necropolítica, mas nunca sem falar em biopolítica. Evidentemente que, sob certo prisma, é possível e necessário tratar desta pandemia pela concepção necropolítica, mas, de modo geral, não é possível afirmar que o caso brasileiro, que investigamos, satisfaça todos os critérios para uma abordagem preponderantemente necropolítica.

De todo modo, a concepção foucaultiana parece já dar conta do problema, a partir da noção de racismo, que é uma implicação fundamental da biopolítica, para Foucault (2005). Este autor não ignora que, mesmo estruturado numa política previdenciária, o Estado carrega, ainda que de forma velada, uma lógica de extermínio sem ter de apelar ao poder soberano, e esta lógica dá-se por exclusão daqueles que não são amparados pelas políticas públicas de previdência. O filósofo identifica, como condição de funcionamento para este tipo de atuação, o racismo.

Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, e a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos em toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo (Foucault, 2005, p. 306).

Consideramos, portanto, que o conceito de racismo empregado por Foucault nesse contexto pode ser aplicado de forma ampliada, de modo a levar em conta os diferentes contextos socioculturais dos diferentes Estados: como já mencionado, tomaremos, para a pretensão deste estudo, o Brasil como exemplo, país cujas contradições internas e históricas permitem-nos enquadrá-lo como um caso emblemático da aplicação da biopolítica e racismo. Primeiramente, por conta de sua desigualdade brutal: o Brasil aparece em nono lugar no *ranking* de desigualdade social, segundo a Síntese de Indicadores Sociais (Edição do Brasil, 2021), sendo que “a parcela de brasileiros que faz parte do 1% com os maiores rendimentos mensais recebe atualmente, em média, 38,4 vezes mais do que a metade da população do país com os menores rendimentos” (Nalin, 2022, n.p.). Esta desigualdade é fundada num racismo estrutural e institucional legado dos processos de escravidão, abolição tardia, marginalização do povo negro e dos povos originários e produção de um imaginário racista (Munanga, 1999; Schwarcz, 1993).

2. A comunicação bolsonarista como tática de governamentalidade

Evidentemente que, ao proceder com nossa investigação, nos dirigimos ao governo do Estado, ainda que admitindo que a biopolítica é um dispositivo que se exerce no Estado moderno, independentemente do governo vigente. Desse modo, analisaremos as práticas e, sobretudo, o discurso propagado pelo governo federal, especialmente pelo presidente da República à época da pandemia, Jair Messias Bolsonaro, a partir de uma leitura da governamentalidade. Ora, a governamentalidade, termo utilizado por Foucault em sua análise genealógica do Estado, diz respeito aos modos de condução do Estado, em todos os seus aspectos, inclusive discursivos. “O governo actua sobre condutas agindo sobre indivíduos livres que podem resistir, deixar-se incitar, persuadir, seduzir, etc. O governo actua sobre acções e os indivíduos respondem a essas acções com as suas acções” (Rocha, 2005, n.p.).

Com efeito, é válido destacar a importância do domínio comunicacional na política atual e como isto reverbera na incitação de condutas. Um bom exemplo disso é a proatividade de Jair Bolsonaro com as tecnologias de comunicação, particularmente as mídias alternativas, realizando frequentemente transmissões de vídeo ao vivo e marcando presença constante nas redes sociais, algo sem precedentes na história da política brasileira e muito novo na política mundial, visto a emergência das novas tecnologias e de suas formas de interação e comunicação. Somam-se a isso os seus encontros regulares no que fora chamado de “cercadinho”: um espaço no Palácio da Alvorada destinado à conversa entre o presidente e apoiadores. Esta relação mais direta com o presidente da República é um facilitador no que toca à manipulação e à instauração de um determinado regime de verdade que o favoreça politicamente, visto que há pouco espaço para

a contradição de ideias. Esse regime de verdade, no uso das redes sociais pelos indivíduos, é reforçado com a performatividade algorítmica, que produz certo afinilamento daquilo que cada sujeito consome, gerando as chamadas “bolhas virtuais”, de modo que a liberdade de pensamento e de ação, ainda que sempre tenha sido condicionada, “com os algoritmos, isso ganha uma radicalidade, pois sugestões são feitas com base nas nossas reações e na ‘recência’ (histórico de suas decisões últimas). Além disso, a lógica e o funcionamento deles são opacos, fazendo parecer inexistentes” (Lemos, 2021). Neste último caso, pouco importa que o meio primário de veiculação seja a grande mídia ou que haja alguma contradição de ideias, pois são feitos recortes, edições, transcrições, de modo a satisfazer quem consome o material. E mesmo o contraditório é alvo de fácil descrédito em meio à efervescência da comunidade da “bolha virtual”. Além disso, é um ambiente fértil para a disseminação de *fake news*, a ponta de lança do discurso bolsonarista.

Assim, seu discurso aparece não somente como um marcador político e ideológico, mas como um dos instrumentos comunicacionais dentre as táticas políticas que possibilitam a consolidação de um projeto no horizonte de sua governamentalidade. Inclusive, dadas as tentativas de balizamento institucional feitas por outras forças do Estado, no sentido de manter uma condução biopolítica adequada ao cenário da pandemia², o poder comunicacional foi uma das maiores armas à disposição do governo Bolsonaro. Com isso, principalmente, pôde-se produzir determinadas ações pela população, levando a um resultado determinado. Isto configura parte decisiva do exercício da governamentalidade, na medida em que:

A governamentalidade é um estrato especial de discursos e práticas de saber e poder. Trata-se do surgimento de regimes específicos de verdade, explorando como as várias maneiras de enunciar o que é verdade são constituídas, autorizando determinados indivíduos e instituições a se tornarem designados a terem o reconhecimento de uma fala tida como verdadeira. O foco principal não é tanto sobre a significação de textos e conceitos fundamentais, mas sobre a divulgação dos possíveis campos de enunciação, sobre as práticas que se conectam e tornam visível a relação entre palavras e conceitos, poderes e saberes, discursos e práticas sociais (Sousa, 2018, p. 28).

Por sua vez, o governo, enquanto parte que objetiva assegurar o bom funcionamento do Estado, é instrumento da governamentalidade, ao mesmo tempo que a instrumentaliza através de seus modos de ação que viabilizam, e, portanto, dão efeito aos dispositivos governamentais que são, numa concepção

² Vide julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) da MP 926/2020 editada pelo governo federal. O STF decide que os entes federativos têm competência para instituir medidas no combate à Covid (Portal STF, 2020).

moderna, os do biopoder. Uma das várias formas em que isto se dá é através da enunciação, do discurso e, de forma mais abrangente, da comunicação. Veremos como, ao incorporar uma narrativa, o bolsonarismo tensiona os regimes de verdade estabelecidos pela ciência moderna e pelas instituições de saúde, não de modo a abnegá-la por completo, mas a sugerir um caminho sanitário e farmacológico alternativo, ainda que ineficaz. Produz, assim, discursos e práticas sociais distintos aos impostos e suscitados pela biopolítica expandida.

Assim, o projeto que o bolsonarismo engendra funda-se no neoliberalismo, que é uma reorganização do liberalismo que o radicaliza, no sentido de fazer da economia de mercado a força dinâmica que conforma o Estado (Foucault, 2008). Por conseguinte, numa lógica de preservar a economia de mercado, o presidente e seus partidários adotam uma postura de recusa diante das recomendações das maiores autoridades de saúde do mundo e tentam pôr em prática uma política de saúde pública “própria”, em alternativa à que, num consenso médico e científico, fora adotada em maior ou menor medida pela maioria dos países. Em síntese, o mote era que “a economia não podia parar”, portanto não seria possível aderir a medidas profiláticas que impedissem a livre circulação de pessoas, serviços e mercadorias, ainda que isso custasse vidas humanas. A partir deste ideal, produz-se um conjunto de medidas próprias, submetidas à lógica neoliberal pré-estabelecida. Devido à excepcionalidade da pandemia da Covid-19, o mundo passa por uma expansão da biopolítica, que é, como já exposto, centralizada e coordenada pela Organização Mundial da Saúde, de modo que o conjunto de medidas proposto pelo bolsonarismo, que denominaremos aqui simplesmente de biopolítica bolsonarista (a exemplo de como se designa, em sua especificidade, a biopolítica nazista), insurge de encontro à biopolítica expandida. Não há, contudo, nenhuma incompreensão de que o neoliberalismo seja a governamentalidade vigente no século XXI em boa parte do mundo, mesmo anteriormente à pandemia e independente dela, tal qual durante a pandemia, como bem observa o pesquisador Jesús Ayala-Colqui (2020) ao explicitar o caráter capitalista das medidas de contenção adotadas, no que ele nomeia de “viropolítica”. No entanto, à diferença do pesquisador, avaliamos que não é possível tomar uma posição radical neste sentido, sob risco de homogeneizar as diferentes gestões pandêmicas, de sorte que admitimos que há posições que fazem menos concessões à economia de mercado que outras; portanto, há governos de Estado que conseguiram balizar a sua governamentalidade de modo a visar também o bem-estar da sua população. Esse, definitivamente, não é o caso brasileiro, considerado sobretudo o governo federal.

3. Fake news no Brasil e sobrevivência dos mais fortes no discurso bolsonarista e práticas institucionais

Após a deflagração viral na China, o primeiro país a ser profundamente desestabilizado pelo vírus foi a Itália, com mais de dez mil mortos no dia 28 de março, 17 dias após a pandemia ter sido decretada (Oliveira, 2020). Contudo, duas semanas antes, Agamben (2020b) publicava um texto em que deixava explícito seu descontentamento com as medidas tomadas, pelo que considerava ser um movimento autoritário do Estado italiano, advogando, decerto, uma posição crítica contundente ao estado de exceção que assistia se desdobrar em seu país. O que vimos na sucessão dos meses seguintes foi que, ao menos do ponto de vista mais sensato de preservação da vida, a posição de Agamben não se sustentava diante da gravidade do inimigo que enfrentávamos. Mesmo partindo da própria concepção de estado de exceção desenvolvida pelo filósofo italiano, observamos que o estado de exceção geralmente funda-se na suspensão do ordenamento, a partir de uma necessidade. Ora, a dificuldade, desde o ponto de vista jurídico até o filosófico, é esquadriñar e apontar objetivamente quais necessidades justificam tal suspensão. Em todo caso, uma pandemia mortal altamente transmissível parece ser um deles, embora Agamben discorde, visto que manteve a sua posição reiteradamente ao longo da pandemia. Como se a pandemia fosse a desculpa perfeita para que o Estado mantivesse a exceção como paradigma normal, o filósofo parece ignorar que a alternativa a isso é muito pior. Observemos, neste sentido, o caso brasileiro, em que a oposição à aplicação da biopolítica, assenta, em boa parte, na disseminação de *fake news*.

O fenômeno das *fake news* pode ser de difícil delimitação, uma vez que não é necessariamente atual e é possível encontrar distintas definições para ele. De acordo com o dicionário Merriam-Webster, o termo surgiu por volta do século XVI, mas tornou-se de uso comum apenas no fim do século XIX. Contudo, não nos interessa uma definição ampla do que são *fake news*, mas tão somente aquilo que se aplica à nossa realidade imediatamente atual, que envolve o advento das tecnologias digitais, das redes sociais e da performatividade algorítmica. Neste sentido, pode-se dizer que as *fake news* são informações falsas ou distorcidas cujo propósito é enganar a audiência e que se propagam rapidamente (Simões *et al.*, 2021); ou, numa definição mais completa e que reflete as particularidades do contexto problematizado neste artigo:

As FN são fenômenos devedores das **materialidades das redes sociais**. Se pensarmos FN apenas como mentiras ou boatos, não vamos entender o fenômeno na sua integralidade. Elas podem ser definidas como ações intencionais, sem lastro em cadeias de referências sólidas (de checagem da verdade por rastros auditáveis), criadas para atingir grupos ou pessoas, tendo como motor a lógica da performatividade algorítmica das redes sociais, indo

muito além do boato, ou do erro jornalístico. Agindo como um simulacro de notícia jornalística, as FN minam o debate político e produzem engajamento não republicano voltado a interesses particulares. O objetivo das FN é deturpar a realidade para disseminação de informação falsa com o intuito de induzir determinados comportamentos, fomentar posições políticas, ou criar desmobilização e desestabilização da democracia. É um fenômeno mais político do que jornalístico, gestado na internet e nas redes sociais (Lemos, 2021, p. 115, grifo do autor).

Desse ponto de vista, vejamos como o discurso do presidente Jair Bolsonaro apoia-se em distorções dos fatos, de modo a voltar-se a um projeto que só pode ser chamado de biopolítico se considerado que sua premissa é baseada numa tese de sobrevivência dos mais fortes. Na mesma medida, situa-se numa lacuna entre o estado de exceção recomendado pela OMS e o ordenamento normal, que numa situação efetivamente normal não teria levado à morte de mais de seiscentas mil pessoas num período de dois anos, em virtude de uma única síndrome respiratória. Talvez a primeira demonstração oficial do presidente a este respeito tenha sido em seu pronunciamento veiculado na rede nacional de rádio e televisão, no dia 24 de março de 2020, do qual destacamos o seguinte trecho:

O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos.

O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine. Devemos, sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós. Respeitando as orientações do Ministério da Saúde.

No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão (Bolsonaro, 2020, informação verbal³).

3 Ver: BOLSONARO, Jair – *Coronavírus: Pronunciamento Oficial do Presidente Jair Bolsonaro (24/03/2020)* [registro vídeo]. 24 de março de 2020 [consult. 10 out. 2022] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v9x72KjCVIY>.

Notemos que o presidente abnega a possibilidade de qualquer medida restritiva no enfrentamento ao vírus e, ainda que reconheça o risco representado à população idosa, falha em clarificar como a população deve, exatamente, “ter extrema preocupação em não transmitir o vírus” aos idosos, visto que prega que a convivência em sociedade deve permanecer em estado normal. Como impedir que o vírus chegue nesses grupos de risco no ambiente domiciliar, dada essa posição? Do ponto de vista profilático, trata-se de um mistério. Mas, com a mesma determinação, afirma que sua conformação física seria suficiente para enfrentar o vírus de peito aberto, dando a entender que há um tipo específico corporal e individual que passa irremediavelmente incólume pelo vírus. Enquanto fazia esta declaração, a Itália estava em calamidade pública, com milhares de mortos e o sistema de saúde saturado; então, tratava-se de um momento em que a gravidade do vírus já era conhecida. Aqui já se pode identificar explicitamente as motivações de sua posição, que norteará toda a gestão na pandemia. Trata-se de dar prioridade ao bom funcionamento da economia de mercado, garantindo a normal circulação de pessoas e mercadorias. Situa, desde o princípio, a defesa da governamentalidade neoliberal, mesmo que tenha de custar o bem-estar e a “vida nua” de boa parte da população.

Bolsonaro chegou a declarar por algumas vezes, numa evidente defesa da tese da imunidade de rebanho, que:

Esse vírus é igual a uma chuva. Vai molhar 70% de vocês. Isso ninguém contesta. E toda nação vai ficar livre de pandemia depois que 70% for infectado e conseguir os anticorpos, ponto final. Agora, desses 70%, uma pequena parte, que são os idosos que têm planos de saúde, vai ter problemas sérios. Vai passar por isso também. O que estão fazendo é: adiar para ter espaço nos hospitais, mas tem um detalhe: a sociedade não aguenta ficar dois, três meses parada. Vai quebrar tudo (Bolsonaro, 2020, informação verbal⁴).

O argumento é de que apanhar o vírus é inevitável, e não só isso: é a única forma de superação do problema, sem apresentar qualquer estratégia de contenção da doença, é somente a escalada do argumento anterior. Visto que, além de inevitável, se contaminar torna-se um mal necessário, faz-se quase imperativo que as pessoas desobedeçam a medidas de confinamento e distanciamento e que se reúnam. Evidentemente, neste mesmo ímpeto, que produzam e consumam, de contrário, “vai quebrar tudo”.

Segundo o relatório da ONG Artigo 19, organização que defende o direito à livre expressão e à informação, Jair Bolsonaro proferiu 1682 declarações falsas sobre o coronavírus só no ano de 2020, uma média de 4,3 por dia (Article 19, 2021).

4 Ver: BOLSONARO, Jair – “Esse vírus é igual a uma chuva, vai molhar 70% de vocês”, diz Bolsonaro [registro vídeo]. 3 de abril de 2020 [consult. 10 out. 2022]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0In1Ejxi0bc>.

A agência de checagem Aos Fatos (Ribeiro, 2022) registra, por sua vez, uma média de 6,9 declarações falsas por dia no ano de 2021 (sendo mais da metade sobre a pandemia), que totalizaram 1278 naquele ano, e 2183 se somado ao ano de 2020. Segundo a agência, a média de 6,9 em 2021 supera consideravelmente a anterior à pandemia, de 1,6 (em 2019). Em 2021, o coronavírus é o tema campeão em mentiras e distorções, seguido pelo tema economia, com “apenas” 396 falas improcedentes (Ribeiro, 2022). Tais declarações “agravaram os números de infecções e geraram uma grande crise de informação com os discursos altamente polarizados” (Article 19, 2021, p. 65, tradução nossa), contribuindo, portanto, para o fenômeno da “infodemia”, como vem sendo caracterizada a onda de *fake news* propagada em virtude da pandemia do Coronavírus.

As FN geram ação politicamente enviesada por interesses particulares, sendo uma forma de direcionamento da circulação da palavra minando a “coisa pública”. Elas produzem afetações fáceis (ódio, amor), gerando ações que reforçam a lógica identitária e religiosa da bolha. As FN, portanto, não mobilizam a palavra no sentido republicano. Elas excitam afetos particulares, deturpando o debate e degradando a esfera pública. As FN podem ser pensadas assim como instrumentos de constituição de uma “fake politics” (Lemos; Bittencourt; Santos, 2020) (Lemos, 2021, p. 117).

Assim, faz-se notar, no discurso do presidente Jair Bolsonaro, a instrumentalização do poder público para a execução de uma agenda ideológica, através do uso determinado de deturpação de informações, visando alcançar um resultado específico. Segundo o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia instaurado em 2021, Jair Bolsonaro é considerado “o líder e porta-voz da comunicação enganosa” no país (Senado Federal do Brasil, 2021, p. 645), uma vez que as investigações apontam a existência de uma “organização oculta, ampla e complexa [...] que usa os mais diversos ardis para enganar as pessoas” (Senado Federal do Brasil, 2021, p. 639), envolvendo os filhos do presidente que ocupam cargos políticos, bem como apoiadores; o objetivo, naquele contexto, era produzir e disseminar *fake news* relacionadas à pandemia, que incluíam a prática da sinofobia, o descrédito das vacinas, a minimização da emergência sanitária, o repúdio das medidas restritivas, o incentivo ao descumprimento das normas sanitárias e a promoção de um tratamento precoce sem respaldo científico (Oliveira, 2021).

O relatório aponta ainda a existência de um “gabinete paralelo”, um grupo de especialistas defensores de tratamentos e medidas ineficazes contra a Covid-19 que se reuniam, discutiam e assessoravam o presidente da República em segredo. Segundo a minuta de relatório, a principal “ideia era dispensar a adoção de medidas não farmacológicas que contribuíssem para evitar a contaminação, sobretudo o distanciamento social e o uso de máscaras, e com isso favorecer

a propagação do novo coronavírus” (Jornal Nacional, 2021, n.p.). Neste caso, pode-se inferir que os enunciados do presidente são apenas a superfície do que seria a formação de grupos políticos coordenados no sentido de articular estratégias, especialmente no campo da comunicação, assentadas numa narrativa estabelecida e num objetivo particular. Tais estratégias incluem, marcadamente, o uso de *fake news*, de modo que se pode identificar a constituição de uma *fake politics*. Do nosso ponto de vista, tal *fake politics*, na medida em que corrompe a esfera pública, suscitando determinadas ideias, afetos e, principalmente, ações por parte da população, deve ser considerada como uma das táticas de governamentalidade.

Um estudo publicado na revista *The Lancet* (Xavier *et al.*, 2022), que compara as taxas de mortalidade nos municípios brasileiros durante a primeira e a segunda ondas de disseminação do vírus, aponta para maiores números de mortes evitáveis nos municípios em que o eleitorado bolsonarista é mais predominante, mesmo levando em conta fatores de disparidade estruturais entre os municípios. Enquanto a primeira onda atinge com mais preponderância os grandes centros de contingente populacional elevado, a segunda onda leva o vírus aos municípios menores, lançando luz sobre o aspecto político-partidário. “Este comportamento pode ser explicado pelo fato de que quase um ano após a pandemia, o governo federal ainda se recusava a apoiar recomendações de distanciamento social e uso de máscara facial ou promovia tratamento precoce” (Xavier *et al.*, 2022, p. 14).

O estudo aponta, portanto, um condicionamento político e social específico como determinante de um maior impacto do vírus na população; “neste sentido, um município que poderia ter melhores condições de lidar com a gestão pandêmica (melhor IDH, melhor serviços de saúde e menor desigualdade de renda) pode ter maior mortalidade por conta de sua posição política” (Xavier *et al.*, 2022, p. 13). O que se apreende a partir desta leitura é que a disseminação de *fake news* por parte do presidente e seus asseclas e reverberada por seus eleitores através da teia algorítmica teve impacto na contaminação e morte das pessoas. As *fake news* aparecem, portanto, no contexto focalizado, como uma engrenagem fundamental à biopolítica bolsonarista, na medida em que produzem mobilização popular. Com efeito, duas biopolíticas confrontam-se dentro do cenário brasileiro, conforme as administrações públicas locais, as tomadas de posições dos três poderes diante da conjuntura de emergência e a aderência ou não às normas sanitárias pelos grupos populacionais.

Na gestão dos ministérios, Jair Bolsonaro demonstrou o mesmo desprezo pelas ciências que deixava fluir pela sua retórica: demitiu do Ministério da Saúde os ministros especialistas em saúde pública e defensores de medidas bem corroboradas pela ciência um a um, até que conseguisse um militar subserviente que nada entendia de saúde pública ou do sistema de saúde brasileiro. Este último, o general Eduardo Pazuello, ocupou por um bom tempo a cadeira, à diferença dos anteriores, até que, após a grande calamidade ocorrida em Manaus,

foi substituído por um médico “bolsonarista o suficiente”. O ex-ministro Pazuello, durante sua gestão, apoiou com veemência o uso de fármacos comprovadamente ineficazes. Em suas palavras:

O tratamento precoce é preconizado pelos Conselhos Federais, Conselhos Regionais, orientado pelo Ministério da Saúde. Se mostrou eficaz em todas as cidades e estados do Brasil. O diagnóstico clínico e o tratamento o mais rápido possível a partir do diagnóstico médico. [...] e esses medicamentos têm que estar disponíveis na rede pública para que todos os brasileiros possam receber e iniciar o seu tratamento (Jornal Nacional, 2021).

Esta afirmação sem fundamento na realidade dos fatos ou científica apenas ecoa o que foi divulgado pelo Ministério da Saúde durante a gestão de Pazuello. Segundo levantamento de Mayara Floss *et al.* (2022), o tratamento precoce, também chamado tratamento profilático ou preventivo, foi noticiado 54 vezes somente entre junho de 2020 e março de 2021, período em que o general esteve à frente da pasta.

Próximo ao marco de cem mil mortes, no dia 8 de agosto de 2020, intensificaram-se as notícias no Ministério da Saúde de que pacientes com qualquer sintoma deveriam procurar o atendimento precoce. Somou-se a isso a frase do ministro da saúde, Eduardo Pazuello, “acreditem nesta recomendação científica”, bem como a *hashtag* #NãoEspere (Floss *et al.*, 2022, p. 11).

Dezasseis dias após tal marco, o Ministério da Saúde noticia uma carta de um grupo de médicos defendendo o tratamento precoce. Segundo divulgado, seriam por volta de dez mil médicos espalhados pelo Brasil, no Movimento Vencendo a Covid-19 (Floss *et al.*, 2022). Neste cenário, o Conselho Federal de Medicina, através da publicação do Parecer 4/20, propõe considerar o uso de cloroquina e hidroxicloroquina em pacientes em diversos estágios da doença, embora admita que não há qualquer comprovação científica de sua eficácia. A médica Rosylane Rocha, conselheira do CFM, argumenta, no entanto, que o parecer simplesmente determina que a autonomia do médico na prescrição da terapia farmacológica deve ser preservada (Nobre e Chalub, 2021). Não obstante, em 2021, o Ministério Público Federal abriu uma investigação contra o CFM por conivência com a promoção do *kit Covid*. Segundo a representação, houve omissão do órgão ao lidar com o assunto, pois algumas de suas competências são regular, normatizar e fiscalizar o exercício profissional dos médicos. Ao não desaconselhar ou proibir a prescrição de um medicamento ineficaz e que poderia causar algum mal ao paciente, o CFM estaria corroborando com o erro médico (Lüder e Tomaz, 2021).

Com a CPI da Covid, tanto o ex-ministro Pazuello, quanto a secretária da Gestão do Trabalho do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro, foram acusados de prevaricação, devido a omissão demonstrada no caso de Manaus. O governo federal já teria conhecimento da situação de carência de insumos e grande probabilidade de colapso do sistema de saúde da capital ao menos desde o final de dezembro de 2020, aquando da solicitação de auxílio do Secretário de Saúde do Amazonas ao Ministério. Mas não somente não houve preocupação de precaver a derrocada da situação, como o tempo de resposta foi muito lento, pelo que o estoque de oxigênio esgotou no dia 14 de janeiro (Senado Federal do Brasil, 2021). A crise do oxigênio levou à morte por asfixia de 61 pessoas (Gazel e Cruz, 2022). Mayra Pinheiro foi igualmente responsável pelo desenvolvimento da plataforma *online TrateCov*, que foi usada experimentalmente em Manaus, no auge da crise, e que prometia facilitar o diagnóstico, após o paciente preencher uma anamnese virtual. Contudo, o aplicativo indicava cloroquina e ivermectina em casos prováveis de Covid-19 até mesmo para mulheres grávidas, bebês e crianças (Senado Federal do Brasil, 2021).

Em agosto de 2020, quando uma apoiadora se recusou a tirar fotos com o presidente enquanto o uso de máscaras fosse necessário, Bolsonaro indagou: “Tem algum médico aí? A eficácia dessa máscara é quase nula” (UOL, 2020). Do mesmo modo, reiterou em momentos diversos seu descrédito pelas máscaras, quando declarou que máscaras reduzem oxigenação (Teixeira, 2021), que usá-las sem lavar pode causar pneumonia e morte (Barbosa, 2021) ou que o artefato pode causar efeitos colaterais.

O presidente advogou ainda contra as vacinas, declarando por mais de uma vez que não iria tomá-la e que a pressa das vacinas não se justificava. Como resultado desta postura, não houve qualquer esforço por parte do Ministério da Saúde em obter os imunizantes no tempo em que foi ofertado, como no caso da Pfizer, logo em meados de 2020. Pelas dimensões do Brasil e pela sua tradição vacinal, foi o primeiro país a receber ofertas, junto com o Reino Unido; no entanto, “as tratativas e a conclusão das negociações do governo federal sofreram injustificável e intencional atraso, que impactou diretamente na compra das vacinas e no cronograma de imunização da população brasileira” (Senado Federal do Brasil, 2021, p. 1168). Enquanto muitos morriam pelo atraso das vacinas, a produção de cloroquina no país foi aumentada em 12 vezes pelo Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, passando de 3,2 milhões de comprimidos, ultrapassando muito a demanda por um medicamento que, mais uma vez, não tinha qualquer eficácia (Pitta e Brito, 2021).

Junta-se a isto o insistente estímulo ao alegado “tratamento precoce”, que teria o intuito de fazer com que a população sentisse segurança para não aderir às medidas de confinamento e distanciamento, a defesa de isolamento vertical, bem como a recusa do uso de máscaras, facilitando a propagação do vírus, de modo a pôr em prática a tese da imunidade de rebanho, possibilitar a livre

circulação e assegurar o bom funcionamento da economia. Sobre as normas sanitárias e o *lockdown*, com 1699 mortos, em 4 de março de 2021, o presidente diz:

Nós temos que enfrentar os nossos problemas, chega de frescura, de “mimimi”, vão ficar chorando até quando? Temos que enfrentar os problemas. Eu apelo aqui, já que foi castrada minha autoridade, para governadores e prefeitos, repensem a política do fechar tudo. O povo quer trabalhar, venham pro meio do povo, conversem com o povo. Não fiquem me acusando de fazer aglomeração, aqui tem uma aglomeração. Em todo lugar tem. Vamos combater o vírus, mas não de forma ignorante, burra, suicida. Até quando vamos ficar dentro de casa? Até quando vai se fechar tudo? Ninguém aguenta mais isso, lamentamos as mortes, repito, mas tem que ter uma solução. Por que essa frescura de fechar o comércio? Não deu certo no passado. Até a desacreditada OMS diz que o *lockdown* não funciona (Bolsonaro, 2021, informação verbal).

Sob este prisma, fica claro o que poderíamos caracterizar como uma afronta à comunidade científica, mas que se trata, na verdade, de uma guerra política e governamental contra a biopolítica que buscava preservar vidas, em benefício de uma que visava fazer morrer os mais fracos. Assim, a propagação de *fake news* durante a pandemia era motivada por um projeto político de biopoder que entrega à morte parte da população, considerada fraca, enquanto sobrevivem os fortes. Desde o início da pandemia o presidente fez questão de se mostrar como exemplar do homem forte, que enfrenta o vírus sem medo, de modo a estimular a população à mesma postura.

No fundo, a estratégia bolsonarista consiste na ampliação da lógica de exclusão presente na biopolítica. No caso da pandemia, a biopolítica expandida já preservaria tacitamente certas vidas, excluindo outras: num país de desigualdade brutal como o Brasil, nem todos têm acesso ou condições de seguir as normas sanitárias necessárias para a própria sobrevivência. Nem todos conseguem deixar de trabalhar ou trabalhar a partir de casa, deixar de tomar transporte coletivo, de se isolar em caso de doença, ou mesmo de ter acesso ao equipamento de proteção individual adequado. Contudo, na biopolítica bolsonarista, esse corte alarga-se, pois não se trata mais de condições materiais, mas da tentativa de contaminar o maior número de pessoas possível, sendo irrelevante se haverá atendimento médico para todos, pois a capacidade de superação do vírus passa a ser de ordem individual. Amplia-se, portanto, o racismo, diante da normalização e banalização da morte pelo vírus, fazendo desta “condição de aceitabilidade” (Foucault, 2005, p. 306) e assegurando a implementação da política de extermínio.

Considerações finais

Parece possível admitir, após o período de emergência pandêmica – se é que já a ultrapassamos –, que o estado de exceção é um mecanismo que não necessariamente está vinculado a uma ruptura que traduz a vontade de poder soberano pelas mãos do Estado. Em outras palavras, nem o biopoder, nem o poder disciplinar estão necessariamente sob a égide de uma força maquiavélica cuja intenção última é produzir dominação e morte. O estado de exceção pode, face a toda a controvérsia que suscita, tentar resguardar a sociedade de um mal maior, o que não significa torná-lo solução viável sob qualquer perspectiva, ou mesmo deixá-lo acontecer de forma indiscriminada quando sua aplicação é necessária. Deve-se manter uma posição crítica e alerta, mas nunca colocar a desconfiança acima do bem-estar social e da preservação das vidas, como o faz Agamben.

Onde o estado de exceção não se instalou de forma adequada e esteve sempre em disputa, como no caso analisado, o que transparece é o uso político do vírus, admitindo mortes evitáveis como aceitáveis: pressupondo que a morte atingirá os idosos e os fracos, enquanto poupa aqueles que têm “histórico de atleta”, o que seria, nessa leitura, admissível – ao mesmo tempo que se ignora a capacidade do vírus de atolar de gente os hospitais, ocasionando situações de calamidade. É neste caso que vemos o exercício da soberania, na medida em que se pode controlar a mortalidade e que o exercício do poder se dá pela submissão da vida (Mbembe, 2018).

Portanto, encontramos no discurso e na prática bolsonaristas a cesura biológica que Foucault faz menção, mas, a princípio, resguardada à dicotomia fracos e fortes (mais que velhos e jovens), numa lógica torpe de inspiração darwinista, em que os mais aptos sobrevivem. Não obstante, num país desigual e segregado como o Brasil, decerto o componente racial também atua, de modo que se aponta uma vulnerabilidade maior das populações negras⁵, resultando numa taxa de mortalidade maior neste grupo, conforme a disseminação do vírus aumenta. Por último, é preciso mencionar que, neste texto, corremos o risco de, assim como observou Han a propósito do primeiro Foucault, fazer a apologia de uma dinâmica unilateral de poder ou de docilidade da população diante da dominação, pois aparece pouca margem de contradição e resistência. Contudo, o empreendido aqui serve ao escopo da investigação, que é o mecanismo governamental de dissuasão e mobilização

5 Ver: PIMENTEL, Thais – *Homens negros, moradores de periferias, são os mais vulneráveis à Covid-19, diz pesquisa da UFMG* [Em linha]. Rio de Janeiro: G1, 2020 [Consult. 05 nov. 2022]. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/12/01/homens-negros-moradores-de-periferias-sao-os-mais-vulneraveis-a-covid-19-diz-pesquisa-da-ufmg.ghtml> e BOEHM, Camila – *Mortalidade por covid-19 é maior entre população negra em São Paulo* [Em linha]. Brasília: Agência Brasil, 2020. [Consult. 05 nov. 2022]. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-08/mortalidade-por-covid-19-e-maior-entre-populacao-negra-em-sao-paulo>.

bolsonarista, de modo que não seria possível abordar de forma extensiva as resistências produzidas, justamente porque são muitas e expressivas.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio – *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004. ISBN 9788575590577.
- AGAMBEN, Giorgio – *Reflexões sobre a Peste: Ensaios em tempos de pandemia*. São Paulo: Boitempo, 2020. ISBN 9781425803780.
- ARTICLE 19 – *The Global Expression Report 2019/2020: The state of freedom of expression around the world* [Em linha]. Londres: Free Word Centre, 2020 [Consult. 05 nov. 2022]. Disponível em: <https://kq.freepressunlimited.org/evidence/the-global-expression-report-2019-2020-the-state-of-freedom-of-expression-around-the-world/>. ISBN 9781910793459.
- AYALA-COLQUI, Jesús – Viropolitics and capitalistic governmentality: On the management of the early 21st century pandemic. *Desde El Sur* [Em linha]. 12:2 (2020) 377-395. Disponível em: <https://doi.org/10.21142/des-1202-2020-0022>. ISSN 2415-0959.
- BARBOSA, Rafael – *Bolsonaro sugere que usar máscara sem lavar pode causar pneumonia e matar* [Em linha]. Brasília: Poder360, 2021, atual. 21 out. [Consult. 05 nov. 2022]. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-sugere-que-usar-mascara-sem-lavar-pode-causar-pneumonia-e-matar/>.
- CRUZ, Viviane Xavier de Araújo; EICHLER, Marcelo Leandro – COVID-19 e necropolítica no Distrito Federal no período de fevereiro de 2020 a junho de 2021. *Revista Thema* [Em linha]. 21:3 (2022) 653-677. Disponível em: <https://doi.org/10.15536/THEMA.V21.2022.653-677.1950>. ISSN 1517-6312.
- FALCÃO, Paula; SOUZA, Aline Baptista de – Pandemia de desinformação: as fake news no contexto da Covid-19 no Brasil. *RECIIS* [Em linha]. 15:1 (2021) 55-71. Disponível em: <https://doi.org/10.29397/reciis.v15i1.2219>. ISSN 1981-6278.
- FOUCAULT, Michel – *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. ISBN 9788533610041.
- FOUCAULT, Michel – *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. ISBN 9788533624023.
- FOUCAULT, Michel – *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. ISBN 9788533623774.
- FLOSS, Mayara; TOLOTTI, Gabrielle; ROSSETTO, Andrei dos Santos de Camargo; SALDIVA, Tatiana Sousa; NASCIMENTO, Paulo Hilário – Linha do tempo do “tratamento precoce” para Covid-19 no Brasil: desinformação e comunicação do Ministério da Saúde. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação* [Em linha].

27:e210693 (2022) 1-26. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.210693>. ISSN 1807-5762.

G1 – *Brasil bate recorde de mortes por Covid-19 registradas nas últimas 24 horas: 1.582* [Em linha]. Rio de Janeiro: G1, 2021, atual. 25 fev. [Consult. 07 nov. 2022]. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/02/25/brasil-bate-recorde-de-mortes-por-covid-19-registradas-nas-ultimas-24-horas-1582.ghtml>

GAZEL, Ayton Senna; CRUZ, Victor – *Crise do oxigênio no Amazonas completa um ano com impunidade e incerteza causada pela ômicron* [Em linha]. Amazonas: G1 AM, 2022, atual. 14 jan. [Consult. 15 fev. 2023]. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/01/14/crise-do-oxigenio-no-amazonas-completa-um-ano-com-impunidade-e-incerteza-causada-pela-omicron.ghtml>

HABERMAS, Jürgen – *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. ISBN 9722008110.

HAN, Byung-Chul – *Semântica do poder*. In *Sobre o Poder*. Lisboa: Editora Relógio D'Água, 2017. ISBN 9789896417948. p. 35-57.

HONNETH, Axel – *Struggle for Recognition – The moral grammar of social conflicts*. Massachusetts: The MIT Press, 1995. ISBN 9780262581479.

JORNAL EDIÇÃO DO BRASIL – *Brasil ocupa nono lugar em ranking de desigualdade social* [Em linha]. Minas Gerais: Jornal Edição do Brasil, 2021, atual. 09 jul. [Consult. 07 nov. de 2022]. Disponível em: <https://edicaodobrasil.com.br/2021/07/09/brasil-e-o-nono-pais-com-mais-desigualdade-social-no-mundo/>

JORNAL NACIONAL – *CPI: relatório mostra atuação de Bolsonaro, gabinete paralelo e Prevent Senior para defender tratamento ineficaz contra Covid* [Em linha]. Brasília: G1, 2021, atual. 19 out. [Consult. em 13 fev. 2023]. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/10/19/cpi-relatorio-mostra-atuacao-de-bolsonaro-gabinete-paralelo-e-prevent-senior-para-defender-tratamento-ineficaz-contra-covid.ghtml>

LEMOS, André – *A Tecnologia é um Vírus: Pandemia e cultura digital*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2021. ISBN 9786557590294.

LÜDER, Amanda; TOMAZ, Kleber – *MPF-SP investiga Conselho Federal de Medicina por suspeita de apoiar tratamento ineficaz contra Covid* [Em linha]. São Paulo: G1 SP, 2021, atual. 08 out. [Consult. 13 fev. 2023]. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/10/08/mpf-sp-investiga-conselho-federal-de-medicina-por-suspeita-de-apoiar-tratamento-ineficaz-contra-covid.ghtml>

MBEMBE, Achille – *Necropolítica*. *Arte & Ensaios* [Em linha]. 32 (2016) 123-151. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. ISSN 2448-3338.

MBEMBE, Achilles – *Políticas da Inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017. ISBN 9789726082897.

- MELO, Elton Bernardo Bandeira de – Liberdade, crítica e política: A coerência do pensamento de Foucault a partir do seu debate com Habermas. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea* [Em linha]. 7:1 (2019) 157-193. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rfmc.v7i1.22956>. ISSN 2317-9570.
- MUNANGA, Kabengele – *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. ISBN 9788575261279.
- NALIN, Carolina – *1% mais rico ganha 38,4 vezes mais renda do que os 50% mais pobres* [Em linha]. Rio de Janeiro: O Globo, 2022, atual. 10 jun. [Consult. 07 nov. 2022]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/06/1percent-mais-rico-ganha-384-vezes-mais-renda-do-que-os-50percent-mais-pobres.ghtml>
- NOBRE, Noéli; CHALUB, Ana – *CFM volta a defender autonomia de médicos para prescrever hidroxicloroquina contra Covid-19* [Em linha]. Brasília: Agência Câmara de Notícias, 2021, atual. 04 nov. [Consult. em 15 fev. 2023]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/823744-cfm-volta-a-defender-autonomia-de-medicos-para-prescrever-hidroxicloroquina-contracovid-19/>
- OLIVEIRA, Daniel Canavese de; GERHARDT, Tatiana Engel – O primeiro Curso Aberto, On-line e Massivo (Mooc) sobre Covid-19 e iniquidades no Brasil: potências da saúde coletiva no enfrentamento da infodemia e das fake news. *Saúde em Debate* [Em linha]. 46:1 (2022) 105-118. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022e107>. ISSN 0103-1104.
- OLIVEIRA, Joana – *Bolsonaro é “líder e porta-voz” das ‘fake news’ no país, diz relatório final da CPI da Pandemia* [Em linha]. São Paulo: El País Brasil, 2021, atual. 21 out. [Consult. 07 nov. 2022]. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-20/bolsonaro-e-lider-e-porta-voz-das-fake-news-no-pais-diz-relatorio-final-da-cpi-da-pandemia.html>
- OLIVEIRA, Pedro Ivo de – *Organização Mundial da Saúde declara pandemia de Coronavírus* [Em linha]. Brasília: Agência Brasil, 2020, atual. 11 mar. [Consult. 02 nov. 2022]. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/organizacao-mundial-da-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>
- PORTAL STF – *STF reconhece competência concorrente de estados, DF, municípios e União no combate à Covid-19* [Em linha]. Brasília: Portal STF, 2020, atual. 15 abr. [Consult. 15 fev. 2023]. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441447&ori=1>
- PRECIADO, Paul B – *Aprendiendo del virus*. In AGAMBEN, Giorgio; ZIZEK, Slavoj; NANCY, Jean Luc; BERARDI, Franco; PETIT, Santiago López; BUTLER, Judith; BADIOU, Alain; HARVEY, David; HAN, Byung-Chul; ZIBECHI, Raúl; GALINDO, María; GABRIEL, Markus; GONZÁLEZ, Gustavo Yañez; MANRIQUE, Patricia; PRECIADO, Paul – *Sopa de Wuhan*. Buenos Aires: Editorial ASPO, 2020. p. 163-185.

- REIS, Aparecido Francisco dos – Da bio à necropolítica: a política de saúde, narrativas e ações do neoliberalismo do governo Bolsonaro e seus impactos junto aos idosos na pandemia de Covid-19. *Revista Katálysis* [Em linha]. 25:2 (2022) 392-403. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.E82854>. ISSN 1982-0259.
- RIBEIRO, Amanda – *Bolsonaro disse cerca de sete informações falsas ou distorcidas por dia em 2021* [Em linha]. São Paulo/Rio de Janeiro: Aos Fatos, 2022, atual. 03 jan. [Consult. 07 nov. 2022]. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-disse-cerca-de-sete-informacoes-falsas-ou-distorcidas-por-dia-em-2021/>
- ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro – Biopolítica. In *Dicionário de Filosofia Moral e Política* [Em linha]. Lisboa: Instituto de Filosofia da Linguagem da Universidade Nova de Lisboa, 2005. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/54919>.
- ROSS, José de Ribamar; SAFÁDI, Marco Aurélio Palazzi; MARINELLI, Natália Pereira; ALBUQUERQUE, Layana Pachêco de Araújo; BATISTA, Francisca Miriane de Araújo; RODRIGUES, Malvina Thais Pacheco – Fake news and infodemia in times of Covid-19 in Brazil: Ministry of Health Indicators. *Revista Mineira de Enfermagem* [Em linha]. 25 (2021) 1-7. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1415.2762.20210029>. ISSN 2316-9389.
- SCALDAFERRO, Maikon Chaider Silva – A biopolítica da pandemia: Agamben e Bolsonaro entram em um bar. *Griot: Revista de Filosofia* [Em linha] 21:3 (2021) 319-335. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.31977/grirfi.v21i3.2354>. ISSN 2178-1036.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz – *O Espetáculo das Raças – Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287 p. ISBN 9788571643291.
- SENADO FEDERAL DO BRASIL – *Relatório Final CPI da Pandemia*. Brasil: Senado Federal, 2021. 1179 p.
- SENEILLART, Michel – Situação do curso. In SENEILLART, Michel; FOUCAULT, Michel – *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. ISBN 9788533624023. p. 441-446.
- SIMÕES, Renata Moraes; LACERDA MENDES, Andressa Gabrielly de; MILITÃO, Pablo Ávila – O fenômeno das fake news: implicações para a política externa do governo Bolsonaro durante a pandemia do COVID-19. *Cadernos Argentina Brasil* [Em linha]. 10:1 (2021) 1-22. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/neiba.2021.59141>. ISSN 2317-3459.
- SOUSA, Renata Ribeiro Gómez de – *Os sentidos da antivacinação em um grupo brasileiro do Facebook e suas relações com o discurso dominante sobre imunizações*. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, 2018. Dissertação de mestrado. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/51190>

- TEIXEIRA, Lucas Borges – *CPI da Covid: Veja as fake news de Bolsonaro que checamos* [Em linha]. São Paulo: UOL, 2021, atual. 19 out. [Consult. 07 nov. 2022]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2021/10/20/fake-news-cpi-da-covid-presidente-jair-bolsonaro-filhos.htm>
- VERONESE, Osmar; ALMEIDA, Jaqueline Reginaldo de – O descaso com o direito fundamental à saúde dos povos indígenas no enfrentamento da pandemia de Covid-19: a consolidação de uma necropolítica no Brasil. *Pensar – Revista de Ciências Jurídicas* [Em linha]. 26:3 (2021) 1-17. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/2317-2150.2021.11838>. ISSN 2317-2150.
- XAVIER, Diego Ricardo; SILVA, Eliane Lima e; LARA, Flávio Alves; SILVA, Gabriel; OLIVEIRA, Marcus; GURGEL, Helen; BARCELLOS, Christovam – Involvement of political and socio-economic factors in the spatial and temporal dynamics of COVID-19 outcomes in Brazil: A population-based study. *The Lancet Regional Health – Americas* [Em linha]. 10:100221 (2022) 1-16. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.lana.2022.100221>. ISSN 2667-193X.

- Receção: 15.11.2022

- Aprovação: 02.03.2023

Capitalismo e oportunidade

CLAYTON EMANUEL RODRIGUES*

Centro das Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UF0B)

CLEILDES MARQUES DE SANTANA**

Centro das Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UF0B)

Resumo

Analisamos o poder sobre a vida e a morte, instruindo os biopoderes e as bioeconomias a produzir e fazer circular conceitos como trabalho em “*home office*”, “*delivery*” e “empreendedorismo virtual”. Dois tipos de controles fortes – i) controle político das condutas; ii) isolamento dos trabalhadores e precarização das relações de trabalho – foram oportunamente fortalecidos na pandemia. Às percepções de comodidades trazidas pelas novas formas e modos virtuais de trabalho somou-se um novo tipo de linguagem comunicativa. A partir de pesquisas, notícias e contribuições de textos produzidos sobre essas relações, analisamos os caminhos da produção de ‘verdades’ capitalistas a circular nas oportunidades expostas pela pandemia de Covid-19.

Palavras-chave: Covid-19, capitalismo, trabalho precário, *home office*, *delivery*

Abstract

Capitalism and opportunity

We analyse the power over life and death, instructing bio-powers and bioeconomies to produce and promote concepts such as “home office” work, “delivery” and “virtual entrepreneurship”. Two types of strong forms of control – i) the political control of behaviours; ii) the isolation of workers and the weakening of labour relations – which have been opportunely strengthened during the pandemic. To the perceptions of comfort brought about by the new virtual ways of working,

* E-mail: pretomisturado@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-4475-7975>

** E-mail: cleildes.ssa@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5544-0391>

a new type of communicative language was added. From the research, news and contributions of texts produced regarding these relations, we analyse the paths of the production of capitalist “truths” circulating in the opportunities exposed by the Covid-19 pandemic.

Keywords: Covid-19, capitalism, precarious work, home office, delivery

Résumé

Capitalisme et opportunité

Nous analysons le pouvoir sur la vie et la mort qui ordonne aux biopouvoirs et aux bioéconomies de produire et de faire circuler des concepts tels que le “travail à domicile”, la “livraison” et “l’entrepreneuriat virtuel”. Deux types de contrôles forts – i) le contrôle politique des comportements ; ii) l’isolement des travailleurs et la précarisation des relations de travail – ont été opportunément renforcés lors de la pandémie. Aux perceptions de confort induites par les nouvelles formes et modes de travail virtuels s’est ajouté un nouveau type de langage communicatif. À partir des recherches, des nouvelles et des contributions des textes produits sur ces relations, nous analysons les voies de la production des ‘vérités’ capitalistes circulant dans les opportunités exposées par la pandémie de Covid-19.

Mots-clés: Covid-19, capitalisme, travail précaire, travail à domicile, livraison

Introdução

No Brasil vivemos dois mundos bem separados e, na maioria das vezes, no mesmo espaço de vivência. Quiçá seja assim no resto do mundo, particularmente, na América Latina. De um lado, a burguesia dominante e seus diversificados governos (dos ditadores aos democratas desenvolvimentistas); de outro, uma população pobre e periférica nas cidades metropolitanas e/ou regionalmente distribuída, ávida por uma saída qualquer que melhore sua condição social.

A morte provocada pelos poderes dominantes nunca foi desconhecida entre os explorados nativos e escravizados como domínio sobre suas vidas. Os senhores de escravos chicoteavam até à morte os rebeldes ou fujões, mas a culpa dos castigos e a morte não eram absolutamente dos Senhores, mas dos próprios escravos: “os castigos utilizados tão somente no caso de inadaptação do escravo à sua condição. O escravo fugitivo — um inadaptado à própria comunidade dos seus pares, um inadaptado social. Culpa dele, porque, em geral, os senhores souberam oferecer aos escravos um mundo tranquilizador [*sic*]” (Gorender, 1990, p. 13). Não escaparam das garras da morte provocada nem os padres, como Frei Caneca, nem os alferes do Reino, como Tiradentes. A posse da vida das pessoas pelos senhores de engenho é tão marcante que foram nomeados “donos de homens e da cana” por Schwartz (1988, p. 224). Depois, na república, a provocação da morte passou para as mãos dos policiamentos locais, legais ou não, como as devidas ao coronelismo até à Constituição de 1888 e, hoje, pelos grileiros, pelos gendarmes do agronegócio, pelas madeireiras, pelas mineradoras

e, claro, pelas polícias civis e militares a serviço do Estado. Mas a provocação da dor e da morte nunca foi um negócio simples, um provocar simples da morte. Paradoxalmente, era preciso construir o consentimento marcado pelo domínio e proteção da vida.

Os colonizadores e, mais tarde, a burguesia brasileira, com os meios de produção e com o poder político, fizeram circular um conjunto de condutas disciplinares aceite (Foucault, 2008, 2006) e legalmente constituído, uma esperança vã para os de baixo de fazer parte do grupo seletivo de colonizadores e de emburguesados, que implica, de um lado, a culpa pessoal pela falta de sorte (ou esforço) e, de outro, o esvaziamento do sentido exploratório de classe, nomeando os escravos como capatazes, os empregados como colaboradores ou os desempregados mochileiros como empreendedores – “casuística inata aos homens a de mudar as coisas mudando-lhe os nomes! E achar saídas para romper com a tradição sem sair dela, sempre que um interesse direto dá o impulso suficiente para isso” (Marx *apud* Engels, 1984, p. 60). Por vezes, vale-se dos sentimentos religiosos, da destinação, da graça divina que recaem sobre aqueles enriquecidos e se tornam castigos para aqueles empobrecidos a olhos vistos, não por clareza sobre a falta de oportunidades ou em razão da desigualdade, mas porque não cumpriram completamente os mandamentos divinos, faltaram ao culto ou ao catecismo. Se a burguesia atual não é um bloco homogêneo, nessa empreitada de pacificar as relações de trabalho e de exploração estão todos de acordo.

As aparentes contradições do sistema econômico são logo transformadas idealmente em oportunidades. As mudanças na matriz econômica, o desaparecimento de empregos e cargos e a sua substituição por nanotecnologia, produção e gerenciamento em nuvens de dados e automação das tarefas são apresentados como

convergência de esforços para alinhar os contextos digital, físico e biológico, permitindo o desenvolvimento de projetos multilíngues, multiculturais, multidisciplinares e multifacetados. Esses esforços nos levam a discussões e soluções que precisam tratar de forma compartilhada o volumoso conhecimento, mas com uma visão abrangente e global, provocando processos que alteram a maneira de pensar, se comportar e utilizar a tecnologia (Ribeiro, 2020, p. 95).

De forma semelhante, a privatização e o domínio sobre as tecnologias de saúde para produção de vacinas (sob a rubrica aquisição de vacinas e insumos para prevenção e controle) contra a pandemia de Covid-19, que custaram somente ao governo brasileiro 24 bilhões de reais em 2020, 32,6 bilhões em 2021 e 9,2 bilhões em 2022, fora os gastos de distribuição e infraestrutura, pagos às empresas privadas que detêm as tecnologias, são apresentados como uma aquisição do

Estado com distribuição equitativa, na entrada e na saída dos insumos (Tesouro Transparente, 2022). Nem sequer se levanta a questão do enriquecimento das empresas e a possibilidade de tornar a patente privada dos insumos e das vacinas em patente pública, normalizando junto à população a relação mercantil da saúde e da vida como um simples negócio entre Estado e empresas privadas.

As disparidades das condições de proteção contra as epidemias entre as classes sociais e entre brancos(as), negros(as) e pardos(as) (mestiços(as) afrodescendentes) são minimizadas e remediadas com assistencialismos precários. Os trabalhadores, retidos pelo medo de adoecer e pelo desemprego, apassivam-se, ainda que os factos apontem para o perigo iminente contra si, exposto pelo descuido governamental e pela ganância industrial e comercial.

O poder estatal sobre a vida escolhe quem pode morrer e quem será socorrido de pronto. O mercado decide quem pode pagar pela proteção à vida.

Se as condições pandêmicas criaram novas formas de controle populacional direto e isolamento social, monitorando moralmente inclusive as manifestações políticas (iG Último Segundo, 2020) – e esta é apenas uma de milhares de notícias semelhantes –, trouxeram também o aprofundamento da precarização do trabalho, o trabalho remoto ou *home office* e tornaram o *delivery* uma modalidade hipereploradora de trabalho precário, moralmente aceitável.

O sistema protetivo pandêmico protagonizado pelo trabalho *web*-remoto caseiro através do computador e/ou aplicativos de celulares, o *home office*, atingiu a classe média e a burguesia branca e deixou os trabalhadores e os subempregados a correrem o risco de infecção, inclusive por dificuldade de acesso à saúde; essa é a conclusão de Barros (2021): “pesquisadores da área de saúde pública constataram que, no que se refere às mortes causadas pela Covid-19, os negros são a população mais vulnerável entre os paulistanos. Em relação aos brancos, seu risco relativo de morte é 77% maior, enquanto pardos apresentam taxa 42% mais alta que os brancos” (Barros, 2021).

Outros números reforçam a situação desigual e precária dessas populações, aprofundando a segregação determinada também por diferenças de renda:

“São questões muito semelhantes às que encontramos no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Há territórios com grandes vazios assistenciais, sobretudo de serviços de média e alta complexidade”, relata Góes. A pesquisadora frisa a grande segregação racial existente, com problemas estruturais que afetam as populações de negros e indígenas. Em entrevista à Rádio EPSJV-FioCruz, a pesquisadora Márcia Pereira Alves dos Santos, integrante do Grupo de Trabalho (GT) Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e docente colaboradora da Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ), reafirma esse resultado: “embora muita gente acredite que todos nós somos iguais, essa assertiva é injusta e não verdadeira. Nós somos diferentes”. Quando se olha para os dados, afirma Santos, “é fácil reconhecer que determinados grupos são afetados de forma desigual” (Evangelista, s.d.).

O número de trabalhadores “protegidos” pelo distanciamento social pela via do *home office* não passou de 11% da população ativa brasileira em 2020, segundo o IPEA (Lisboa, 2021). Já a Fundação Getúlio Vargas avalia que:

mesmo no auge do isolamento social, entre maio e junho de 2020, o número de trabalhadores atuando remotamente no País mal passou de 10% do total de ocupados, algo como 9 milhões de pessoas, segundo dados já divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em novembro do ano passado [2021], último dado disponível, o número caiu para 7,3 milhões de trabalhadores, apenas 8,7% do total de ocupados, já considerando o gigantesco fechamento de vagas por causa da pandemia. A participação era ainda menor no Nordeste (6,3%) e no Norte (3,7%), mas maior no Sudeste (11,3%), com destaque para Rio e São Paulo. O Distrito Federal, onde 18,9% do total de empregados em novembro de 2020 estavam em *home-office*, foi o campeão nesse quesito. Cerca da metade do pessoal em trabalho remoto em novembro de 2020 estava em São Paulo, Rio e Brasília (InfoMoney, 2022).

Enquanto a maioria da população pobre brasileira tomava ônibus e metrô lotados diariamente e protegia-se como era possível, uma pequena parte estava “protegida” entre as paredes de sua casa e vociferava impropérios contra os pobres que se arriscavam contra o vírus e contra a fome acossados pela alta dos preços na pandemia (Andretta, 2020). A reportagem de Luiz Felipe Stevanim, “Ficar em que casa?”, afirma:

Das favelas às aldeias, as marcas da desigualdade aumentam o desafio para prevenção e controle da Covid-19 e exigem estratégias intersetoriais adaptadas a contextos diferentes. Uso de álcool gel e máscaras, higienização das mãos e mesmo a recomendação para não sair de casa são medidas que esbarram em realidades brasileiras, ou na ausência de direitos básicos, como saúde, emprego e moradia (Stevanim, 2020).

As desigualdades, no entanto, não aparecem aos desolados como solucionáveis pela via da luta sindical, parlamentar ou jurídica. A esperança de dias melhores para os mais explorados se deteriora a passos largos e joga as sociedades democráticas burguesas e seus poderes na ruína silenciosa da quietude dos desolados. Um salvador da pátria, quem sabe! Os salvadores das pátrias dependem da desolação prante todas as instituições que antes garantiam alguma esperança de melhoria.

1. Oportunidade, precarização e desigualdade

A semi-ruptura com os valores do humanismo não causa impactos como dantes. Boa parte da população brasileira não quer saber de humanismos institucionais (ao menos 50 milhões que votaram no primeiro turno das eleições presidenciais de 2022 em um projeto civilizatório segregador e violento). Quer saber de ter oportunidades pessoais, tornar-se empreendedor, garantir-se pelo esforço pessoal e pelo mérito: “perseverar” (Carvalho e Santos, 2022). Outra parte labuta pela via das reformas sociais e acredita nos mecanismos de contenção das crises através de políticas públicas “democráticas” que só se podem viabilizar pela via eleitoral, já que estão também fora de questão as lutas classistas, as transformações radicais, o fim das desigualdades pelo estabelecimento de uma nova sociedade des-hierarquizada. Não. Esta sociedade está bem, faltam apenas recursos, além de grupos e pessoas capazes de geri-la a contento (outra forma de desolação e aceitação do sistema). Parece o reverso da posição dos “anti-polarização”, segundo Carvalho e Santos (2022):

Por óbvio essa preparação mental guarda relação com a desesperança com o potencial transformador da política, com as alternativas institucionais/coletivas de mudança de vida. E isso acontece porque esse público acredita prioritariamente na família. Depois da família, em menor intensidade, na Igreja. A família é a instituição guardiã dos valores, do suporte, e a Igreja é o núcleo expandido da família quando o assunto é valor. Família e Igreja se conectam na mentalidade dessas pessoas por meio da palavra perseverança. É um organizador moral que compõe uma tecnologia de sobrevivência (trabalhar mais), com a crença de que a proteção e a força saem de casa, da família com o suporte da religião (Carvalho e Santos, 2022, p. 49).

A desesperança não vai pelo caminho da religiosidade tão somente e esbarra numa ideia de realidade na qual o Capital é inexorável e retira ao trabalhador as condições básicas de vida. O subemprego transforma-se em modo de existência e deve ser renomeado, reificado. Tal como “uma transformação da distribuição provoca uma transformação da produção” (Marx, 1973, p. 228), a sociedade desigual que se realiza pela desigualdade da distribuição de bens não pode ser remediada, e a exploração deve reaparecer vestida com o branco da paz ou com o verde da ecologia. A superexploração do trabalho humano é substituída por um discurso ecológico empreendedor que depende dos novos meios de distribuição e de troca para se realizar. A imagem do miserável entregador de mercadoria com sua bicicleta surrada é substituída por outra com bicicletas novas, movidas pela força física humana, mas com um diferencial: são ecologicamente corretas.

O projeto E-bikes nasceu junto a uma parceria com a empresa Woice Rental para oferecer uma opção mais sustentável aos entregadores do Rappi. Além de ajudar o planeta, a nova modalidade tem um custo menor para os colaboradores – já que não precisam gastar com combustível (Tremarin, 2022).

Quando não é ecologicamente sustentável, o discurso passa pelo crivo do compromisso social com os deserdados, como na empresa Courrieros:

Para se tornar um entregador da Courrieros, é preciso passar por um teste rigoroso que analisa a habilidade do candidato em pedalar e se achar pela cidade, o que exige fôlego e senso de direção. Depois de selecionado, o entregador recebe um treinamento de mecânica, atendimento ao cliente e segurança no trânsito. “Desde o início quisemos investir no funcionário. Hoje temos 73 entregadores, todos são CLT e metade são jovens que não têm formação superior e estavam sem oportunidade de trabalho. Formamos esses jovens para que eles saiam melhores do que entraram”, afirma Castello Branco (Desidério, 2016).

A empresa ifood imprime à carga de trabalho excessiva e mal paga a pecha de “entregas limpas” ao preferir motos elétricas: “A iniciativa, em parceria com a Votz, visa reforçar o compromisso ambiental da empresa de chegar a 50% das entregas limpas até 2025. Os entregadores parceiros do ifood poderão comprar a motocicleta elétrica com descontos e facilidades no financiamento, incluindo taxas mais baixas” (Tremarin, 2022).

Os trabalhadores precários dos aplicativos de entregas sentem-se “liberais” à caça de financiamentos bancários para adquirir veículos novos. A palavra “empreendedor” lhes retira o peso do desemprego, de muambeiros, de “faz-tudo” e os coloca, simbolicamente, em uma situação de ascendência social.

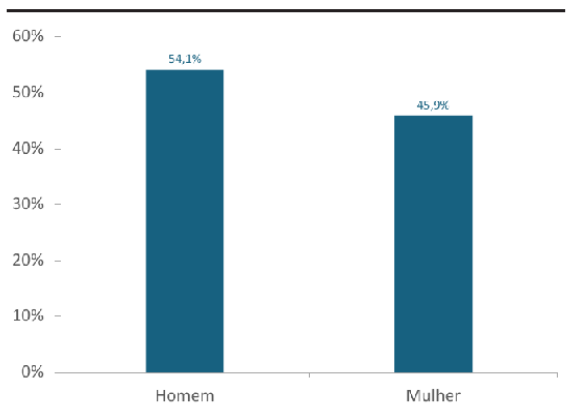
Em uma entrevista a Leonardo Neiva para o portal UOL, o entregador Paulo Lima, vulgo Galo (Galo de briga), que ajudou a criar os “entregadores antifascistas”, refere que: “ ‘Muita gente não virou antifascista, mas entendeu que greve é um instrumento de luta. Já largaram essa ideia de que são empreendedores. Somos trabalhadores e temos que lutar’, afirma Galo, que enfatiza a dificuldade de trabalhar de estômago vazio enquanto se carrega comida nas costas” (Neiva, 2021).

Ao lado do *delivery*, as empresas associadas aos conglomerados comunicativos passaram a divulgar os benefícios do trabalho em *home office*. Mesmo as centrais sindicais caíram na cantilena burguesa da comodidade do trabalho remoto (Acarini, 2022).

Na Nota Conjuntural 6, do Terceiro Trimestre de 2022, o IPEA, Góes *et al.* (2022) avaliam estatisticamente o trabalho remoto potencial e, ainda que

não procedam em profundidade à análise das discrepâncias de rendimentos encontrados entre pobres, brancos, negros e mulheres, reportam tratar-se de outro objeto de estudo e indicam, mesmo assim, a concentração dos rendimentos no homem branco com ensino superior, seguido da mulher branca com ensino superior, bem como a concentração na região sudeste do país.

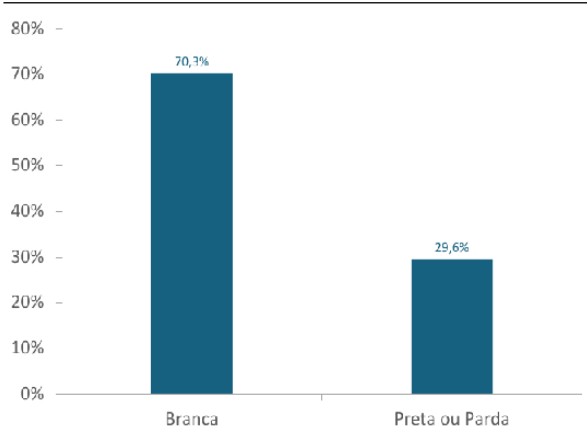
Gráfico 1. Brasil: distribuição da massa salarial do teletrabalho potencial, por gênero



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração dos autores.

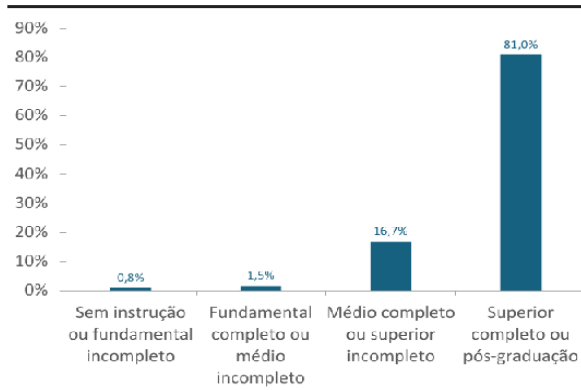
A distribuição da massa salarial permite perceber seu recorte de gênero. No entanto, tal recorte vai-se aprofundando à medida em que se introduzem a raça, a escolaridade e as regiões mais periféricas. O quadro abaixo evidencia a disparidade de distribuição da massa salarial entre brancos, negros e pardos.

Gráfico 2. Brasil: distribuição da massa salarial do teletrabalho potencial, por raça/cor



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração dos autores.

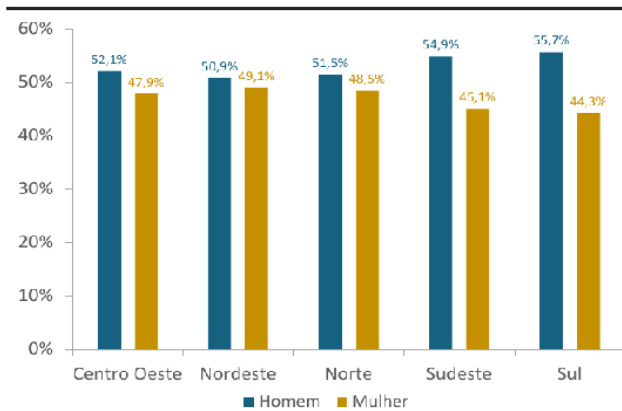
Gráfico 3. Brasil: distribuição da massa salarial do teletrabalho potencial, por escolaridade



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração dos autores.

Por sua vez, as disparidades regionais são efetivadas na relação de percentuais desiguais entre raça e cor, como no quadro abaixo.

Gráfico 4. Brasil: distribuição da massa salarial do teletrabalho potencial, por raça/cor, em cada macrorregião



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração dos autores.

Fonte gráficos 1, 2, 3 e 4: Góes *et al.*, 2022.

Como mostram os gráficos, o trabalho remoto potencial não apenas tende a repetir as desigualdades de gênero, raça e por região, presentes na venda da força de trabalho presencial, mas as incrementa.

2. Rebaixamento de custo e oportunidade de ganhos

Para além das questões de estruturas regionais e suas desigualdades de distribuição da massa salarial, há outras componentes econômicas e sociais que fazem com que os burgueses propagandeiem o trabalho remoto para os trabalhadores.

Aproveitando-se da pandemia, o Metro de São Paulo colocou à venda seu prédio administrativo histórico e diminuiu as locações de prédios, diminuindo seus custeios operacionais com a implantação do trabalho remoto:

Desde meados do ano, a presidência do Metrô passou a implementar estratégias para tentar reduzir o prejuízo mensal da companhia. Para isso, implantou o trabalho remoto para cerca de 600 funcionários administrativos, devolveu imóveis alugados e está leiloando outros que não serão mais usados como o UNI 459 (...). Na semana passada, o secretário dos Transportes Metropolitanos, Alexandre Baldy, ressaltou o trabalho da sua gestão em cortar custos: "Otimizar o gasto do dinheiro público e modernizar as formas de trabalho sempre foram algumas das minhas prioridades enquanto gestor público e privado", afirmou (METRO-CPTM, 2020b).

Em 2020, o Metro paulista adota permanentemente o *home office* como opção de trabalho:

"A crise sanitária e econômica provocada pela pandemia nos fez repensar a real necessidade dos prédios destinados ao trabalho dos colaboradores da Companhia. A produtividade e interesse demonstrados pelos empregados nesse período de quarentena nos permitiu repensar o atual conceito de escritório, trazendo mais flexibilidade à empresa e ao empregado", disse Silvani Pereira, presidente do Metrô (METRO-CPTM, 2020).

A redação *Homework* do Portal Terra (2022) afirma em recente pesquisa realizada pela Korn Ferry com 175 empresas, que 85% delas adotaram o *home office*/híbrido permanentemente, em razão da "produtividade". Justificam-se também pela busca de um "equilíbrio" entre o trabalho e o descanso e ainda avaliam que há impacto positivo na saúde do "colaborador", prevenindo o *burnout* (Portal Terra, 2022).

O foco da discussão aberta pelas empresas está no controle e na produtividade, já que, do ponto de vista de custo, está claro que manter o empregado em sua própria casa e transformá-la em território empresarial durante parte do dia implica menos despesas de custeio, além de esvaziar o conceito tradicional de tempo de trabalho comprado ao trabalhador. Para além dos custos, está a desterritorialização da força de trabalho, o fim

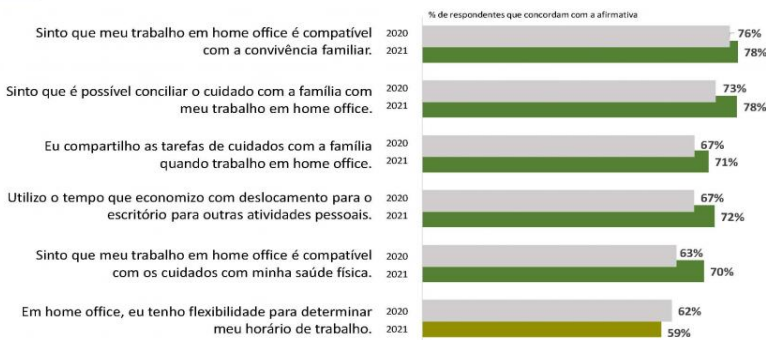
da socialização presencial entre a maioria dos trabalhadores e o trabalho por tarefa e por tempo determinado, contornando as leis trabalhistas e as conquistas internacionais dos trabalhadores. Ser colaborador implica essa noção de quase voluntariado, de contrato civil e servil de prestação de serviços entre empregado e empregador, o que garante e aumenta a força do empregador diante do hipossuficiente exército de reserva transformado em prestador de serviço eventual.

O trabalhador quer-se empreendedor, quer-se colaborador. Principalmente aqueles 10% que já atuaram em *home office* no Brasil vaticinam uma melhoria das relações, menos despesas de transportes, de tempo perdido entre a empresa e o trabalho, etc. Pensam que terão mais tempo com a família e que, assim, tornarão sua intimidade mais fortalecida, podendo acompanhar mais amiúde o desenvolvimento diário dos filhos, cuidar da mãe, dos parentes queridos, dos animais de estimação, etc.

A soma desses e de outros fatores levou a jornalista Tamiris de Almeida a se inscrever em um processo seletivo da Dock em agosto de 2020. “Vi um post no LinkedIn de uma funcionária falando sobre a rotina com crianças e como o modelo de trabalho foi um suporte nessa nada fácil vida de ‘equilibrar os pratinhos’. Eu, recém-mãe e saindo da licença maternidade, super insegura e cheia de dúvidas, optei por mudar de emprego para conseguir acompanhar mais de perto o crescimento do meu filho.”, comenta a profissional que já teve experiências anteriores com trabalho remoto antes da chegada do Henrique, de 11 meses (Cunha, 2022).

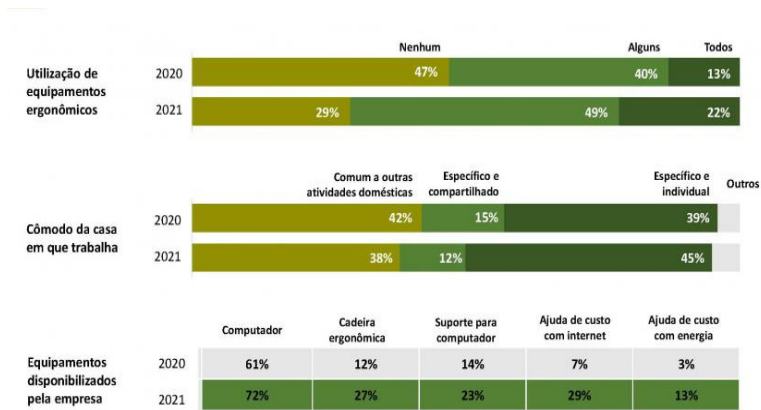
Essa percepção do trabalho remoto pelo trabalhador é confirmada pela pesquisa da FEA-USP:

Gráfico 5. Gestão do tempo



Devemos lembrar que o trabalho remoto atingiu apenas 10% dos trabalhadores(as) brasileiros(as) e que o horizonte da pesquisa se aplica àqueles que se mantiveram em trabalho remoto. *A contrario sensu*, a própria Central Única dos Trabalhadores – CUT, com visão um pouco mais genérica, em matéria aqui supracitada, preocupa-se com os mecanismos de controle das empresas, com a excessiva carga horária de trabalho, a implicar a superexploração do trabalhador e de seu espaço de intimidade, além de os custos operacionais ficarem a cargo do “colaborador” (segundo pesquisa da FEA-USP, apenas 29% das empresas fornecem ajuda de custo com internet e 13% com conta de energia):

Gráfico 6. Ambiente de trabalho em casa



No levantamento realizado pela FEA – Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA, 2021), houve 23% dos testemunhos relataram que a carga horária de trabalho na pandemia e depois dela esteve entre 49 horas e 70 horas semanais, enquanto 6% disseram terem trabalhado mais do que 70 horas semanais. Além disso, poucos trabalhadores terão situação residencial e meios tecnológicos suficientes para suportar o peso econômico da nova modalidade de trabalho, definindo um processo de exclusão ainda mais cruel do mais pobre, materialmente com menos condições de arcar com as qualificações necessárias para acompanhar o desenvolvimento tecnológico.

O capitalista não se importa com quem lhe venda a força de trabalho, tampouco com a intimidade das relações familiares.

A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valia, absorção de mais-trabalho, produz, portanto, com o prolongamento da jornada de trabalho não apenas a atrofia da força de trabalho, a qual é roubada de

suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade. Ela produz a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador num prazo determinado mediante o encurtamento de seu tempo de vida (Marx, 1996, p. 379).

A preocupação do capitalista com o trabalhador não é apenas em como produzir nele a obediência e a moral de servidão ao capital, é também em como evitar a consciência rebelde (Foucault, 2008, 1987). De pouco a pouco introduz os trabalhadores em mecanismos tecnológicos educativos que servem como aprendizado, adequação e normalização das novas relações de exploração e que lhe trazem conveniência, funcionando como contrapartida (Rodrigues, 2022). A popularização dos computadores, depois dos *notebooks* e dos celulares e seus aplicativos foi a preparação metodicamente concebida para esse momento, com o isolamento de cada um em cada máquina, com a prevalência de relações virtuais, já que as relações comunitárias foram consumidas pelo tempo de trabalho; as grandes filas foram substituídas pelo tempo inútil individual não pago e interessado (Adorno, 2002) associado à comodidade dos aplicativos virtuais; depois, pelo trabalho remoto direto e pago invadindo sua intimidade e sua casa; pelas entregas na porta de casa por um trabalhador não reconhecido enquanto tal, completamente desenraizado de sua qualidade de trabalhador e explorado.

A comodidade vem como cessão. Ou melhor dizendo, uma ideia de cessão. A cessão do território ideal da fábrica e do escritório para o trabalhador. A sensação imediata é de que o território da fábrica foi tomado pelo trabalhador e levado para sua residência. Em sua casa o trabalhador teria o controle da situação territorial, poderia, inclusive, burlar ou boicotar melhor a vigilância imposta pelo patrão, quase impessoal. Em seu espaço íntimo teria domínio também dos mecanismos de controles administrativos e da produção. Logo verá que, pelo contrário, o que lhe parece cessão é, na verdade, uma apropriação do território do trabalhador, de sua intimidade, uma inserção inaudita em seus domínios e, nesse sentido, uma expansão do domínio territorial do patrão, da empresa, com baixíssimos ou mesmo sem custos estruturais e operacionais.

Sob outra ótica, o trabalho remoto facilita a internacionalização do trabalho, quer dizer, da contratação da força de trabalho, e cria dificuldades em sua organização. A concorrência mundial entre trabalhadores deverá abaixar o custo pago pela mão de obra. Desterritorializado, o trabalho não presencial indica a contratação sem localidade de moradia preferencial, como também deve exigir maior qualificação em línguas e conhecimentos de aplicativos virtuais e, juntamente, exigindo do trabalhador que detenha as melhores condições de equipamentos e acesso à rede mundial, determinando aperto no bico do funil da seletividade empregatícia.

Considerações finais

Adorno (2002) compreendeu espetacularmente a tática capitalista em tomar o tempo inútil tornando-o útil para o capital, ao invadir pelos meios de comunicação o tempo inútil e ao transformar o trabalhador em sua contradição: o consumidor. Aos poucos, esse consumidor também foi se tornando o trabalhador não pago, já que faz toda operação do caixa do banco, ainda que tivesse a resistência dos bancários; preenche virtualmente as fichas de controle; automatiza e permite sua localização espacial; escolhe sapatos na vitrine virtual; faz compras que são entregues pelos miseráveis de bicicletas ou motos que voam na velocidade da luz para poder fazer mais uma entrega a preço módico. O destino do trabalhador não interessa ao consumidor.

Os dados pessoais, pela via dos algoritmos, de consumidores e trabalhadores indicam suas preferências pessoais para as empresas (Obladen, 2020; Vieira e Oliveira, 2021; IDC, 2018). Os mecanismos de buscas virtuais preparam as ofertas de mercadorias maravilhosas ao sabor do desejo do consumidor, não interessa se realizada por trabalho escravo ou pago. Essa preparação logística e pedagógica permite aos 11% de trabalhadores virtuais se somarem aos capitalistas em sua defesa, sem pensar que o trabalho (a venda da força de trabalho) poderia não ser um processo de exploração e expropriação. As comodidades escondem as contradições.

O trabalho remoto desterritorializado implica, no limite, prevalência daqueles “mais bem” preparados e com melhores condições econômicas, que estão espalhados pelo território brasileiro e pelo mundo. A concorrência pela empregabilidade se internacionaliza sem que se perceba claramente, apesar de o instinto de vida produzir esse conhecimento sensível. Menos *chances* terão os que menos *chances* já tinham.

Assim como o poder e a fama para Hobbes (1983), o capital precisa autorreproduzir-se e aumentar sua influência e acumulação o tempo todo, sobretudo no que envolve sua condição de existência. Para tanto o burguês se vale de todos os meios, seja dos mecanismos de repressão, vigilância e controle do corpo (Foucault, 2006; Agamben, 2007), seja da condução e produção de condutas através da circulação de ‘verdades’, de contrafações (Rodrigues, 2022), que tornam a reprodução do capital e sua acumulação uma verdade necessária e inquestionável. É nesse sentido que a luta pelos significados equivale à descaracterização das reivindicações dos submetidos ao Capital, à desqualificação de suas pretensões, produzindo a inexorabilidade das pretensões capitalistas. O trabalho precário é uma condição contemporânea para a passagem para a nova matriz econômica capitalista futura, acelerada pela pandemia de Covid-19. O isolamento dos trabalhadores em suas casas através do trabalho remoto tornou mais efetivo o isolamento das pessoas na cidade, produzido e iniciado pelo capital, através da gestão das horas úteis do

dia, impossibilitando as relações comunitárias. São famílias, grupos e pessoas isoladas, em casas muradas com suas ruas em bairros vazios de relações de vizinhanças, sem tempo para diálogo, sociabilidades ou amabilidades. Talvez esse seja o grande desafio, tornar o isolamento um retorno à comunidade, e a rapidez ignorante torne-se sua contradição imediata, a luz dentro da caverna onde nos jogamos.

Bibliografia

- ACARINI, André – *Apesar do home office ser mais produtivo, empresas resistem a adotar novo modelo* [Em linha]. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2022, atual. 07 jul. [Consult. 11 out. 2022]. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/apesar-do-home-office-ser-mais-produtivo-empresas-resistem-a-adotar-novo-modelo-9299>.
- ADORNO, Theodor – *Indústria cultural e sociedade: seleção de textos*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. ISBN 9788521904533.
- AGAMBEN, Giorgio – *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. ISBN 9788570413076.
- ANDRETTA, Filipe – *Preço de álcool em gel e máscaras subiu até 161%; governo deveria tabelar?* [Em linha]. São Paulo: Portal UOL, 2020, atual. 12 mar. [Consult. 17 out. 2022]. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/12/governo-controle-precos-tabelar-mascara-alcool-gel-agua-coronavirus.htm>.
- BARROS, Rubens – *Desigualdade social e racial é fato importante por trás de óbitos relacionados à Covid-19* [Em linha]. São Paulo: Revista Pesquisa FAPESP, 2021, atual. 22 mar. [Consult. 11 out. 2022]. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/desigualdade-social-e-racial-e-fator-importante-por-tras-de-obitos-relacionados-a-covid-19/>.
- CARVALHO, Antônio Carlos; SANTOS, Arthur Henrique – Trabalho como identidade. In PEREIRA, Jordana Dias; CHAVES, Rogério (orgs.) – *As faces de um país em disputa: percepções e valores na Cultura política brasileira* [Em linha]. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Fundação Rosa Luxemburgo, 2022. p. 43-56. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/as-faces-de-um-pais-em-disputa/>. ISBN 9786556260679.
- CUNHA, Gabriela – *Empresas adotam trabalho remoto 'em definitivo' para fugir da instabilidade das ondas da pandemia* [Em linha]. Rio de Janeiro: Valor Invest, 2022, atual. 31 jan. [Consult. 10 out. 2022]. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2022/01/31/empresas-adotam-trabalho-remoto-em-definitivo-para-fugir-da-instabilidade-das-ondas-da-pandemia.ghtml>.
- DESIDÉRIO, Mariana – *Empreendedores esperam faturar R\$ 2 mi com entregas de bike* [Em linha]. São Paulo: Editora e Comércio Valongo Ltda, 2016.

- [Consult. 26 out. 2022]. Disponível em: <https://exame.com/pme/empreendedores-esperam-faturar-r-2-mi-com-entregas-de-bike/>.
- ENGELS, Friedrich – *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 9.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984 [1884]. ISBN 9789725501382.
- EVANGELISTA, Ana Paula – *Negros são os que mais morrem por Covid-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil* [Em linha]. Rio de Janeiro: Rádio Póli – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, s.d. [Consult. 08 out. 2022]. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>.
- FEA-USP – *Satisfação e desempenho em Home Office. Uma pesquisa comparativa 2020-2021* [Em linha]. São Paulo: FEA, 2021, atual. 08 set. [Consult. 05 out. 2022]. Disponível em: <https://www.fea.usp.br/fea/noticias/brasileiros-querem-continuar-no-home-office-diz-pesquisa>.
- FOUCAULT, Michel – *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes. 1999. ISBN 9788533610041.
- FOUCAULT, Michel – *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. ISBN 9788533623774.
- FOUCAULT, Michel – *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987. ISBN 9788532605087
- FOUCAULT, Michel – *Estratégia, Poder-Saber IV*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. ISBN 9788521803966.
- GÓES, Geraldo Sandoval; MARTINS, Felipe dos Santos; ALVES, Vinícius de Oliveira – A distribuição dos rendimentos do trabalho remoto potencial no Brasil por características individuais. *Carta de Conjuntura* [Em linha]. 56:6 (2022) 1-11. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220722_cc56_nota6_trabalho_remoto.pdf.
- GORENDER, Jacob – *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1990. ISBN 9788508037538.
- HOBBS, Thomas – *Leviatã. Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. 3.ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. ISBN 9788527406192.
- IDC – *Algoritmos e o uso de dados pessoais como ferramenta de manipulação* [Em linha]. São Paulo: Observatório Cidadania, Cultura e Cidade, 2018. [Consult. 26 out. 2022]. Disponível em: <http://www.observatorioculturaecidade.ufscar.br/nossa-producao/algoritmos-e-o-uso-de-dados-pessoais-como-ferramenta-de-manipulacao/>.
- IG ÚLTIMO SEGUNDO – *Brasil tem manifestações em várias cidades; veja quais* [Em linha]. São Paulo: Internet Group do Brasil Ltda, 2020, atual. 07 jun. [Consult. 20 out. 2022]. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2020-06-07/brasil-tem-manifestacoes-em-varias-cidades-veja-quais.html>.

- INFOMONEY – *No Brasil, home office foi realidade para poucos* [Em linha]. Brasil: InfoMoney, 2022, atual. 02 jan. [Consult. 10 out. 2022]. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/no-brasil-home-office-foi-realidade-para-poucos/>.
- LISBOA, Vinícius – *Ipea: 11% dos trabalhadores fizeram home office ao longo de 2020* [Em linha]. Rio de Janeiro, Brasil: Agência Brasil, 2021, atual. 17 jul. [Consult. 10 out. 2022]. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-07/ipea-11-dos-trabalhadores-fizeram-home-office-ao-longo-de-2020>.
- MARX, Karl – *O Capital. Crítica da Economia Política – Tomo I*. São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1867]. ISBN 9788535108319.
- MARX, Karl – *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Editora Estampa, 1973 [1859].
- METRO-CPTM – *Pandemia faz Metrô de São Paulo aderir ao home office permanente* [Em linha]. São Paulo: METRO-CPTM, 2020, atual. 16 jul. 2020 [Consult. 12 out. 2022]. Disponível em: <https://www.metrocptm.com.br/pandemia-faz-metro-de-sao-paulo-aderir-ao-home-office-permanente>.
- METRO-CPTM – *Metrô de São Paulo coloca à venda sede histórica na rua Augusta* [Em linha]. São Paulo: METRO-CPTM, 2020b, atual. 24 nov. 2020 [Consult. 12 out. 2022]. Disponível em: <https://www.metrocptm.com.br/metro-de-sao-paulo-coloca-a-venda-sede-historica-na-rua-augusta/>.
- NEIVA, Leonardo – *O pedido vem e a gente nem sabe o que é. Aceita porque está desesperado para sobreviver* [Em linha]. São Paulo: GamaRevista, 2021, atual. 27 jun. [Consult. 10 out. 2022]. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/semana/onde-voce-trabalha/paulo-galo-uberizacao-do-trabalho-luta-entregadores-de-aplicativo/>.
- OBLADEN, Cinthia – *A obscuridade dos algoritmos e a LGPD* [Em linha]. Curitiba: Instituto Nacional de Proteção de Dados, 2020. [Consult. 26 out. 2022]. Disponível em: <https://www.inpd.com.br/post/a-obscuridade-dos-algoritmos-e-a-lgpd>.
- PORTAL TERRA – *Por produtividade, empresas adotam home office permanente* [Em linha]. Madrid: Portal Terra, 2022, atual. 27 jun. [Consult. 17 out. 2022]. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-dia/meu-negocio/por-productividade-empresas-adotam-home-office-permanente,35b7f7384968af9928e5c471c63caa8f9x7qf2hl.html>.
- RIBEIRO, Cláudio José Silva – *Big data no contexto da quarta revolução industrial: Transformações no processo de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)*. *Cadernos Adenauer* [Em linha]. XXI:1 (2020) 93-110. Disponível em: <https://www.kas.de/pt/web/brasilien/einzeltitel/-/content/cadernos-adenauer-1-2020-1>. ISSN 1519-0951.
- RODRIGUES, Clayton Emanuel – *As tecnologias de poder e as transformações do Eu*. Braga: Universidade do Minho, 2020. Tese de doutoramento. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/78832>.

SCHWARTZ, Stuart – *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. ISBN 9788571640122.

STEVANIM, Luiz Felipe – *Desigualdade social e econômica em tempos de Covid-19* [Em linha]. Rio de Janeiro: FioCruz, 2020, atual. 13 mai. [Consult. 05 out. 2022]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid-19>.

TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE – *Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19* [Em linha]. Brasília: Tesouro Nacional Transparente, 2022, atual. 06 out. [Consult. 17 out. 2022]. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>.

TREMARIN, Daniela – *iFood investe nas entregas com motos elétricas* [Em linha]. Rio Grande do Sul: SAIPO, 2022 [Consult. 20 out. 2022]. Disponível em: <https://saipos.com/noticia/ifood-investe-nas-entregas-com-motos-eletricas>.

VIEIRA, Lucas Bezerra; OLIVEIRA, Kadja Vanessa Brito – A relação entre as decisões automatizadas e a discriminação algorítmica à luz da LGPD. *Migalhas* [Em linha]. (2021). Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/354141/as-decisoes-automatizadas-e-a-discriminacao-algoritmica-a-luz-da-lgpd>. ISSN 1983-392X.

- Receção: 11.10.2022

- Aprovação: 20.01.2023

Sobre la relación entre sociedad, desviación social y Estado: notas para un abordaje interpelante¹

IVONALDO LEITE*

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Resumen

El trabajo tiene como objetivo discutir la relación entre sociedad, Estado y desviación social, desde un punto de vista sociológico. En este sentido, inicialmente, se enfocan las perspectivas de los tres 'padres fundadores de la sociología' (Durkheim, Marx y Weber). Se infiere que las aportaciones fundacionales de la sociología no son suficientes para abordar la desviación social. Así, el artículo desarrolla un enfoque que destaca la perspectiva interaccionista de Georg Simmel y presenta la sociología de la desviación de Howard Becker (enfoque del etiquetado) como una alternativa para escudriñar la interrelación entre la sociedad, el Estado y la desviación social.

Palabras-clave: sociedad, Estado, desviación social, sociología

Resumo

Sobre a relação entre sociedade, desvio social e Estado: notas para uma abordagem interpelante

O trabalho tem como objetivo discutir a relação sociedade, Estado e desvio social, do ponto de vista sociológico. Neste sentido, são enfocadas perspectivas dos três 'pais fundadores da sociologia' (Durkheim, Marx e Weber). Infere-se que os aportes fundacionais da sociologia não são suficientes para tratar do desvio social. Assim, o trabalho desenvolve uma abordagem realçando a perspectiva interacionista de Georg Simmel e apresenta a sociologia do desvio de Howard Becker (*labelling approach*)

* E-mail: ivonaldo.leite@academico.ufpb.br | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7451-968X>

¹ Este texto forma parte de un informe de investigación elaborado en el marco de una estancia académica en el Departamento de Sociología de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República (UDELAR)/ Montevideo, Uruguay. Se ha decidido mantenerlo según la redacción de la versión original en castellano. El autor agradece al profesor Sebastián Aguiar (UDELAR) por su atenta interlocución en el contexto del desarrollo de la investigación y en la producción del trabajo.

como uma alternativa para escrutinar o inter-relacionamento entre sociedade, Estado e desvio social.

Palavras-chave: sociedade, Estado, desvio social, sociologia

Abstract

On the relationship between society, social deviance and State: notes for an interpellant approach

This paper aims to discuss the relationship between society, State and social deviance, from a sociological point of view. In this sense, the focus is on some perspectives of the three 'founding fathers of sociology' (Durkheim, Marx and Weber). It is inferred that the foundational contributions of sociology are not enough to deal with social deviance. Therefore, the paper develops an approach highlighting Georg Simmel's interactionist perspective and presents Howard Becker's sociology of deviance (labelling approach) as an alternative to scrutinise the relation between society, State and social deviance.

Keywords: society, State, social deviance, sociology

Résumé

Sur le rapport entre société, déviance sociale et État: notes pour une approche interpellante

L'article vise à discuter des rapports entre société, État et déviance sociale, d'un point de vue sociologique. En ce sens, les perspectives des trois 'pères fondateurs de la sociologie' (Durkheim, Marx et Weber) sont d'abord examinées. Nous en déduisons que les apports fondateurs de la sociologie ne suffisent pas à analyser la déviance sociale. Ainsi, l'article développe une approche mettant l'accent sur la perspective interactionniste de Georg Simmel et présente la sociologie de la déviance d'Howard Becker (*approche de l'étiquetage*) comme une alternative pour examiner l'interrelation entre la société, l'État et la déviance sociale.

Mots-clés: société, État, déviance sociale, sociologie

Introdução

Frente a la percepción de la existencia de diferentes tipos de sociedad, así como a la adjetivación de la sociedad como política o civil, la teoría social del siglo XIX se constituyó como ciencia de la sociedad en general, sin predicado.

Las dificultades derivadas de fijar un plano discursivo para acceder a los fenómenos sociales relevantes fueron compensadas a través de tres orientaciones complementarias de la teoría. Es decir, como señala Blanco (2000): 1) la tendencia a totalizar las estructuras sociales parciales (tecnología o relaciones de producción, por ejemplo) como fuerzas que determinan inevitablemente el todo; 2) la descomposición del todo social en el plano temporal mediante leyes de etapas o estadios, que marcarían la evolución inexorable o progreso de dicho todo, y en el plano material mediante conceptos como estratificación o división

del trabajo; 3) la marginalización del ser humano individual en el plano analítico “se compensa mediante su sobrelevación a la condición de postulado normativo de la humanización de la sociedad y/o la crítica correspondiente de la sociedad real, efectiva” (Blanco, 200, p. 98).

El *leitmotiv* de la sociología clásica probablemente haya sido aprehender lo que, en un orden concreto, la vida transmuta en específicamente presente social, siendo así una aspiración fundamental de la sociología revelar de modo libre de valores lo que constituye, en una acepción moderna, modos de relación social. Posiblemente los teóricos clásicos “compensaron las dificultades” con el concepto de sociedad porque reaccionaban a una situación histórica concreta y específica (la situación de los problemas de finales del siglo XIX), ubicándose precisamente en ella como forma de obtener plausibilidad para la abstracción que el trabajo de conceptualización requiere.

En este contexto, se realizaron análisis históricos y estructurales sobre la diferenciación social, las organizaciones formales y su sistema de profesiones especializadas, los mercados y los correspondientes medios de intercambios, etcétera. Esto llevó a la sociología clásica a ocuparse de las relaciones entre individuo y colectividad en el marco de conceptualizaciones como “la diferenciación/racionalización formal e individualización, que se suponía bastaban para indicar el interés investigador de la sociología y, además, permitían encontrar acomodo teórico para múltiples conceptos presociológicos (racionalidad, legitimidad, solidaridad, etcétera)” (Blanco, 2000, p. 99).

Ahora bien, estos análisis tienen como una de sus características el enfoque estrictamente formal de los fenómenos histórico-sociales y su vinculación a la distinción sujeto/objeto. Fueran llevadas a cabo en el “marco de un fundamento metodológico altamente precario. En el caso de Durkheim, por ejemplo, en el marco de una concepción ingenuamente positivista de la investigación científica, que consideraba factible una ciencia social estrictamente empírica de los hechos sociales” (Blanco, 2000, p. 99). En cambio, en el marco del pensamiento neokantiano, Weber buscó plantear una solución metodológica teórico-transcendentalista y reflexiva que se pone de relieve en la relativización del concepto de acción apropiado de la filosofía de los valores.

Las “dificultades de la sociología clásica” con el concepto de sociedad son perceptibles en Weber, en la medida en que este define el rango del concepto de acción social como foco de la sociología, señalando que “es una acción donde el sentido mentado por su sujeto o sujetos está referido a la conducta de otros, orientándose por esta en su desarrollo” (Weber, 1964, p. 5). Como consecuencia, se puede tener una perspectiva del reconocimiento del papel asignado al actor en el proceso de construcción social, compartiendo códigos con el “otro” que hacen posible su entendimiento, y entonces, de esa forma, Weber, adoptando la acción social como unidad de análisis, llega a los individuos con capacidad de

dar intencionalidad a sus actos, a diferencia de Durkheim, para quien los hechos sociales constituirían la unidad de análisis sociológico.

Aunque la obra de Marx no ha nacido ni se ha desarrollado en las universidades, sino en el movimiento obrero, sí que entró en el mundo académico como una de las referencias centrales de la teoría sociológica y también de otras áreas. Como enfatiza Alexander (1990, 1992), Marx empezó a discutirse más ampliamente de forma analítica en el mundo universitario a través de la teoría del conflicto que se suscitó en oposición a la escuela parsoniana. Respecto a la “controvertida” cuestión sobre la relación entre sociología y sociedad, cabe decir que, en Marx, el concepto de modo de producción (forma de organización de las actividades económicas) parece ocupar un lugar de mayor relieve, siendo el concepto de sociedad desarrollado como consecuencia del estudio histórico de este, con el foco incidiendo principalmente sobre la llamada sociedad burguesa. En ese sentido, en su pensamiento, la esfera económica se concibe con poder para condicionar la vida social, y las clases, como producto de una relación de explotación, se presentan como una unidad básica de análisis.

Por otra parte, desde un punto de vista metodológico, la sociología de Marx implicó trasladar la dialéctica desde la esfera de la filosofía hacia la ciencia de las relaciones sociales. Esta operación hizo necesario tener en cuenta un enfoque sobre la totalidad social y un rechazo de análisis no históricos, es decir, un rechazo de análisis de aspectos aislados de la vida social que no establecen la interrelación entre los diversos niveles de la realidad. Obras como *El 18 Brumario de Luis Bonaparte* revelan que el concepto de realidad de Marx es un arquetipo de reflexión sobre la vida social diferente del presentado por Durkheim y Weber. Se trata de un concepto que articula las condiciones objetivas de la existencia y de la subjetividad o volición del sujeto, señalando que los actores hacen su historia, aunque no la hagan en las condiciones por ellos elegidas (Marx, 2009).

Aunque no se debe olvidar que Marx, Durkheim y Weber fueron creadores de relevantes paradigmas de interpretación de la realidad social, y que los esfuerzos de los sintetizadores de la relación estructura-acción los vuelven contemporáneos², hay que buscar otras perspectivas que consideren la base teórica de aquellos o vayan más allá de esta para que sea posible el avance del conocimiento científico-social, sobre todo en áreas de investigación en las que probablemente los cánones sociológicos no aportan las herramientas metodológicas y analíticas que los objetos de estudio específicos demandan. Este es el caso, por ejemplo, de los fenómenos que permean la relación entre sociedad, Estado y desviación social, tema que trato en este trabajo.

Por supuesto que Durkheim dedicó una atención considerable a la cuestión del delito para ilustrar su enfoque metodológico general (Durkheim, 2013a) y su concepción del desarrollo del individuo (Durkheim, 2013b), pero a menudo

2 Por ejemplo, Giddens (1984), Archer (1995), Bourdieu (1994), Habermas (1987).

asume una posición similar a la de un “meritócrata biológico”. Su referencia a la predisposición hereditaria al mal genera un tipo biológico de desviado. “En una sociedad durkheimiana perfecta, la desviación sería atribuible en todos los casos a deficiencias genéticas y psicológicas. El inadaptado biopsíquico sería el único ejemplo de conciencia individual en conflicto con la conciencia colectiva” (Taylor *et al.*, p. 101). En Durkheim, la analogía orgánica aparece constantemente al ser destacada la semejanza de sociedad, cultura e instituciones sociales con el funcionamiento de un organismo biológico. Estaría integrada por una variedad de subestructuras y procesos internos que, mientras están en equilibrio y armonía, sirven para mantener el buen funcionamiento de la sociedad global. La desviación social es vista como una patología social.

Sin embargo, Durkheim es el primer pensador que logra tratar la criminalidad desde una perspectiva sociológica. Rechaza el individualismo analítico de los criminólogos positivistas clásicos, pues, en su concepción, el delito es un hecho social. Pero ¿qué es el delito para Durkheim? Es cualquier acto penado por la ley, y la ley es la cristalización de los sentimientos comunes de todos los miembros de la sociedad. Es una concepción que tiene similitud con la visión de sociedad de los criminólogos positivistas, y dicha concepción representa una fuerte limitación del enfoque durkheimiano.

En todo caso, la obra de Durkheim, en general, es el punto de partida del estructural-funcionalismo y será Robert Merton quien, por su parte, retome la preocupación durkheimiana por el delito y la anomia.

Aunque Merton se distanciará del funcionalismo tradicional y sostendrá que no existe la unidad funcional en la sociedad, sino que “ciertos usos sociales pueden ser funcionales para unos grupos y disfuncionales para otros de la misma sociedad, él no cree que exista un conflicto normativo en la sociedad, es decir, una lucha entre sectores por imponer sus distintos sistemas de valores culturales (Merton, 2003). Entiende que el conflicto social no gira en torno a los valores culturales, sino que tiene que ver con los medios de acceso a las metas culturales. Por lo tanto, en su concepción, la criminalidad surge cuando, en el afán de lograr las metas culturales, se recurre a medios no institucionalizados. Dicho de otro modo: el énfasis excesivo en las metas produce el surgimiento de medios ilegales y, consecuentemente, el quebrantamiento de las normas institucionales. Las leyes, como estructuras reguladoras de lo social, se destruyen y aparece así la anomia.

Sin embargo, existen sólidas pruebas de que la conducta desviada se distribuye mucho más ampliamente de lo que la aportación de Merton permitiría pensar (Taylor *et al.*, 1997), así como de que especialmente la actividad ilegal de los ricos (los que no tienen las oportunidades limitadas) está mucho más difundida y es mucho más persistente de lo que se podría predecir con el planteamiento mertoniano. Además, Merton poco se ocupa de cómo las instituciones desempeñan la importante tarea cultural de tipificar y rotular.

Siguiendo en el campo de los enfoques clásicos, prestemos ahora atención a la perspectiva de Marx. Habiéndose concentrado en los problemas de la economía política y las relaciones entre el capital y el trabajo, casi no escribió nada sobre la cuestión concreta del delito y la desviación. Parece que solo se interesó de forma incidental en el delito como aspecto del comportamiento humano. En ese sentido, en *La ideología alemana*, hay una importante sección sobre el derecho, el crimen y el castigo, donde se afirma lo siguiente:

Ya por el desarrollo histórico del poder de los tribunales y por las amargas quejas de los señores feudales acerca de la evolución jurídica, podemos convencernos de cómo coinciden las relaciones jurídicas con el desarrollo de estos poderes materiales, a consecuencia de la división del trabajo. [...] Precisamente en la época situada entre la dominación de la aristocracia y la de la burguesía, al entrar en conflicto los intereses de las dos clases, cuando comenzó a obtener importancia el comercio entre las naciones europeas y hasta las relaciones internacionales adquirieron, por lo tanto, un carácter burgués, empezó a hacerse importante el poder de los tribunales, que llegó a su apogeo bajo la dominación de la burguesía, en que esta división desarrollada del trabajo es inexcusablemente necesaria. Lo que a propósito de ello se imaginen los siervos de la división del trabajo, los jueces y, sobre todo, los *professores juris*, es desde todo punto indiferente (Marx y Engels, 1968, pp. 382-383).

También hay un pequeño texto de Marx acerca del crimen que ha pasado desapercibido en los planteamientos de los marxistas y estudiosos de la obra del pensador alemán. Escrito entre 1860 y 1862, se publicó en de apéndice de *Teorías sobre la plusvalía*, bajo el título "Concepción apologética de la productividad de todas las profesiones". El alemán Auguste Bebel le puso el sugerente y audaz título de "Elogio del crimen".

Marx comienza el texto con su habitual ironía diciendo que el filósofo produce ideas, el poeta, poemas, el cura, sermones, el profesor, compendios, etcétera. Y el delincuente produce delitos. Además subraya que existe una relación entre la producción de delitos y la sociedad en su conjunto, y señala:

El delincuente no produce solamente delitos: produce, además, el derecho penal y, con ello, al mismo tiempo, al profesor encargado de sustentar cursos sobre esta materia y, además, el inevitable compendio en que este mismo profesor lanza al mercado sus lecciones como una "mercancía" [...]. El delincuente produce, asimismo, toda la policía y la administración de justicia penal: esbirros, jueces, verdugos, jurados, etc., y, a su vez, todas estas diferentes ramas de industria que representan otras tantas categorías de la división social del trabajo [...]. El delincuente produce una impresión, unas veces moral, otras veces trágica, según los casos, prestando con ello un "servicio" al movimiento

de los sentimientos morales y estéticos del público. No sólo produce manuales de derecho penal, códigos penales y, por lo tanto, legisladores que se ocupan de los delitos y las penas; produce también arte, literatura, novelas e incluso tragedias, como lo demuestran no sólo *La culpa*, de Müllner, o *Los bandidos*, de Schiller, sino incluso el *Edipo*, de Sófocles, y *Ricardo III*, de Shakespeare. El delincuente rompe la monotonía y el aplomo cotidiano de la vida burguesa. La preserva así del estancamiento y provoca esa tensión y ese desasosiego sin los que hasta el acicate de la competencia se embotaría. Impulsa con ello las fuerzas productivas (Marx, 1980, p. 360).

Marx prosigue diciendo que podríamos poner de relieve, hasta en sus últimos detalles, el modo como el delincuente influye en el desarrollo de la productividad, y añade que la fabricación de billetes de banco no habría llegado nunca a su refinamiento de no ser por los falsificadores de moneda; y la química práctica debiera estarle tan agradecida a las adulteraciones de mercancías y al intento de descubrirlas como al honrado celo por aumentar la productividad. Por lo tanto, llega a la conclusión de que “el delito, con los nuevos recursos que cada día se descubren para atentar contra la propiedad, obliga a descubrir a cada paso nuevos medios de defensa y se revela, así, tan productivo como las huelgas, en lo tocante a la invención de máquinas” (Marx, 1980, p. 361).

Se trata de un enfoque sustancial, pero además de ser el resultado de un texto sintético, es una perspectiva que se desarrolla subordinada a los temas de la economía política, sin tener en cuenta la especificidad del delito en sus múltiples manifestaciones según las diversas dimensiones del comportamiento humano.

1. Simmel, Becker, interacción y reglas: de la producción de *outsiders* a la problematización de la desviación social

En la búsqueda de herramientas metodológicas y analíticas para abordar la desviación social desde un punto de vista sociológico, creo que es necesario tomar como punto de partida las aportaciones de Georg Simmel, cuyas contribuciones abrieron el camino hacia análisis contemporáneos significativos. Interesado en el conocimiento de las especificidades de la relación social y en las diversas particularidades que esta (re)produce, Simmel impulsa un marco de análisis microscópico e interaccionista. Es decir, las regularidades sociológicas (o “leyes”), como expresiones de las uniformidades fenoménicas sociales, no son más que regularidades generales que anticipan un resultado hipotético de la investigación, y por eso solo tienen una validez igualmente hipotética.

Sobre lo que se entiende por sociedad, Simmel tiene una doble percepción. Entiende que la sociedad es el complejo de individuos socializados que constituye toda la realidad histórica y es también, al mismo tiempo, “la suma de aquellas formas de relación de las cuales surge de los individuos la sociedad en su

primer sentido" (Simmel, 1977, p. 20). Es esta última perspectiva la que él define como objeto de la sociología, pues, según su parecer, "*der Gesellschaftsbegriff ist offensichtlich nur dann sinnvoll, wenn er in irgendeiner Weise mit der bloßen Summe von Individuen kontrastiert wird*"³ (Simmel, 1989, p. 126).

De esa forma, en resumidas cuentas, se puede decir que la sociedad es un complejo de individuos socializados y que solo existe como consecuencia del hecho de que las relaciones interpersonales ponen en movimiento los dispositivos sociales y modos que socializan a los seres humanos. En *sentido stricto*, la sociedad no es sino un *acontecer*; de ahí que Simmel juzgara más apropiado situar la socialización — en vez de la sociedad — como objeto de la sociología (Simmel, 1984). Se puede afirmar entonces que:

La continua realización de la sociedad es el resultado de que los individuos están relacionados en virtud de la influencia y determinación que ejercen recíprocamente entre sí. Ciertamente, el tiempo y el ritmo de los "organismos sociales" son distintos de los miembros individuales, lo que concede a los primeros un aspecto intemporal que, sin implicar que no estén constituidos ni condicionados temporalmente, eleva su vida por encima de los segundos (Blanco, 2000, p. 104).

Ahora bien, el mantenimiento de la sociedad como "totalidad transpersonal" es consecuencia de la *acción recíproca* entre las personas. Estas generan, por ejemplo, la elasticidad, el abigarramiento y la unidad que constituyen la vida de los organismos sociales. Personas y grupos obtienen su fuerza e impulso de entes que ellas mismas producen y los cuales, después de adquirir apariencia objetiva, vuelven sobre el sujeto individual como una especie de sujeto colectivo, "con lo que aquello que no es nada más que una supuesta 'unidad de resultado' acaba por reflejarse en una 'unidad de causas psíquicas'. Pero, empíricamente, la unidad colectiva que es la sociedad sólo existe como resultado final de la acción recíproca de elementos" (Blanco, 2000, p. 104).

Este planteamiento supera la "idea absoluta" de sociedad tal como es presentada por la ciencia social del siglo XIX (y también por contemporáneos todavía). Es decir, la no existencia de relación social absoluta implica reconocer que existen diversas clases de relación interpersonal que constituyen la sociedad, configurando una representación de esta resultante del nombre que la designa como resultado del conjunto de relaciones sociales recíprocas.

Sin embargo, no se debe concluir que la ciencia social de Simmel desprecia el abordaje de los temas que fueron tratados como estructurales en los primeros tiempos de la sociología⁴. En este sentido, a pesar de la diferencia

3 "El concepto de sociedad tiene evidentemente sentido solo en caso de que se contraste de algún modo con la mera suma de los individuos" [traducción del autor].

4 Lo que cambia es su perspectiva teórico-metodológica en la forma de analizarlos.

de sus posiciones, hay una aproximación, por ejemplo, entre Simmel y Marx a propósito del tema de la alienación.

Se debe subrayar que la alienación fue convertida en concepto sociológico a partir de las elaboraciones de Marx, como en las *Tesis sobre Feuerbach*. Según Marx, la alienación religiosa de Feuerbach es una derivación de la alienación económica de las condiciones de vida capitalistas. La antropología filosófica de la teoría marxista señala que el sujeto de la alienación es una concreción específica e histórica. Esta concreción es la explotación del proletariado del mundo moderno. Así, la alienación se relaciona con el trabajo, pues la esencia del ser humano se vincula a la naturaleza, y este vínculo se escenifica a través del trabajo productivo. Las relaciones sociales en el capitalismo hacen que los productos se conviertan en una entidad ajena al trabajador. Como consecuencia, el trabajador, que originariamente los produjo, se queda vaciado de su personalidad y de las cualidades que colocó en el producto.

Marx (2010) aclara que la fetichización de la mercancía se plasma cuando el producto del trabajo se convierte en valor, destacando que este no lleva escrito en la frente lo que es, y que convierte a todos los productos del trabajo en jeroglíficos sociales. Así, subraya que los seres humanos se esfuerzan por descifrar el sentido de estos jeroglíficos, por descubrir el secreto de su propio producto social.

Simmel y Marx comparten la percepción sobre la cosificación producida por la división del trabajo y la economía mercantil. También los efectos de la alienación, para el primero, son similares a los del segundo respecto el modo de producción. Además, coinciden con la tesis aristotélica del hombre como animal social. Pero, en el otro lado de esas convergencias hay significativas divergencias.

Simmel trata de la filosofía del dinero y señala que este es marcadamente ambivalente, pues personaliza la vida socioeconómica y libera de la tradición, pero, por otra parte, origina relaciones despersonalizadas, masifica y aliena (Simmel, 2013). El dinero entonces, instrumento de la voluntad moderna, se transforma en fin absoluto. Sin embargo, al contrario que Marx, que analiza la alienación desde la teoría del valor-trabajo en la esfera de la producción, Simmel va en otra dirección: hace lo mismo en el ámbito del mercado, teniendo en cuenta la teoría subjetiva del valor y considerando que la alienación tiene localización social, es decir, está relacionada con el intercambio social, la demanda y el consumo.

Esta perspectiva de Simmel puede considerarse congruente con los presupuestos de su pensamiento, pues, en las cuestiones que implican explotación social, él, adoptando una clave de abordaje equivalente a la categoría exclusión, tiene presente que dicha explotación se debe analizar tomando como punto de partida las relaciones dobles que permiten detectar

la razón y el modo de formación de los lazos sociales entre los grupos y en el seno de los grupos sociales (Silva, 2012).

Si bien es cierto que el *background* simmleano puede cuestionarse en el contexto de los estudios macrosociológicos sobre opresión socioeconómica, dominación política y desigualdad social debido a su insuficiencia analítica para dar cuenta de variables como, por ejemplo, la esclavitud, por otro lado proporciona aportes significativos para los estudios microsociológicos de los grupos sociales y de las relaciones en las cuales estos se involucran.

En este sentido, Howard Becker desarrolló sólidas investigaciones partiendo de algunas de las contribuciones de Simmel, teniendo como uno de sus objetos los llamados *outsiders*. Elaboró una contribución decisiva a la fundación del campo de la *sociología de la desviación*, cuyas aportaciones permiten una problematización significativa del concepto de Estado, sus leyes y sus reglas.

Según Becker (1963), todos los grupos sociales establecen reglas y, bajo ciertas situaciones, intentan aplicarlas. Son reglas sociales que definen situaciones y comportamientos considerados adecuados, diferenciando las acciones “correctas” de las “equivocadas” y prohibidas. Para Becker (1963, p. 1), *“when a rule is enforced, the person who is supposed to have broken it may be seen as a special kind of person, one who cannot be trusted to live by the rules agreed on by the group. He is regarded as an outsider”*.

Las reglas pueden ser de diferentes tipos. En el caso de las leyes oficiales, el Estado puede utilizar su poder de policía para hacerlas cumplir. En otras situaciones, como en los pactos refrendados por su antigüedad y tradición, su incumplimiento prevé sanciones informales de diversas modalidades. Por otro lado, ya tenga fuerza de ley, de tradición, o sea simplemente resultado del consenso, el cumplimiento de la regla puede estar a cargo de algún organismo especializado.

La diferencia en la capacidad de fijar normas y de imponerlas a otros responde básicamente a diferencias de poder (ya sea legal o extralegal), pues

[...] *those groups whose social position gives them weapons and power are best able to enforce their rules. Distinctions of age, sex, ethnicity, and class are all related to differences in power, which accounts for differences in the degree to which groups so distinguished can make rules for others* (Becker, 1963, p. 18).

A propósito de esto, tengamos en cuenta un caso paradigmático en el debate sobre la producción de la desviación: el caso de las drogas. El hecho de que existan diversos y diferentes planteamientos sobre el concepto de drogas, así como la existencia de tolerancia social y legalidad con algunas de ellas, lleva a que se indague sobre lo que constituye entonces la desviación en la relación que se mantiene con esas sustancias. Fundamentalmente, la respuesta tiene

que ver con el poder y con quién dispone de las condiciones para establecer normas y codificarlas como patrones de conducta en convenciones.

Por lo tanto, la desviación es creada por la sociedad. Es decir, los grupos sociales crean la desviación al establecer las normas cuya infracción constituye una desviación y al aplicar esas reglas a personas en particular y clasificarlas como marginales (Becker, 1963). De esta forma, la desviación no es una cualidad del acto que la persona comete, sino el resultado de la aplicación de normas y sanciones sobre el "infractor" a manos de terceros. "*The deviant is one to whom that label has successfully been applied; deviant behavior is behavior that people so label*" (Becker, 1963, p. 9).

La dimensión en que un acto será tratado como desviado depende también de quién lo comete y de quién se siente perjudicado por él. Las pruebas demuestran de forma consistente que las normas se suelen aplicar con más rigor sobre ciertas personas (o grupos sociales) que sobre otras. Por ejemplo, los procesos legales contra jóvenes de clase media no llegan tan lejos como los procesos contra jóvenes de barrios pobres. La diferencia de tratamiento existe aunque la infracción a la norma haya sido idéntica.

A partir de la constatación de hechos de esa naturaleza, se desarrolló la perspectiva influenciada por una base marxista sobre la desviación y el delito desde el punto de vista de la criminología crítica. Es decir, se desarrolló como "enfoque neomarxista" teniendo en cuenta las aportaciones innovadoras de Howard Becker sobre la desviación⁵, aunque sus principales teóricos (Ian Taylor, Paul Walton y Jack Young) han examinado críticamente algunos aspectos del trabajo beckeano. Sin embargo, estos reconocen que el enfoque de Becker "respecto de la conducta desviada representa un avance notable hacia la elaboración de una teoría plenamente social de la desviación" (Taylor *et al.*, 1997, p. 14).

Para esta perspectiva, la teoría social debe situar el acto desviado en un marco más amplio, teniendo en cuenta la dimensión estructural y sus cuestiones intermedias tradicionalmente estudiadas por la sociología criminológica (zonas ecológicas, posición cultural, probabilidades de delinquir, etcétera). Sus teóricos subrayan que:

[...] una teoría adecuadamente social de la desviación debe poder explicar los diferentes acontecimientos, experiencias o cambios estructurales que

5 Monguí (2013, p. 20) afirma que la "posición innovadora de la teoría del etiquetamiento constituyó un vuelco en la perspectiva de la investigación criminológica, la cual desplazó el objeto de estudio de la criminología, desde el sujeto criminalizado (el 'hombre delincuente') hacia el *sistema penal* y hasta los *procesos de criminalización* que se presentan en dicho sistema y, en general, hacia todo el sistema de la *reacción social* (institucional o no institucional) frente a la 'desviación'. Esos fundamentos teóricos fueron recogidos y desarrollados por la criminología crítica, que estuvo influida por el marxismo, y su obra más significativa ha sido *La nueva criminología* (*The new criminology*, título original), de los autores ingleses Ian Taylor, Paul Walton y Jack Young, cuya orientación cuestionó el Derecho Penal y el funcionamiento del sistema penal".

precipitan el acto desviado. La teoría debe explicar las diferentes formas en que las exigencias estructurales son objeto de interpretación, reacción o uso por parte de hombres ubicados en diferentes niveles de la estructura social, de tal modo que hagan una elección esencialmente desviada (Taylor *et al.*, 1997, p. 287).

Para ellos, una teoría social de la desviación debe explicar la relación entre las creencias y la acción, entre la “racionalidad” que los ha elegido y la conducta que realmente manifiestan. Señalan que un adolescente de clase obrera, por ejemplo, frente a la falta de oportunidades y frente a los problemas de frustración de estatus, alienado del tipo de existencia que le ofrece la sociedad contemporánea, “puede querer practicar el hedonismo (p. ej., encontrar un placer inmediato en el consumo de alcohol y drogas o una actividad sexual intensa) o puede optar por devolver el golpe a la sociedad que lo rechaza (p. ej., cometiendo actos de vandalismo)” (Taylor *et al.*, 1997, p. 287).

Pienso que, a pesar del escrutinio crítico que esa perspectiva hace del campo en que Becker se sitúa, ambas contribuciones en el estudio de la desviación no se colocan en lados antagónicos bajo el registro de la autoexclusión absoluta⁶. Como ya he subrayado, Taylor, Walton y Young reconocen la relevancia de la aportación de Becker para el desarrollo de la teoría de la desviación.

También es posible señalar una cierta convergencia, de carácter general, entre las perspectivas difundidas por la sociología de la desviación y la concepción de la biopolítica de Giorgio Agamben, principalmente cuando Agamben destaca la confluencia entre el modelo jurídico-institucional y el modelo biopolítico del poder. O sea, cuando tiene en cuenta la *nuda vida* y subraya que las dos directrices de su investigación son las “técnicas políticas por medio de las cuales el Estado asume e integra en su seno el cuidado de la vida natural de los individuos” y “las tecnologías del yo mediante las que se efectúa el proceso de subjetivación que lleva al individuo a vincularse a

6 Por otro lado, es necesario hacer hincapié en que determinados enfoques tributarios del marxismo sostienen tesis extremadamente simplistas y limitadas respecto a la desviación y al hecho criminal. Por ejemplo, cuando establecen una asociación monocausal entre pobreza y criminalidad. Desde un punto de vista analítico, no tienen la capacidad de abordaje necesaria para tratar la complejidad de los fenómenos de esta esfera. Esto queda patente cuando tenemos en cuenta hechos como la acción de las mafias y del narcotráfico, que, en muchos casos, no son una “imposición de la condición social”, sino un tipo de desviación elegido. Como señala Gayraud (2005, p. 18), “*le monde de las mafies nous invite à changer de paradigme criminologique. Il s’agit ici de modifier le regard quelque peu compatissant et culpabilisant que nous patrons traditionnellement sur le fait criminel. Sans même évoquer le simplisme des thèses marxistes (la pauvreté enfante le crime), le phénomène mafieux conduit à reconsidérer la place du crime dans sociétés modernes. L’analyse du crime en termes de marginalité et désocialisation apparaît erronée. Le mafieux incarne jusqu’à la caricature le criminel socialement inséré et pénalement invisible. Un criminel logé au coeur et non plus en lisière de la société. Non dans ses sous-bois sociaux mais dans ses salons dorés. C’est une déviance choisie et de niveau supérieur dont la centralité fait basculer la question criminelle vers une véritable sujet de sciences politiques*”.

la propia identidad y a la propia conciencia y, al mismo tiempo, a un poder de control exterior” (Agamben, 2006, p. 14).

Sin embargo, sostengo que la citada convergencia es general y atañe a la forma en que se construye socialmente el delito. No es razonable, por ejemplo, sugerir que hay enfoques en Agamben equivalentes a la especificidad de los planteamientos de Becker (1963) sobre los creadores de reglas, los cruzados morales y los agentes de la aplicación de las normas.

2. Hacia un enfoque interrelacionado sobre el Estado, la sociedad y la desviación social

En primera instancia, los controles sociales afectan la conducta individual a través del uso del poder con la aplicación de sanciones. Los comportamientos valorados positivamente se fomentan y los comportamientos evaluados de forma negativa se castigan. La información sobre la desviación en cuestión debe ordenarse de tal modo que las personas se convenzan de que se trata de algo desagradable, inconveniente o inmoral, y por lo tanto decidan que no vale la pena involucrarse con ella. Pero este control no puede lograrse sin la intervención del Estado, pues las leyes, estando institucionalizadas, regulan la socialización y se convierten en “represión normalizada” de los comportamientos desviados⁷.

Si consideramos que las reglas y las leyes requieren la elaboración de políticas en el ámbito del Estado para que sean institucionalizadas y normalizadas para toda la sociedad⁸, tendremos que observar las políticas públicas como una especie de “cristal” a través del cual se pueden ver las relaciones entre Estado y sociedad (Mendíaz, 2007). Los segmentos que logran imponer sus posiciones, estableciendo para toda la sociedad su visión del mundo social, cuentan con un volumen de poder material y simbólico, siendo este el poder gracias al cual son

7 Sin embargo, cuando consideramos que el proceso de producción de leyes se encuentra, en general, sometido al condicionamiento social, y, en particular, a la influencia de las relaciones de poder, se tiene que admitir que la conducta desviada también se puede concebir como una lucha, o reacción, contra dicha “represión normalizada”, una lucha por “un quebrantamiento, por así decir, de las normas aceptadas, incuestionadas, investidas de poder y consideradas de sentido común” (Taylor *et al.*, 1997, p. 186).

8 Pero, por supuesto, ello no significa que todos los patrones de comportamiento y sociabilidad dependan única y exclusivamente del Estado. De todos modos, aquí tenemos la necesidad de resaltar una nota crítica al relativismo de algunos de los llamados “filósofos de la diferencia”, como Deleuze, teniendo en cuenta su perspectiva sobre el poder. Como dijo Poulantzas (1978), ellos enfatizan una visión que diluye y dispersa el poder en innumerables microsituaciones (estableciendo equivalencia), y así ignoran el papel del derecho en la institucionalización de las relaciones de poder y el papel del Estado en la materialización de estas relaciones. Hay que considerar que “*le pouvoir politique, bien que fondé sur le pouvoir économique et les relations d'exploitation, est primordial en ce sens que sa transformation conditionne toute modification essentielle des autres champs du pouvoir, étant entendu qu'elle n'y suffit pas. Le pouvoir politique, dans le mode de production capitaliste, occupe un champ et une place spécifique par rapport aux autres champs de pouvoir, et ce en dépit des intersections. Ce pouvoir est concentré et matérialisé par excellence dans l'Etat, lieu central d'exercice du pouvoir politique*” (Poulantzas, 1978, p. 49). El Estado tiene un papel constitutivo no solo en las relaciones de producción y en los poderes que estas relaciones materializan, sino en el conjunto de las relaciones de poder a todos los niveles. Sin embargo, a pesar de los indudables méritos de la filosofía de la diferencia, algunos de sus representantes ignoran esta realidad.

capaces de construir realidades sociales, identidades y entidades a partir de sus intereses particulares, que se presentan como universales.

O sea, la legitimidad para llevar a cabo todo ello deriva de la ocupación y control del Estado, aunque no solo. En ese sentido, el Estado es el actor que tiene el monopolio del "ejercicio legítimo de la violencia", con su cuerpo haciendo uso no solo de la violencia física, sino también de la violencia simbólica (Bourdieu, 1997), es decir, del poder de clasificación, evaluación y creación de estereotipos para el mantenimiento del orden social. Se puede entonces entender que el poder del Estado se apoya en dos condiciones:

En primer lugar, en que la autoridad sea reconocida como tal, debido a que se deriva de los procesos de institucionalización que se han establecido en la sociedad moderna y que otorgan al representante del Estado el poder de constitución y de imposición, es decir, de clasificación y de nominación de los diversos fenómenos que tienen lugar en el seno de este orden institucional. En segundo lugar, la eficacia simbólica del ejercicio de dicho poder a manos del Estado depende del grado en que la visión que se pretende imponer corresponda con la realidad (Fernández, 2016, p. 203).

El poder simbólico matiza fenómenos entre grupos y divisiones sociales, mezclando las estructuras de la sociedad, acciones estas que expresan violencia simbólica por la forma como suceden y por el contenido que imponen⁹. De alguna manera, el poder simbólico es un poder de constitución y revelación. Al fin y al cabo, se trata de un proceso de definición de determinadas personas como desviadas y, en consecuencia, se crean categorías de percepción, de clasificación (nombres, palabras) y de apreciación de la realidad, y se genera influencia en las estructuras cognitivas sobre las que se construye el mundo social. Como enfatiza Lakonski (1984), este marco requiere el desarrollo de políticas públicas que permitan gestionar el orden social establecido de acuerdo con los fundamentos y valores que lo sustentan.

El Estado, de hecho, pretende presentarse como portavoz de valores universales. El proyecto de la modernidad, en gran parte, se construyó a partir del Estado como producto histórico de la conquista y afirmación del monopolio de la violencia legítima, contando más tarde con la escuela como una de las instituciones centrales del ejercicio de la violencia simbólica, para subordinar las diversas identidades dispersas en la perspectiva de un ideario político y cultural que habría de llamarse nación. Su primera característica es ser la organización y un poder externo a las personas, intentando colocarse por encima de ellas. En

9 De acuerdo con Lakomski (1984), son acciones violentamente simbólicas debido a que, por una parte, imponen significados culturales arbitrarios en un contexto de relación de poder arbitraria, y, por otra parte, los significados que imputa son seleccionados por un grupo o clase y dicha imputación lleva a la reproducción de la estructura de distribución de capitales entre los diversos grupos.

ese sentido, las llamadas teorías funcional-pluralistas del Estado hace mucho tiempo que parecen desacreditadas como instrumento analítico en las ciencias sociales, pues pretenden justificar la acción estatal como expresión neutra de una supuesta voluntad general¹⁰. Tales teorías se basan en una idea de consenso que no se sostiene empíricamente.

Ahora bien, no se debe derivar de esa y de las consideraciones anteriores una concepción dicotómica y determinista del Estado, como una especie de canal absolutamente controlado que, sin mediación y disenso, sirve de instrumento monolítico para implementar proyectos de un conjunto de actores/segmentos sociales que tienen una identidad social común. Ese es un equívoco que algunos enfoques marxistas ortodoxos cometen cuando, aun considerando el conflicto existente en la sociedad, asumen un determinismo clasista automático del Estado y no matizan los condicionamientos pertenecientes a otras esferas. Así no solo se vuelven incapaces de explicar la relación del Estado con los actores sociales, sino que también promueven acciones que, adquiriendo sentido solo en un horizonte de cambio social que es una entelequia, acaban, paradójicamente, en su aislamiento, no constituyéndose en alternativa política viable y, por lo tanto, contribuyendo al mantenimiento del *statu quo*.

Teniendo en cuenta que la sociedad está plagada de conflictos (políticos, económicos, culturales), es importante que se adopte una concepción de Estado como *relación social* (Jessop, 2017), reconociendo el espacio de autonomía relativa que este comporta para la acción e interacción de los actores sociales¹¹. La convivencia que de ello resulta es sancionada por el Estado como "una entidad autorregulada, es decir, un conjunto de instituciones, rutinas organizacionales, leyes, y, sobre todo, burocracia" (Torres, 1993, p. 44). La definición del Estado como relación social es congruente con la idea de que el Estado congrega un conjunto de agencias, departamentos y niveles, cada uno con sus reglas, recursos, proyectos y metas, pudiendo incluso incorporar organizaciones no gubernamentales (ONG) que se financian con recursos estatales (Afonso, 1998).

Entender el Estado como una relación social requiere tener en cuenta un ejercicio analítico de sus especificidades. Desde esta perspectiva, como Jessop (2017) señala, hay que considerar la existencia de cuatro elementos. El primero es el aparato estatal con poder coercitivo, administrativo y simbólico. O sea, el Estado implica la presencia de una organización política que ejerce la soberanía respecto a un territorio y una población, y que es reconocida por otros Estados. El segundo elemento es el territorio. Los Estados ejercen su actuación en un territorio concreto delimitado en un periodo de tiempo continuo. El tercer

10 Aunque esta representación social en torno al Estado continúe "a mostrar alguma eficácia simbólico-ideológica, sem a qual, aliás, não seria certamente tão frequente a sua evocação, não apenas nos momentos consagrados aos rituais de persuasão pré-eleitorais em democracias representativas, como também nos discursos em torno das opções e práticas governativas quotidianas" (Afonso, 2003, p. 37).

11 Se trata de un concepto ya presente en Poulantzas, cuando afirma, por ejemplo, que el Estado es una relación de fuerzas (Poulantzas, 1970).

elemento es la población. Se trata de la gente sujeta “a la autoridad del Estado”. Por fin, el cuarto elemento se compone de los “discursos” y los “imaginarios políticos estatales”. En el marco de este último elemento, se hace referencia a los relatos alrededor de los “intereses comunes o colectivos” de la “comunidad imaginada” situada en el territorio en el cual se asienta el Estado.

Por lo tanto, el estudio de la desviación requiere de la sociología *un enfoque interrelacionado* sobre temas como la compleja definición de su objeto (o lo que se entiende por sociedad), los grupos sociales, las relaciones de poder y, principalmente, sobre el Estado y los factores con los cuales su aparato está relacionado, como la creación de reglas y su institucionalización por las políticas.

Conclusión

Siendo la desviación, como de hecho lo es, un desafío a la autoridad, debe considerarse que, en última instancia, las desigualdades estructurales y el “consenso” existente en la sociedad con respecto a los valores interfieren en la definición de lo que es el comportamiento desviado y en la determinación de las sanciones para inhibirlo. La jerarquía de las relaciones de poder y los intereses en ella presupuestos tienen consecuencias que no se pueden soslayar.

Teniendo en cuenta la relación entre Estado y sociedad, los poderosos desean institucionalizar el cumplimiento de un código moral en niveles convenientes para ellos. “El *poder* es, entre otras cosas, esta capacidad para lograr el cumplimiento de los propios principios morales” (Gouldner, 1970, p. 297). Cuando estos principios se transforman en algo habitual y previsible, se convierten en *represión normalizada*.

Pero, paradójicamente, determinados científicos sociales, sobre todo los que se sitúan en una perspectiva funcionalista estricta, no suelen cuestionar la etiqueta de “desviado” cuando “*it is applied to particular acts or people, but rather take it as given. In so doing, they accept the values of group making the judgment*” (Becker, 1963, p. 3-4). La posición de estos científicos sociales representa un grave error de análisis, pues, como hemos visto, la diferencia en la capacidad de fijar normas y de imponerlas a otros responde básicamente a diferencias de poder.

No es posible que, al discutir la relación Estado y sociedad, se tenga una comprensión histórico-sociológica pertinente de la producción de leyes y de los mecanismos de establecimiento de reglas sin considerar que, como he subrayado en este trabajo, la sociedad, además de ser un concepto complejo, está impregnada de conflictos, conflictos que son fuertemente inducidos por los intereses de clases sociales, por los grupos privados y por las relaciones de poder. Desde esta perspectiva, las disputas son luchas con respecto a valores y derechos sobre los Estados, poderes y recursos escasos, en un contexto donde los oponentes intentan neutralizar, dañar o eliminar a los rivales. Este es un presupuesto central para analizar la desviación en el marco de la relación

entre Estado y sociedad, y para construir un enfoque plenamente social sobre su génesis.

En fin, se trata de un enfoque para una sociología de la desviación que examine la sociedad contemporánea en su diversidad, cuya realidad hace imperioso no simplemente “penetrar” en los problemas, no simplemente cuestionar las caracterizaciones de las conductas desviadas, no simplemente señalar prejuicios, discriminaciones y estereotipos. De acuerdo con la observación que Taylor *et al.* (1997, p. 298) escribieron en el final de su trabajo, y que el tiempo ha hecho paradigmática, se requiere también que el análisis no borre el deseo de lograr “una sociedad en la que la realidad de la diversidad humana, ya sea personal, orgánica o social, no esté sometida al poder de criminalizar”.

Referencias

- AGAMBEN, Giorgio – *Homo sacer: el poder soberano y la nuda vida*. Valencia: Pre-textos, 2006. 257 p. ISBN 9788481912067.
- ARCHER, Margaret – *Realist social theory: the morphogenetic approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. 368 p. ISBN 9780521481762.
- AFONSO, Almerindo Janela – Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. *Revista Brasileira de Educação*. Brasil. ISSN 1413-2478. 22 (2013) 35-46.
- ALEXANDER, Jeffrey Charles – *Las teorías sociológicas desde la Segunda Guerra Mundial: análisis multinacional*. Barcelona: Gedisa, 1992. 242 p. ISBN 9788474323849.
- ALEXANDER, Jeffrey Charles – La centralidad de los clásicos. In GIDDENS, Anthony – *La teoría social hoy*. México: Alianza Editorial, 1990. 514 p. ISBN 9788420626352.
- BOURDIEU, Pierre – *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1997. 389 p. ISBN 9782020611640.
- BOURDIEU, Pierre – *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil, 1994. 256 p. ISBN 9782020231053.
- BECKER, Howard – *Outsiders: studies in sociology of deviance*. Nueva York: The Free Press, 1963. 224 p. ISBN 9781982106225.
- BLANCO, José María – Sociología y sociedad en Simmel. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas* [En línea]. 89 (2000) 96-117. [Consult. 15 out. 2014]. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/40447>. ISSN 0210-5233.
- DURKHEIM, Emile – *Les règles de la méthode sociologique*. Paris: Ultraléters, 2013a. 132 p. ISBN 9782930718408.
- DURKHEIM, Emile – *De la division du travail sociale*. Paris: PUF, 2013b. 420 p. ISBN 9782130619574.

- FERNÁNDEZ, María del Pilar Lopez – Tres perspectivas en torno a la desviación: Becker, Bourdieu y Elster. *Iberofórum – Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Iberoamericana* [En línea]. 21 (2016) 196–207. [Consult. 17 out. 2022]. Disponible en: <https://ibero.mx/iberoforum/21/pdf/ESPANOL/7.%20DOSSIER%20LOPEZ%20IBEROFORUM%2021.pdf>. ISSN 2007-0675.
- GAYRAUD, Jean-François – *Le monde de las mafias: géopolitique du crime organisé*. Paris: Odile Jacob, 2005. 447 p. ISBN 9782738121325.
- GIDDENS, Anthony – *The constitution of society: outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity Press. 417 p. ISBN 9780520057289.
- GOULDNER, Alvin Ward – *The coming crisis of Western sociology*. Nueva York: Basic Books, 1970. 512 p. ISBN 9780435821517.
- HABERMAS, Jürgen – *Teoría de la acción comunicativa – Tomo I*. Madrid: Taurus, 1987. 520 p. ISBN 9788430603398.
- JESSOP, Bob – *El Estado: pasado, presente y futuro*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2017. 352 p. ISBN 9788490972892.
- JESSOP, Bob – El Estado y el poder. *Utopía y praxis latinoamericana* [En línea]. 19:66 (2014) 19–35 [Consult. 18 out. 2022]. Disponible en: <https://www.redalyc.org/pdf/279/27937089004.pdf>. ISSN 1315-5216.
- LAKOMSKI, Gabrielle – On agency and structure: Pierre Bourdieu and Jean Claude Passeron's theory of symbolic violence. *Curriculum Inquiry* [En línea]. 14:2 (1984) 151–163 [Consult. 11 out. 2022]. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/3202178>. ISSN 1467-873X.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich – *La ideología alemana*. Montevideo: Pueblos Unidos, 1968. 752 p. ISBN 9788425301285.
- MARX, Karl – *El Capital: El proceso de producción del capital – Tomo 1*. 21ª ed. Madrid: Siglo XXI, 2010. 381 p. ISBN 9789682302091.
- MARX, Karl – *El 18 Brumario de Luis Bonaparte*. 2ª ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009. 128 p. ISBN 9789875743502.
- MARX, Karl – *Teorías sobre la plusvalía I – apéndice 11: Concepción apologética de la productividad de todos los oficios*. México: Fondo d Cultura Económica, 1980. 244 p. ISBN 9789681603182.
- MENDÍAZ, María – El Estado y las políticas: las visiones desde el neoinstitucionalismo. In IAZZETTA, Osvaldo (org.) – *Lecturas para un Sociología del Estado: desde el pensamiento clásico al contemporáneo* [En línea]. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2007. Disponible en: <http://rephip.unr.edu.ar/xmlui/handle/2133/847>.
- MERTON, Robert – *Teoría y estructuras sociales*. México: Fundo de Cultura Económica, 2003. 774 p. ISBN 9789681667795.
- MONGUÍ, Pablo Elías – *Procesos de selección negativa*. Bogotá: Universidad Libre, 2013. 622 p. ISBN 9789588791296.

- POULANTZAS, Nicos – *L'Etat, le pouvoir, le socialisme*. Paris: PUF, 1978. 300 p. ISBN 9782130369462.
- POULANTZAS, Nicos – *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: François Maspero, 1970. 398 p. ISBN 9782707104243.
- SILVA, Manuel Carlos – Desigualdade e exclusão: de breve revisitação à síntese proteórica. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [En línea]. 5:6 (2012) 1-28. [Consult. 12 ago. 2022]. Disponible en: <https://journals.openedition.org/configuracoes/132>. ISSN 2182-7419.
- TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock – *La nueva criminología: contribución a una teoría social de la conducta desviada*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1997. 338 p. ISBN 9789505180660.
- TORRES, Carlos Alberto – *Sociologia política da educação*. São Paulo: Cortez, 1993. 104 p. ISBN 9788524904844.
- SIMMEL, Georg – *La filosofía del dinero*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2006. 624 p. ISBN 9788494169038.
- SIMMEL, Georg – Über sociale Differenzierung. In SIMMEL, Georg – *Gesamtausgabe Georg Simmel – Vol. 3*. Frankfurt: Suhrkamp, 1989. 176 p. ISBN 9783847267164.
- SIMMEL, Georg – *Grundfragen der Soziologie (Individuum Und Gesellschaft)*. 4ª ed. Berlín: Walter de Gruyter, 1984. 98 p. ISBN 9783111251240.
- SIMMEL, Georg – *Sociología: Estudios sobre las formas de socialización*. 3ª ed. Madrid: Revista de Occidente, 1977. 1232 p. ISBN 9788429289992.
- WEBER, Max – *Economía y sociedad*. 2ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1964. 1237 p. ISBN 9789681602857.

- Receção: 15.11.2022

- Aprovação: 07.02.2023

VIEIRA, Josimar de Aparecido - Recensão a KRÄTKE, Michael - *Friedrich Engels - O burguês que inventou o marxismo*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2022. ISBN 9789897558290. *Configurações* [Em linha]. 31 (2023) 125-130. ISSN 2182-7419.

Recensões | Recensions

KRÄTKE, Michael - *Friedrich Engels - O burguês que inventou o marxismo*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2022. ISBN 9789897558290.

JOSIMAR DE APARECIDO VIEIRA*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Sertão

O livro *Friedrich Engels - O burguês que inventou o marxismo* foi escrito por Michael Krätke, que estudou ciência política, sociologia e economia na Universidade Livre (FU) em Berlim e foi professor de economia política na Universidade de Amsterdã e na Universidade de Lancaster. Trata-se de um especialista das obras de Marx e Engels e da história do socialismo, fazendo parte do conselho editorial e científico de revistas e livros e colaborando com artigos sobre economia.

Neste livro, Michael Krätke discorre sobre singularidades da vida de Engels até então não manifestadas nas anteriores biografias, contribuindo para a produção intelectual daquilo que atualmente é denominado marxismo. Nesta recensão é considerada a edição traduzida para a língua portuguesa por Manuel Carlos Silva (professor catedrático aposentado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho), Fernando Bessa Ribeiro (professor associado com agregação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho) e investigadores do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UMinho), que foi publicada no final do ano 2022 pelas Edições Húmus. Nesta tradução foi considerada uma edição espanhola (Edicions Bellaterra), traduzida por Àngel Ferrero, publicada em

*E-mail: josimar.vieira@sertao.ifrs.edu.br | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3156-8590>

2020, sendo acrescido um artigo denominado “O problema Marx-Engels: por que Engels não falseou *O Capital* marxiano”.

Trata-se de um livro organizado em seis seções: a) Um revolucionário no século XIX: Engels e o marxismo; b) Friedrich Engels ou como um “senhor do algodão” inventou o marxismo; c) Friedrich Engels e as grandes transformações do capitalismo; d) Terá Engels desvirtuado *O Capital*?; e) Friedrich o grande; e f) O “testamento” político de Friedrich Engels. Seguindo uma abordagem crítica, a primeira parte diz respeito a um prefácio produzido pelos tradutores em que inicialmente é destacada a importância de Engels para a criação do marxismo, apontando depois relações existentes entre o autor e o livro.

É apresentada uma síntese sobre a produção bibliográfica de Engels e, subsequentemente, alguns indicadores do livro, destacando as contribuições de Friedrich Engels para a elaboração do pensamento marxista, tendo como referência a análise apresentada por Michael Krätke, convidando o leitor para adentrar na leitura dos sucessivos capítulos.

Na segunda parte do livro, denominada *Friedrich Engels ou como um “senhor do algodão” inventou o marxismo*, Michael Krätke analisa, de forma clara e detalhada, o relacionamento existente entre Engels e Marx, demonstrando a importância desta relação na construção teórica e política do materialismo histórico e dialético. O autor destaca ainda dados da trajetória de vida de Engels, enfatizando o desenvolvimento de múltiplas capacidades, especialmente aquelas relacionadas com a escrita, a investigação, a observação e a interpretação. Com uma escrita leve e compreensível, o autor apresenta neste capítulo informações e referências que traduzem particularidades da intensa vida de um pensador independente como Engels e sua importância para a co-produção e disseminação das ideias do seu bom amigo Marx. A leitura deste capítulo sustenta uma das premissas do pensamento de Marx, ou seja, os homens fazem a sua própria história sob as circunstâncias com as quais se confrontam diretamente, que existem e lhes foram legadas pelo passado.

No terceiro capítulo, intitulado *Friedrich Engels e as grandes transformações do capitalismo*, Michael Krätke disserta sobre as contribuições da produção de Engels para a compreensão da constituição do capitalismo, considerando o contexto social formado com a dinâmica da revolução industrial na Inglaterra, vista por ele como uma revolução, cujas consequências seriam maiores quanto mais se aproximasse dos seus objetivos. Para abordar as grandes transformações do capitalismo a partir da referida revolução industrial, Krätke discorre sobre a interpretação crítica que Engels e seu amigo Marx possuíam sobre a economia política, incluindo a crítica dessa economia, a revolução industrial, as crises, os ciclos e o mercado mundial, a grande depressão e o fim da revolução

capitalista, culminado com comentários e adendas de Engels ao segundo e terceiro volumes de *O Capital*. Dessa forma, o autor consegue, com sua peculiar maneira de escrever, deixar claro que a revolução industrial transformou radicalmente todas as relações econômicas e sociais, instaurando, com o passar do tempo, condições para uma revolução mais avançada, marcada designadamente pela vitória da fábrica sobre a oficina, em que os capitalistas converteram os antigos trabalhadores manuais de outrora numa nova classe social – ou seja, o proletariado –, vista como uma fração real e fixa da população que não tinha outra perspectiva senão a de viver como assalariada o resto da vida.

Seguidamente, o terceiro capítulo do livro, *Terá Engels desvirtuado O Capital?*, trata das contribuições de Engels na produção de *O Capital* a partir dos escritos de Marx. Michael Krätke mantém uma produção escrita impecável e destaca logo no início que o marxismo se tornou uma força teórica indelével graças à amizade e ao trabalho em comum de Marx e Engels, descritos e celebrados como unidade de mente e coração. Com esta declaração, de certa forma, o autor antecipa a perspectiva que permeia o texto, o qual visa responder ao questionamento que está expresso no seu título. Ao anunciar logo na introdução que ninguém esteve intelectualmente tão próximo de Marx como Engels e, como tal, ninguém estava mais qualificado e preparado para editar e publicar seus manuscritos póstumos, o autor prenuncia que Engels editou sem desvirtuamentos os manuscritos deixados por Marx que viriam a constituir os II e III volumes de *O Capital* (o I Volume foi publicado ainda em vida do autor). No entanto, na sequência da análise de Krätke, percebe-se a presença de algumas inquietações colocadas por autores próximos e sobretudo adversários relativamente ao desenvolvimento do trabalho de reconstituição de *O Capital* realizado por Engels, o que remete para o título: *Terá Engels desvirtuado O Capital?*. Com perspicácia, o autor apresenta detalhes da árdua tarefa de Engels na interpretação dos manuscritos de Marx, mantendo os sentidos na redação para compor os II e III volumes de *O Capital*. Para ter uma ideia da dimensão deste desafio, basta observar o relatado por Marx a Engels no início do ano de 1866 quando havia redigido a primeira versão daquela obra: “Embora pronto, o manuscrito, imenso na sua forma atual, não é publicável para ninguém além de mim, nem mesmo para ti”. No final da seção, Michael Krätke enaltece a importância de Engels para a composição do II e do III livros de *O Capital*, destacando que este não pode ser visto apenas como um popularizador dos textos de Marx, demonstrando, pelo contrário, talento ao apresentar os problemas da teoria de Marx com clareza e precisão.

Chegando à quarta parte do livro, *Friedrich o grande*, o autor inicia o texto enaltecendo Engels como o homem mais erudito do século e acrescentando que, sem ele, dificilmente haveria “marxismo”. Segundo Krätke, Engels

era um pensador genial e talentoso, à frente do seu tempo, que inclusive uma e outra vez, num ou noutro tema, se adiantou ao próprio Marx – por exemplo, na análise da situação da classe operária na Inglaterra e na crítica da Economia Política. Engels editou os manuscritos incompletos de *O Capital* produzidos por Marx e, ao mesmo tempo, desenvolveu as análises inacabadas do amigo. Mantendo uma linguagem acessível, Krätke destaca o principal atributo que pode ser concedido a Engels – intérprete de Marx por excelência –, demonstrando-o com diversas evidências que fizeram parte da intensa convivência que existiu entre os dois pensadores. Além disso, como consta no final desta parte do livro, com Engels foi possível compreender o que é pesquisa social empírica guiada por uma teoria, pensar histórica e interdisciplinarmente, entender e explicar a peculiaridade da guerra e dos exércitos, bem como a relação entre a questão ecológica e a social, a opressão e a exploração das mulheres e o modo como se pode trabalhar de forma ativa para melhorar o mundo. Esses aspectos são apresentados de forma minuciosa no decorrer do texto, os quais merecem ser lidos atentamente.

Por fim, o último capítulo da biografia de Michael Krätke tem o título *O “testamento” político de Friedrich Engels*. Aqui o leitor se depara com registos que contribuem para a formação do legado de Engels, tendo cinco referências como indicadores: a luta de classes em França de Marx; Engels depois de Marx; a introdução de Engels de 1895; a nova estratégia e tática: como ganhará a social-democracia?; e o “revisionismo” de Engels: mudou Engels as suas posições políticas? Com maestria, Krätke assevera que o velho Engels era uma lenda e que, apesar da modéstia, podia falar com conhecimento de causa em nome de Marx, tornando-se a autoridade suprema em questões do marxismo. O autor destaca, entre outras particularidades, que Engels via-se como administrador do legado do seu falecido amigo e a edição do segundo e terceiro volumes de *O Capital* como o seu trabalho mais importante. Outrossim, respaldado em Engels, Krätke afirma que o método materialista deve limitar-se à análise histórica, evidenciando que as condições sociais existentes exigem novas análises para o enfrentamento das condições postas pelo capitalismo, não sendo possível contar com modelos que foram adotados no passado. Nesta direção, Engels desenvolveu a estratégia que atualmente é marcada pela expressão “guerra de posições”, de Gramsci, ou seja, a estratégia de um lento e longo processo de conquista do poder, passo a passo, de posição em posição. Para aqueles que buscam compreender mais detalhadamente este posicionamento, torna-se indispensável a leitura completa da obra. Ou seja, Engels preanuncia teses desenvolvidas posteriormente por Gramsci.

Considerando a inteireza do livro *Friedrich Engels – O burguês que inventou o marxismo*, pode-se assegurar que Michael Krätke, na sua

produção, se manteve apoiado na abordagem teórica marxista a partir de uma perspectiva materialista e dialética. Tido como um estudo biográfico produzido a partir de uma primorosa análise das obras de Friedrich Engels e Karl Marx, o autor utilizou o método de análise, em que foram examinados, compreendidos e interpretados dados obtidos das obras consultadas e consideradas na produção do livro.

Pode-se afirmar que se trata de uma obra muito bem elaborada, criativa e original. Pode ser reconhecida em diferentes áreas do conhecimento e ser uma fonte de inspiração para aqueles que buscam interpretar o mundo moderno a fim de o transformar. Com um estilo próprio e uma apresentação gráfica cuidadosa, apresenta contribuições significativas para o desenvolvimento de novos conhecimentos, podendo contemplar as diferentes áreas existentes na atualidade.

Trata-se de uma obra indispensável para ser utilizada no processo de formação de estudantes, tanto da educação secundária como sobretudo da superior (graduações e pós-graduações), guardadas as devidas proporções. Mais especificamente, é indicada no processo de formação inicial e continuada de profissionais que atuam na área de ciências humanas. Por fim, mas não menos importante, destina-se ao público em geral que deseja compreender a materialidade histórica da vida dos seres humanos na sociedade capitalista, ou seja, as relações sociais construídas pela humanidade durante a sua existência.

- Receção: 07.02.2023

- Aprovação: 06.03.2023

RIBEIRO, Fernando Bessa – Recensão de ESTIVILL, Jordi; BALSÀ, Casimiro (Orgs.) – Economia local, comunitária e solidária: o desenvolvimento visto de baixo. Famacião: Húmus, 2022. ISBN 9789897558061. *Configurações* [Em linha]. 31 (2023) 131-136. ISSN 2182-7419.

ESTIVILL, Jordi; BALSÀ, Casimiro (Orgs.) – *Economia local, comunitária e solidária: o desenvolvimento visto de baixo*. Famacião: Húmus, 2022. ISBN 9789897558061.

FERNANDO BESSA RIBEIRO*

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (ICS-UM)

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho)

Podendo o desenvolvimento ser analisado a diferentes escalas, o livro organizado por Jordi Estivill e Casimiro Balsa opta por escrutiná-lo a partir de baixo, do chão onde a vida quotidiana enfrenta os problemas da produção das condições materiais de existência. Trata-se, pois, de pensar o desenvolvimento na sua dimensão mais local, em estreita articulação com as formas mais solidárias da economia, sem ignorar onde aquele se insere, isto é, em territórios mais amplos, como o do Estado, e suas articulações globais. Aliás, Estivill, que assina a introdução deste livro, confronta o leitor com o emaranhado de conceitos e ligações quando pergunta: “Onde começam e onde terminam a comunidade e o local? Quem ousa definir as suas fronteiras, num mundo globalizado onde os laços territoriais e as identidades coletivas tendem a ser diluídos ou reduzidos e muitas vezes tornam-se defensivos?” (p. 13).

Com quase quatro centenas de páginas, o livro está organizado em três partes, com, respetivamente, dois, três e seis capítulos. Assinados por doze autores da Europa e da América Latina, todos eles vinculados pela “matriz latina” (p. 3), Estivill é responsável por dois textos, a introdução e um capítulo na terceira parte.

*E-mail: fbessa@ics.uminho.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7431-8562>

O livro começa por situar o debate sobre o desenvolvimento, tendo como referência as dimensões locais, comunitárias e solidárias da economia. Alertando-nos para as disparidades produzidas pelo que se pode simplesmente expressivamente designar por “desenvolvimento em ação”, Guy Bajoit oferece ao leitor uma síntese sobre as diferentes concepções modernas sobre o desenvolvimento. Porém, não se limita, sublinhe-se, a fazer um ensaio histórico, antes procura situar este no presente para nos propor outros caminhos para o desenvolvimento, ancorados nas dimensões éticas e sustentáveis. Considerando tratar-se da sua “utopia pessoal realista” (p. 35), tópico com o qual se ocupou Eric Olin Wright – *cf.*, entre outros textos, *Envisioning real utopias* (2010) –, para o sociólogo belga, com um trajeto intelectual e de vida que o situa num combate decisivamente anticapitalista, é necessário combinar bem-estar material com o respeito pela paz, pelo ambiente, pela democracia e pela coesão social. Implicando mudanças impactantes na vida social, reclamando a mobilização através dos partidos políticos, o autor refere a social democracia sueca como exemplo de uma experiência virtuosa de mudança e avanços positivos, ainda que sem pôr em causa o capitalismo e fixando 2006 como o ano terminal.

Por sua vez, Luis Razeto Migliaro reflete sobre a economia solidária, colocando no horizonte o “bom viver”, conceito proposto, entre outros, por Alberto Acosta (“El buen vivir como alternativa al desarrollo. Algunas reflexiones económicas y no tan económicas”, 2015), baseado no modo de vida dos povos originários da América Latina. Razeto Migliaro argumenta que, estando nós “a viver o fim de uma época histórica, o fim de um modelo económico” (p. 49), é necessária uma mudança radical nos padrões de consumo e não apenas na mudança nos modos de produzir, no qual destaca a moderação, que não deve ser confundida com “austeridade ou privação e sacrifício” (p. 62). Tal convoca o decrescimento, assumindo este um lugar central na discussão empreendida por Razeto Migliaro. Esta centralidade é absolutamente pertinente, quando sabemos que existe uma contradição insanável entre o carácter finito dos recursos e o crescimento perpétuo proposto pelas teorias económicas liberais praticadas pelos governos com manifesta obstinação, apesar de estarmos perante um sistema maduro, em abrandamento, como lembra Razeto Migliaro, em linha aliás com os argumentos de Thomas Piketty em *O capital no século XXI* (2013). Resta saber se estamos perante o fim de uma era histórica, como argumenta Razeto Migliaro, a do capitalismo, ou somente, mas não é coisa pouca, a recomposição do sistema mundial capitalista, com a transferência de poder e conhecimento para o Oriente, com o centro na China, depois de quinhentos anos de dádivas do Ocidente, como ironicamente assinalou Giovanni Arrighi (*A ilusão do desenvolvimento*, 1997) no final do século passado.

A segunda parte abre com um texto de Casimiro Balsa. Tendo como objeto projetos de intervenção-ação em que participou, o autor discute com pertinência as capacidades deste tipo de iniciativas em induzir mudanças positivas, de modo a qualificar os grupos sociais mais marginalizados. Mobilizando um acervo bibliográfico significativo e pertinente, ancorado na discussão teórica sobre tópicos centrais do desenvolvimento, como os sugeridos por Samir Amin sobre o desenvolvimento desigual e suas propostas para o desenvolvimento autocentrado, necessariamente nacional-desenvolvimentista (e nacional-popular nas suas expressões mais avançadas), Balsa releva as possibilidades, ainda que limitadas, da ação pública e da sociedade civil organizada na luta contra a pobreza.

No capítulo seguinte José Raimundo Oliveira Lima apresenta um caso concreto de economia popular solidária, localizado em Feira de Santana (Brasil). O autor analisa o papel e contributos da incubadora universitária desta cidade brasileira para o desenvolvimento local solidário, mostrando que no capitalismo, apesar dos múltiplos constrangimentos e da sujeição que ele produz, existe espaço para ações económicas não guiadas pela procura do lucro.

A encerrar esta parte temos um texto de Maria José Menezes Lourega Belli e Lindomar Wessler Boneti sobre as práticas de uma associação de moradores em Curitiba (Brasil), considerando também um problema, a bem dizer uma tragédia recente e ainda atual, a infeção por covid-19. Destaca-se a relevância da ação coletiva organizada e a densificação de redes de solidariedade e de entreajuda para os grupos mais pobres e marginalizados enfrentarem e minimizarem os efeitos produzidos pelas desigualdades e por eventos extraordinários, como é o caso da pandemia.

Por fim, a terceira parte leva o leitor à discussão de experiências nacionais, regionais e urbanas de economia local, solidária e comunitária. Sendo a parte mais longa, com quase duzentas páginas, Rogério Roque Amaro, Antônio Dimas Cardoso, Laurindo Mekie Pereira, Jordi Estivill, Ivan Miró e Michel Messu analisam casos em Portugal, no Brasil, na Catalunha, incluindo Barcelona, e França. Roque Amaro oferece-nos uma longa reflexão sobre a história do desenvolvimento local em Portugal, desde o seu arranque nos anos 1960, sendo o seu texto atravessado por uma inquietação: saber se é possível implementar agendas de desenvolvimento local na cidade. Em contraponto à posição e argumentos de Camilo Mortágua, uma das figuras históricas do desenvolvimento local em Portugal, Roque Amaro demonstra que aquelas agendas são possíveis, convocando casos concretos (v.g., grupos comunitários da área metropolitana de Lisboa).

Prosseguindo com a análise histórica do desenvolvimento comunitário, agora no Brasil, Dimas Cardoso releva o papel do Estado e das instituições internacionais, com destaque para a Cepal (Comissão Económica para a

América Latina e Caraíbas). A democratização brasileira não impede a consolidação do neoliberalismo no país, emergindo uma tensão entre as suas lógicas específicas no campo do desenvolvimento e a ação dos movimentos sociais.

Igualmente ensaiando uma reflexão histórica, Mekie Pereira examina “a narrativa contra hegemónica” (p. 252), elaborada por intelectuais e movimentos sociais, sobre o tempo imaginado como idílico, anterior à modernização, no norte de Minas Gerais (Brasil). Alegadamente entendido como de abundância e bem-estar, este tempo traz assim à colação a questão do “progresso” no capitalismo.

Já na Península Ibérica, tendo como objeto a Catalunha, Estivill coloca, como faz Roque Amaro para o caso português, a origem do desenvolvimento comunitário nesta comunidade autónoma (e também em Espanha) na década de sessenta do século XX. Não ignorando o capitalismo, Estivill mostra-nos as possibilidades do desenvolvimento comunitário na resolução de problemas sociais candentes, sem que daqui se possa obliterar as suas limitações e contradições.

Já Miró discute a auto-organização económica local e comunitária na área metropolitana de Barcelona. Procurando atuar como contraponto e mesmo fora das lógicas capitalistas, convoca a nossa atenção para a ação de movimentos sociais e cooperativos que procuram outro caminho para o desenvolvimento local e comunitário, vinculado aos princípios da democratização solidária de uma economia fundada no território e na produção local.

Por fim, a encerrar o livro, temos o texto de Michel Messu. Situando as comunidades no contexto da história de França, desde a Idade Média, destacando o papel exercido pela ação centralizadora do Estado e, em especial, pela Revolução francesa, Messu opta por valorizar a laicidade em contraponto à comunidade como princípio político e social decisivo para a organização da via pública.

Não deixando o livro dúvidas acerca das possibilidades positivas proporcionadas pelo desenvolvimento local e comunitário, nomeadamente às camadas populares mais vulneráveis e excluídas, a questão que se coloca é a de saber até onde pode chegar no capitalismo. Será que estas expressões desenvolvimentistas nos conduzem, como argumenta Miró, a “um desenvolvimento económico transformador, focado na realocação, na democratização e na transição ecossocial da economia” (p. 307)? Refreando imediatamente a sua convicção, o autor questiona: “como tornar possível, a partir de parcerias entre o setor público e as novas redes comunitárias de apoio mútuo, [...] a construção transformadora de outro modelo económico?” (p. 307). Sendo esta a questão fundamental, ela foi objeto de uma apreciação aprofundada, nomeadamente no capítulo

assinado por Razeto Migliaro, incentivando-nos a procurar as relações entre modos de produção e de consumo e as iniciativas de economia local, comunitária e solidária, para assim compreender os fracassos e as causas que explicam a resiliência da economia realmente existente, isto é, a economia de mercado produzida pelo capitalismo.

Se o capitalismo está presente no livro, sendo referido quase três dezenas de vezes, o socialismo praticamente não foi convocado, não obstante o lugar relevante ocupado pelas utopias realistas no texto assinado por Bajoit. Tal é particularmente pertinente, se considerarmos que, como compreendeu Erich Unger, lembrado quase um século mais tarde por Michael Löwy, nada de substancial será realizado se não soubermos também agir fora do capitalismo para o superar. Deste modo, para “realizar alguma coisa contra o capitalismo é indispensável, antes de tudo, deixar [*heraustreten*] sua esfera de eficácia [*Wirkungsbereich*], porque, no interior dela, ele é capaz de absorver toda a ação contrária” (Unger *apud* Michael Löwy *A jaula de aço: Max Weber e marxismo weberiano*, 2014, p. 106). Obviamente, as alternativas locais, comunitárias e solidárias que percorrem todo o livro não se opõem ao socialismo.

Não se trata aqui de encontrar uma qualquer terceira via entre a forma liberal capitalista e a forma social-estatista, como parece apontar Razeto Migliaro, mas sim de incorporar numa agenda política e social ecossocialista o firme compromisso com o decrescimento, quer dizer, uma orientação radical para a redução do consumo e de todas as atividades fundadas na utilização de combustíveis fósseis, fundamental para nos libertarmos das compulsões consumistas. Este decrescimento não implica viver pior mas antes viver de outro modo, a bem dizer, consumir menos para viver de modo mais convivial e solidário, enfim, feliz. Importa sublinhar que o socialismo, desde os textos fundadores de Marx e Engels, não se opõe a uma perspetiva radicalmente ecológica. Muito pelo contrário: não se confundindo com o que veio depois, nomeadamente as experiências do socialismo real da União Soviética e do Leste europeu, os contributos de Marx e Engels foram também pioneiros para a compreensão daquilo que os marxistas ecológicos designam como a segunda contradição do capitalismo, precisamente a contradição entre o carácter finito do planeta e a degradação ambiental contínua produzida pelo capitalismo.

Apesar desta nota crítica, que deverá ser entendida principalmente como uma sugestão para os organizadores pensarem numa nova proposta editorial, estamos perante um livro indiscutivelmente oportuno. Como foi acima dito, o desenvolvimento é analisado a partir de baixo, do local, com uma leitura histórica muito detalhada e rigorosa, proporcionando ao leitor o acesso a casos concretos em diferentes geografias e trazendo ao

debate experiências que procuram responder a urgências sociais através de soluções que recusam as lógicas mercantis e o próprio capitalismo.

- Receção: 05.03.2023

- Aprovação: 14.03.2023

VÁRIA | JUN 2023

A realidade específica do social: breve análise sobre algumas afinidades teóricas entre Émile Durkheim e Niklas Luhmann

EMERSON R. C. PALMIERI*
Universidade de São Paulo (USP)

Resumo

O objetivo deste trabalho é realizar uma breve análise das teorias de Émile Durkheim e Niklas Luhmann, procurando discutir algumas afinidades teóricas entre os dois autores. Partimos do argumento de que, apesar dos diferentes direcionamentos epistemológicos que marcam suas obras, estas aproximam-se em um ponto fundamental dentro do campo da sociologia: o tratamento da sociedade (ou do social) enquanto uma realidade específica, isto é, uma realidade que possui um funcionamento próprio, irreduzível a outras dimensões da vida, e também irreduzível a alguma ideia de indivíduo.

Palavras-chave: Luhmann, Durkheim, sociedade, ordem social, social

Abstract

The specific reality of the social: brief analysis of some theoretical affinities between Émile Durkheim and Niklas Luhmann

The objective of this work is to carry out a brief analysis of the theoretical thoughts of Émile Durkheim and Niklas Luhmann, seeking to discuss some theoretical affinities between the two authors. We start with the argument that, despite the different epistemological directions that mark their works, they approach a fundamental point within the field of sociology: the treatment of society (or the

* E-mail: emersonpalmieri93@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5406-9068>

social) as a specific reality, that is, a reality that has its own functioning, irreducible to other dimensions of life, and also irreducible to an idea of the individual.

Keywords: Luhmann, Durkheim, society, social order, social

Résumé

La réalité spécifique du social: brève analyse de quelques affinités théoriques entre Émile Durkheim et Niklas Luhmann

L'objectif de ce travail est de réaliser une brève analyse de la pensée d'Émile Durkheim et de Niklas Luhmann, en cherchant à discuter quelques affinités théoriques entre les deux auteurs. Nous partons de l'argument que, malgré les directions épistémologiques différentes qui marquent leurs travaux, ils se rejoignent sur un point fondamental dans le champ de la sociologie : le traitement de la société (ou du social) en tant que réalité spécifique, c'est-à-dire une réalité qui a son propre fonctionnement, irréductible à d'autres dimensions de la vie, mais aussi à une certaine idée de l'individu.

Mots-clés: Luhmann, Durkheim, société, ordre social, social

Introdução

Émile Durkheim e Niklas Luhmann são autores cujas produções teóricas situam-se em momentos históricos importantes de nascimento e renascimento da disciplina de sociologia, momentos em que esforços de construção de macroteorias sociais estavam sendo realizados em diversos países da Europa (França, Alemanha e Inglaterra). Tais esforços não eram idiossincráticos: contemporâneo de Durkheim (1858-1917), Max Weber também estava realizando a construção da sociologia na Alemanha de seu tempo e, no mesmo período de Luhmann (1927-1998), nos anos 1980, Pierre Bourdieu e Anthony Giddens estavam escrevendo suas próprias obras, visando cada um uma teoria sociológica geral (respetivamente, a teoria dos campos e a teoria da estruturação)¹

Durkheim é um autor do século XIX, de um período em que as áreas de conhecimento que temos hoje estavam fortemente se consolidando. O autor escreve suas obras no intuito de fundar uma ciência que busque explicar os fenômenos sociais neles mesmos, sem recorrer a explicações de ordem psicológica ou biológica. Para isso, tece severas críticas a diversos autores, como Herbert Spencer, que acreditava no darwinismo social e na sobrevivência do mais apto, e Gabriel de Tarde, que explicava o comportamento social pela ideia de que as pessoas se imitavam umas às outras. Era necessário, segundo Durkheim, criar uma disciplina cuja epistemologia, objeto e método tivessem um caráter próprio que não a confundisse com demais áreas de conhecimento.

1 Cf. Giddens (1986) e Bourdieu (1996).

Luhmann, por sua vez, encontra-se em um momento de crise teórica da sociologia. Uma série de transformações sociais (avanço da globalização, ascensão de movimentos ambientalistas, ingresso das mulheres no mercado de trabalho, desmantelamento do *welfare state*, mudança da estrutura fordista de trabalho, etc.) levou a um debate no qual estava se discutindo um possível fim da modernidade e um advento de uma era pós-moderna ou pós-industrial². Alguns autores, no entanto, e Luhmann entre eles, recusavam-se a ver nesses fenômenos o fim da modernidade, mas tão-somente ela mesma, com um aprofundamento de suas estruturas. A partir disso, novos esforços surgem para reconstruir uma teoria geral da sociedade, levando em conta as transformações sociais ocorridas. Luhmann, em particular, esforça-se por escrever e atualizar uma teoria geral dos sistemas sociais, que anteriormente, entre os anos 1930 e 1950, havia sido escrita por Talcott Parsons (2012; 2018), de quem foi aluno. Do mesmo modo, procura diferenciar sua abordagem teórica daquela de Habermas³ (igualmente aluno de Parsons), que, nos anos 1980, também está produzindo uma grande teoria, embora numa perspectiva, de certa maneira, contrária à de Luhmann.

A elaboração de uma teoria geral da sociedade é, dessa forma, nosso primeiro critério de seleção de autores para realizar uma análise comparativa. O segundo critério, que também selecionamos enquanto argumento e tema central deste texto, é o de escolher autores que construam uma posição epistemológica baseada na ideia de que a sociedade e o social (e não apenas a sociologia, enquanto disciplina acadêmica) constituem uma dimensão própria da vida, irreduzível tanto a outras realidades humanas (em especial a biológica e a psicológica), quanto a características de indivíduos (ações e práticas sociais). Acreditamos que Luhmann e Durkheim são os melhores expoentes dentro desses critérios, pois em suas obras a separação entre indivíduo e sociedade aparece de maneira mais veemente se comparada com outras produções de teoria geral. É fato que, apesar dessa semelhança inicial, Luhmann e Durkheim realizam desenvolvimentos teóricos por caminhos muito diferentes. Por esse motivo, as comparações que iremos fazer aqui visam mais uma afinidade de formas teóricas entre os autores do que uma aproximação de conteúdo. Nesse sentido, escolhemos aspectos específicos presentes nas obras dos dois autores que, a nosso ver, demonstram e reforçam o argumento temático do texto sobre a especificidade da dimensão do social. Três eixos argumentativos são aqui desenvolvidos: 1. a sociedade possui elementos de constituição específicos; 2. esses elementos formam uma ordem social; 3. o oposto da ordem social é o não-social.

2 Cf., por exemplo, Lyotard (1984) e Bell (1999).

3 Cf., por exemplo, Habermas (1985).

Vale também ressaltar que uma comparação entre Luhmann e Durkheim, ainda que pontual, pode contribuir para a expansão do primeiro autor dentro da sociologia. Luhmann possui uma boa recepção em campos como o direito e o estudo de organizações, mas sua recepção na sociologia ainda é limitada se comparada com outros autores que produziram teorias gerais. Isso se deve em grande parte ao ofuscamento da obra de Luhmann pela teoria de Habermas, de quem Luhmann era um rival epistemológico direto, apesar de ambos terem herdado, de formas distintas, a tradição da teoria sistêmica parsoniana. Porém, existe também um outro fator decisivo: Luhmann envereda no campo da sociologia partindo da discussão com outras áreas diferentes (a biologia, a cibernética, a lógica matemática, etc.). Suas referências teóricas são, assim, externas, estranhas para o leitor sociólogo, e podem ser anti-intuitivas à primeira vista, porque não há uma referência direta, pelo menos não em peso, aos debates mais familiares às ciências sociais, nos momentos em que o autor elabora muitos de seus conceitos (como o de autopoiese, que vem da biologia⁴, ou o de observação, que vem da matemática⁵). Dessa maneira, submeter parte da teoria luhmanniana a uma comparação com um autor mais consagrado dentro da sociologia (no caso, Durkheim) é um exercício de contribuição pedagógica, no sentido de facilitar a interpretação dos escritos de Luhmann em um gabarito mais familiar ao profissional da disciplina.

1. A sociedade e seus elementos específicos de construção

1.1. Durkheim e o fato social

Procedemos agora à análise das características presentes nos *corpora* conceituais dos autores, que lhes permitem construir sua ideia de sociedade enquanto uma categoria de pensamento sobre o mundo. Começando por Durkheim, o que nos chama a atenção de imediato é o conceito de fato social. Define o autor:

É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou, ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais. (Durkheim, 2014, p. 13)

O fato social, para Durkheim, deve ser tratado como se fosse uma coisa, ou seja, como um objeto de estudo. Assim, quando o autor argumenta sobre

4 Cf. Maturana, Varela e Uribe (1974).

5 Cf. Spencer-Brown (2008).

a realidade *sui generis* do social, ele não está fazendo uma aproximação ontológica, mas epistêmica.

Não dizemos, com efeito, que os fatos sociais são coisas materiais, e sim que são coisas tanto quanto as coisas materiais, embora de outra maneira. [...] Tratar os fatos de uma certa ordem como coisas não é, portanto, classificá-los nesta ou naquela categoria do real; é observar diante deles uma certa atitude mental. (Durkheim, 2014, pp. XVII-XVIII)

No caso, Durkheim faz referência à atitude mental cartesiana da separação entre sujeito e objeto. Os fatos sociais, para o autor, devem ser considerados como externos ao pesquisador, o que significa dizer que este deve estudá-los sem ter sobre eles pré-conceitos ou ideias pré-concebidas. Com estas definições de fato social, Durkheim procura aproximar a sociologia às ciências cujos objetos são nitidamente exteriores ao sujeito. Temos aqui a construção de um objeto que afirma duplamente essa externalidade: de modo sociológico, em relação à sua manifestação (na primeira citação), e de modo epistêmico, em relação ao seu estudo (na segunda citação).

Analisemos mais detalhadamente o fato social como manifestação, como fenômeno. Para Durkheim, coisas como a língua ou a moeda que se usa em um país, as regras dentro de uma empresa, o sistema de leis vigente em determinado lugar, as tecnologias usadas naquele momento ou até mesmo costumes morais bem estabelecidos são exemplos de fatos sociais, pois são tipos de comportamentos ou normas que se impõem ao indivíduo de maneira coletiva; por isso, o autor enfatiza que os fatos sociais operam, independentemente de suas manifestações individuais (Durkheim, 2014, p. 2). São mecanismos que não podem quebrar-se facilmente: se eu tentar usar uma moeda chinesa em um mercado brasileiro, ou desrespeitar as leis do meu país ou tentar morar no Japão falando italiano, confrontar-me-ei com um conjunto de regras contrárias aos meus esforços e eventualmente serei obrigado a ceder a elas. É importante enfatizar, entretanto, que essa coerção exterior mencionada por Durkheim não exclui necessariamente, segundo ele, a personalidade individual (Durkheim, 2014, p. 4). Na verdade, há a possibilidade de um encontro positivo entre normas externas e comportamento individual quando as obrigações e imposições externas não apenas passam a ser aceites pelos indivíduos, como passam a ser incorporadas pelos mesmos de tal maneira que se tornam hábitos. Assim, uma coisa que inicialmente eu fazia somente por ser obrigado a seguir uma regra, agora passo a fazê-la porque ela me parece natural. A regra externa não deixa de existir, mas ela não mais entra em conflito com minha vontade individual. Em vez disso, ela entra em sintonia. Aqui é interessante notar que Durkheim também designa os fatos sociais como “maneiras de

pensar, agir e sentir” (Durkheim, 2014, p. 2), ainda que estas provenham de um lugar externo aos indivíduos. Dito de outra forma, uma pessoa pode construir ações, sentimentos e pensamentos de sua própria vontade, mas estes não têm sua origem nela e sim em coerções externas, as quais, no entanto, argumenta o autor, são pouco visíveis se a pessoa se entregar voluntariamente (Durkheim, 2014, p. 2).

A criação do conceito de fato social possui um papel importante na diferenciação da sociologia (e da sociedade) enquanto uma área específica de conhecimento, porque lhe fornece um objeto específico de estudo, constrói sua legitimação científica e também nos dá uma maior precisão quando falamos de “coisas sociais”. Como todos os problemas e eventos humanos acontecem dentro da sociedade, fica difícil definir, a princípio, o que seria um domínio particular desta. Durkheim faz objeção ao argumento de que todo fenômeno generalizado é social. Nesse sentido, apesar de, por exemplo, todas as pessoas comerem, dormirem e pensarem, essas ações não são necessariamente sociais, porque podem apenas dizer respeito a fenômenos orgânicos. No entanto, se atentarmos às formas coletivas desses fenômenos, ou seja, às maneiras como determinado grupo come, dorme ou pensa, eles poderão ser chamados sociais.

Assim, não é sua generalidade que pode servir para caracterizar os fenômenos sociológicos; [...] Se se contentaram com esse caráter para defini-los, é que os confundiram, erradamente, com o que se poderia chamar de suas encarnações individuais. O que os constitui são as crenças, as tendências e as práticas do grupo tomado coletivamente. (Durkheim, 2014, pp. 6-7)

Certamente os fenômenos sociais são generalizados, mas aqui há uma inversão na relação de causa e efeito: os fenômenos não são sociais porque se generalizam, eles se generalizam porque são sociais. O ato de comer é geral porque é orgânico; a maneira de comer é geral porque é coletiva. Dizer que um fato, um fenômeno ou um comportamento é “social” significa dizer que ele possui como substrato a sociedade, e não o indivíduo. A sociedade é externa ao indivíduo, e os fatos sociais são, para Durkheim, característica fundamental da sociedade. Isso não significa dizer que a sociedade possa existir sem indivíduos, apenas que ela não pode ser reduzida a estes. Os indivíduos são um substrato da sociedade, mas combinam-se de modo a formar uma ordem de realidade maior do que eles mesmos, à semelhança das moléculas que, ao se combinarem de uma maneira específica, formam uma realidade biológica que não pode ser reduzida a simples reações químicas.

Resta ainda a questão metodológica de como apreender os fatos sociais e estudá-los sem confundi-los com características particulares. Na teoria durkheimiana podemos observar que os hábitos coletivos cristalizam-se em formas como dados estatísticos, regras jurídicas ou morais, ditados populares, etc. Como essas formas, diz o autor, não mudam com suas aplicações particulares, elas fornecem ao observador um dado objetivo sobre os fatos sociais (Durkheim, 2014, p. 8). Este é um ponto crucial na obra de Durkheim, que o utilizará para analisar o grau de divisão do trabalho em diferentes sociedades (isto é, se elas possuem uma divisão mais ou menos acentuada do trabalho), tomando como método o olhar para as formas de direito presentes nas mesmas; para analisar o suicídio, tomando como método a observação das taxas de suicídio em diferentes grupos sociais; e ainda para descrever cada um desses fenômenos de uma maneira estritamente sociológica, designadamente, ao seguir a regra metodológica de “explicar o social pelo social”⁶. Particularmente, o caso do suicídio nos chama a atenção por se tratar de um tema estratégico: além daquilo que pensamos estar intimamente conectado com estados mentais da pessoa e com o campo da psicologia, abre-se uma explicação de outro tipo, ou seja, social, que agora considera não suas particularidades individuais, mas suas posições sociais (casado ou solteiro; católico ou protestante; etc.). É importante atentar que, aqui, a posição social não diz respeito ao grau de prestígio que um grupo detém na sociedade; Durkheim está mais preocupado em observar o grau de integração dos indivíduos com relação a seus diversos âmbitos institucionais, menos ou mais abrangentes: o casamento, a religião, a profissão, o sexo, o país, etc.

Por fim, é de salientar que, para Durkheim, um fato social só se explica por outro fato social antecedente (Durkheim, 2014, p. 112). Ainda no exemplo do suicídio, o cunho sociológico de uma explicação não se esgota na constatação de que protestantes se suicidam mais do que casados e a partir disso dizer, por exemplo, que os protestantes têm um estado mental mais frágil. Não só as variáveis, mas também a correlação entre elas, precisam ser explicadas sociologicamente. Dessa forma, Durkheim (2011) esclarece que os protestantes se suicidam mais do que os católicos porque a forma de coesão social presente no protestantismo é menor do que a do catolicismo. Essas conexões entre fatos sociais colocadas pelo autor tornam-se importantes porque demonstram que a sociologia pode estabelecer relações de causa e efeito da mesma forma que outras ciências o fazem, o que é mais um passo no seu reconhecimento enquanto um campo do saber.

⁶ Cf. as obras de Durkheim *Da divisão do trabalho social* (2010) e *O suicídio* (2011).

1.2. Luhmann e os sistemas sociais

Tratemos agora de Luhmann. O caráter específico da sociedade na obra deste autor se apresenta de maneira mais notável na ideia de sistema autopoietico que ele desenvolve. Todo o esforço teórico da obra de Luhmann se faz na tentativa de trazer para a sociologia os desenvolvimentos teóricos da cibernética, com a chamada teoria geral dos sistemas, inaugurada por Bertalanffy (2015). Falando de modo abstrato, um sistema é o resultado da organização de elementos soltos e ele ocorre quando esses elementos entram em relação uns com os outros e se reproduzem através do tempo. Luhmann adota o conceito de sistema fechado, autopoietico, para descrever os sistemas sociais. O conceito de autopoiese é criado pelos biólogos Maturana, Varela e Uribe (1974) e significa que a reprodução de um sistema e de seus elementos é feita a partir deles mesmos; quer dizer, eles se autoproduzem. Para Luhmann, a sociedade é um sistema autopoietico, fechado, que se reproduz pelos seus próprios elementos (Luhmann, 2016, p. 25). Isso significa dizer também que a sociedade conhece um tipo de elemento que é próprio dela e que não se confunde com outros sistemas: esse elemento é a comunicação. A comunicação não se mistura com os sistemas biológicos, como os estudados por Maturana e Varela, que se reproduzem pela vida, nem com os sistemas psíquicos, as consciências individuais⁷, que se reproduzem pelo pensamento. Apenas a comunicação produz novas comunicações. Na sociologia isso é uma mudança importante porque até então predominava o conceito de sistema presente nas obras de Parsons, para quem os limites entre indivíduo e sociedade não eram tão bem estabelecidos: neste autor, trata-se de um sistema de ações, características que remetem ao indivíduo (quando pensamos em ações, normalmente as atribuímos a pessoas). Não havia, nesse sentido, um elemento diferenciador da sociedade enquanto tal. Luhmann também se afasta de Parsons no que diz respeito aos modos de ver um sistema: para este último autor, a sociedade é um sistema aberto, isto é, em que há constantes trocas de elementos entre ela e o meio externo a fim de se atingir uma coordenação (Parsons, 2012). Já para Luhmann não existe essa coordenação, uma vez que ele considera a sociedade um sistema fechado: a comunicação responde apenas a si mesma e só é produzida dentro da sociedade.

A comunicação, por sua vez, é definida por Luhmann como um processo que inclui três etapas distintas: a) a seleção de uma informação; b) a emissão da informação; e c) a recepção da informação (Luhmann, 2016, p. 165). Essa seria a “forma elementar” da comunicação. É importante lembrar que o

⁷ Luhmann evita utilizar o termo “indivíduo” para falar de consciências porque para ele o indivíduo é um complexo que abarca sistemas tanto psíquicos, quanto biológicos. Para referir-se apenas ao primeiro, ele irá falar de consciências ou sistemas psíquicos.

autor descarta qualquer ideia de transmissão de informação: os sistemas precisam sempre realizar operações de *seleção*; no caso dos sistemas sociais e de consciência, seleção de sentido da comunicação (Luhmann, 2016, p. 81). Nem tudo pode ser operacionalizado ao mesmo tempo, pelo que necessariamente algo fica de fora. Por isso, nada garante que aquilo que se seleciona seja o mesmo que se emite e o mesmo que se recebe: nesse processo, cada consciência pode realizar diferentes seleções de sentido sobre determinada informação. Dito de outra maneira: posso pegar uma informação A, transmiti-la enquanto B e meu interlocutor interpretar C.

O objeto da teoria luhmanniana dos sistemas sociais é a diferença entre sistema e ambiente. Um sistema só se afirma como tal se for possível observar determinadas relações entre seus elementos que se reproduzem através do tempo, indicando que não são aleatórias. Tudo aquilo que não figura dentro dessas relações é considerado como ambiente do sistema. Dessa maneira, o conceito de ambiente é sempre relativo a um sistema específico: a sociedade é um ambiente para a consciência, e a consciência é um ambiente para a sociedade, por exemplo. A separação entre sistema e ambiente não significa, contudo, que não existam relações entre esses e que o sistema seja uma entidade completamente isolada. O que ocorre na verdade é um duplo processo de *fechamento operacional* e *abertura cognitiva*: o fechamento dos sistemas é uma condição para sua abertura ao ambiente. Quanto mais complexidade um sistema ganha (isto é, mais relações entre seus elementos), mais pode se permitir aberturas ao ambiente para traduzir as influências advindas deste em suas operações internas. Essa abertura cognitiva é possibilitada pelo que o autor designa por “acoplamento estrutural”, quer dizer, mecanismos presentes em dois ou mais sistemas que facilitam sua abertura para o ambiente.

Com acoplamentos estruturais, um sistema pode ser acoplado a condições ambientais altamente complexas sem a necessidade de absorver ou reconstruir sua complexidade. Como pode ser visto pela estreita faixa física de percepção dos olhos e ouvidos, os acoplamentos estruturais sempre capturam apenas uma parte extremamente pequena do ambiente. Tudo o que não está incluído ali não pode irritar nem estimular, mas apenas agir destrutivamente sobre o sistema. (Luhmann, 2006, p. 78)⁸

A sociedade e a consciência (o indivíduo), por exemplo, possuem a linguagem enquanto acoplamento estrutural: as consciências conferem sentido à comunicação por meio da linguagem, e esse sentido é operacionalizado no sistema social. Sem a linguagem, nem as consciências

8 Tradução do autor.

nem a sociedade existiriam da forma que as conhecemos. Um pensamento, elemento do sistema da consciência, só ganhará caráter social se for transformado em comunicação, um elemento da sociedade. E, como Luhmann refere, na passagem acima citada, qualquer influência do ambiente no sistema que se dê fora dos acoplamentos estruturais só possui um efeito destrutivo. Uma explosão nuclear, por exemplo, só traz danos ao sistema social. Com efeito, a sociedade pode falar sobre essa explosão e desenvolver mecanismos para evitar futuros desastres parecidos, mas ela não pode considerar os desastres como condição de possibilidade para sua existência do mesmo modo que o faz com a linguagem.

1.3. A relação entre fato social e comunicação

Em ambos os autores, Durkheim e Luhmann, temos presente elementos basais de construção da sociedade: respetivamente, o fato social e a comunicação. Em primeiro lugar, tanto um quanto o outro apontam características da sociedade que não se confundem com indivíduos ou com conceitos atribuídos a estes, como a ação. Com efeito, são indivíduos que dão sentido à comunicação, e fatos sociais são formas externas de ação; mas isso por si só não é suficiente para afirmar que quer os fatos sociais, quer a comunicação derivem da ação individual ou dos indivíduos. Em algum grau, evidentemente, eles pressupõem uma das duas categorias, mas as suas bases definitórias não são construídas tomando-as como referência. Fatos sociais possuem como substrato a sociedade, que, por sua vez, na teoria durkheimiana, é algo *sui generis*, diferente da mera soma de suas partes (os indivíduos). Não é possível, portanto, dizer que fatos sociais são um simples agregado de ações individuais. E a comunicação, em Luhmann, diz respeito à sociedade enquanto sistema autopoiético; ela é constituída de elementos próprios e, portanto, não se confunde com o sistema de consciência (os indivíduos) formado por outros elementos (os pensamentos)⁹. A pressuposição do indivíduo ou da ação não afeta a característica mais importante desses conceitos, que é a possibilidade trazida pelos mesmos de realizar um exercício de observação sociológica do mundo tomando como base algo que se afirma como social em si mesmo. Acreditamos que esse é um movimento importante no sentido de conferir maior legitimidade (para Durkheim) ou maior poder explicativo (para Luhmann) ao campo da sociologia para tornar inteligível parte dos fenômenos do mundo.

⁹ Luhmann possui um conceito de ação que não é, todavia, interessante para os propósitos desse texto. Para o autor, ação é o modo que o sistema de comunicação utiliza para se autodescrever. Portanto, o conceito não se confunde com a noção mais comum de ação de indivíduos. Apesar de os indivíduos realizarem, através da consciência, seleções de sentido, para Luhmann, esse movimento não é considerado uma ação. Ver o capítulo *Comunicação e Ação de Sistemas Sociais* (Luhmann, 2016).

Em segundo lugar, os dois conceitos – fato social e comunicação – apontam para uma configuração específica do social que não advém de outras áreas de conhecimento, como a psicologia ou a biologia. O fechamento explicativo causal que os dois conceitos pressupõem reforça essa semelhança epistêmica: assim como uma comunicação presente só se explica por uma comunicação passada (o que forma a *autopoiesis* de um sistema social), os fatos sociais só se explicam por outros fatos sociais (poderíamos dizer, em linguagem luhmanniana, que Durkheim constrói uma sociologia autopoietica de fatos sociais). Tal não significa dizer, contudo, que os autores excluem a influência de fenômenos não sociais nas coisas sociais, pois isso seria confundir um fechamento epistêmico com um fechamento fatural. Nos seus escritos sobre o suicídio, Durkheim (2011), por exemplo, não exclui a participação de fenômenos psicológicos na explicação do fenômeno, apenas aponta que eles e os fenômenos sociais atuam em níveis diferentes. Em Luhmann, o acoplamento estrutural entre sistemas distintos permite a ambos abrirem-se cognitivamente para influências mútuas.

Há ainda uma terceira semelhança interessante entre o fato social e a comunicação, que diz respeito ao seu formato estrutural. Em Durkheim, temos a cristalização dos fatos sociais em formas agregadas de normas, regras, dados coletivos, etc. Se olharmos mais de perto, veremos que esses agregados também podem ser interpretados na chave luhmanniana na forma de comunicações cristalizadas: normas jurídicas, dados estatísticos, moedas, etc., nada mais são do que resultados de desenvolvimentos comunicativos constantes; uma determinada moeda só passa a ser aceite em um lugar se as pessoas começam a interpretá-la como um símbolo de troca; regras jurídicas passam a existir quando se consolida uma comunicação específica para lidar com aspectos normativos da sociedade, e assim por diante. Não se pode falar, como em Durkheim, que essas comunicações são coisas sociais em si mesmas, mas pode se dizer que o sentido da comunicação se reforça constantemente a cada ciclo de sua reprodução.

1. A manutenção da ordem social

Se a sociedade se apresenta como uma realidade específica, a próxima questão que se coloca é a de como ela se sustenta no tempo. Essa problemática aparece de modo bastante presente na fundação da sociologia, tendo em vista as grandes mudanças políticas, econômicas, tecnológicas e culturais que atravessam o século XIX e marcam a separação entre o Antigo Regime e a sociedade moderna. Esse novo tipo de sociedade aparece para os autores da época enquanto uma novidade, e Durkheim irá se perguntar como essa sociedade se mantém, uma vez que as estruturas do Antigo Regime estavam em desagregação. Era preciso inventar modos de descrever a nova sociedade que explicassem a sua reprodução no

tempo. Luhmann, por sua vez, nos anos 1980, está em um momento em que grandes teorias da sociedade (como mencionamos, por exemplo, as teorias de Bourdieu, de Habermas e de Giddens) estão sendo reescritas no intuito de atualizar a disciplina abarcando questões que foram deixadas de lado pelas teorias clássicas: há um foco maior nas questões relativas a conflitos, transformações, riscos e instabilidades de uma maneira geral, que refletem as transformações ocorridas na sociedade que mencionamos na introdução, e uma tentativa de explicar como a sociedade se mantém no tempo levando em conta essas questões. Nesse sentido, Luhmann procura recriar uma teoria sociológica de peso e, assim, formula uma questão que deve, segundo o autor, servir de guia, em maior ou menor grau, para todas as demais investigações sociológicas: “como é possível ordem social?” (Luhmann, 2018). Essa pergunta permeia a obra de ambos os autores, mesmo que Durkheim não a tenha formulado explicitamente, e, por isso, iremos usá-la para desenvolver o segundo eixo argumentativo.

2.1. Durkheim e a divisão do trabalho

Durkheim procura explicar a ordem social a partir da ideia de divisão do trabalho. Um dos elementos que o autor identifica na distinção entre a sociedade moderna e a tradicional é a forma jurídica que cada uma possui: as sociedades tradicionais, argumenta Durkheim (2010), possuem um código mais voltado para a punição, enquanto as modernas possuem outro mais voltado para a restituição, isto é, para a reparação de danos causados visando um retorno à normalidade. Essa diferença resulta do tipo de solidariedade, ou de relações sociais, que cada uma das sociedades constrói para si. Para identificar esse tipo, Durkheim atende ao grau de divisão do trabalho que essas sociedades possuem: nas sociedades tradicionais, a divisão do trabalho é pouco desenvolvida, isto é, os mesmos indivíduos executam várias atividades necessárias à manutenção daquela sociedade. Isso, segundo o autor, faz com que predomine nesse meio um tipo de solidariedade que ele denomina “solidariedade mecânica” (Durkheim, 2010): a sociedade se mantém unida e coesa porque os seus membros executam os mesmos movimentos, seguem os mesmos princípios e pensam de forma mais ou menos parecida. Há pouca diferença entre as normas sociais e as consciências individuais. Nas sociedades modernas, ao contrário, a divisão do trabalho é mais desenvolvida, os indivíduos tendem a se tornar especialistas em uma função muito específica e deixar as outras de lado. Essa configuração cria um outro tipo de solidariedade, a que o autor chama “solidariedade orgânica” (Durkheim, 2010): a sociedade se mantém coesa porque cada uma dessas funções se complementa com a outra a fim de alcançar um objetivo comum, de maneira semelhante a uma fábrica. Nesse

tipo de cenário, o indivíduo já não se conecta com a totalidade da sociedade, mas apenas com uma parte muito específica desta. A conclusão do autor é a de que a divisão do trabalho, dessa maneira, inaugura um novo tipo de ordem social marcada essencialmente pela complementaridade entre as funções, e é esta solidariedade que permite, no argumento de Durkheim, a manutenção e a reprodução da sociedade moderna.

2.2. Luhmann e a diferenciação sistêmica

A questão da ordem social, na obra de Luhmann, aparece nos argumentos do autor sobre o conceito de diferenciação sistêmica (Luhmann, 2006; 2016). Um sistema social, como referido anteriormente, é composto de comunicação e diferencia-se do seu ambiente por meio da reprodução constante de relações entre elementos (no caso, entre comunicações) através do tempo. No entanto, a relação sistema-ambiente não é estática; ela também se reproduz quando um sistema (no caso, a sociedade) se diferencia em subsistemas criando novas relações sistema-ambiente dentro de si. No cenário da sociedade moderna, a comunicação se diferencia em vários subsistemas funcionais como o direito, a educação, a arte, a religião, a ciência, a política e a economia (Luhmann, 1989)¹⁰. Cada um desses subsistemas trata de um aspecto funcional específico da sociedade, utilizando seus próprios critérios de comunicação e excluindo qualquer outro; a isso, Luhmann denomina “códigos” e “programas” (Luhmann, 1989). Códigos são valores comunicativos que um subsistema adota para tomar determinada decisão, e programas são os parâmetros através dos quais um subsistema seleciona um ou outro código. Os códigos funcionam sempre de maneira binária, permitindo ao subsistema decidir o que incluir nas suas comunicações e o que jogar para o ambiente, quer dizer, excluir. Eles se localizam na parte fechada do subsistema, em seu aspecto operacional. Os programas, por outro lado, se localizam na parte aberta do subsistema, sendo eles que desempenham sua abertura cognitiva para o ambiente. Por exemplo, o direito opera através do código lícito/ilícito, o que significa que suas decisões baseiam-se apenas neste dois valores e não, por exemplo, no belo, no verdadeiro ou na riqueza. Contudo, para o sistema decidir pelo lícito ou pelo ilícito, ele recorre à interpretação da lei enquanto programa, e nesse aspecto pode ocorrer de maneira mais forte a presença de fatores externos que afetam o modo dessa interpretação. A economia opera através do código pagamento/não-pagamento (é impossível proceder de outra maneira ao adquirir um bem) e utiliza o preço enquanto programa (uma série de fatores externos pode afetar o preço de um bem); a ciência opera

¹⁰ Em sociedades não modernas há outras maneiras de diferenciação sistêmica que não cabem ser exploradas neste texto. Sobre formas de diferenciação, ver capítulo 4 de *La sociedad de la sociedad* (Luhmann, 2006).

com o código verdadeiro/falso e utiliza as pesquisas enquanto programas; etc.

A ordem social moderna se torna possível, com Luhmann, através dessa diferenciação funcional da comunicação em subsistemas vários (a política, a economia, a ciência, etc.). Porém, novamente, a diferenciação sistêmica não se confunde com enclausuramento. Luhmann reconhece que o fechamento operacional dos subsistemas permite uma interdependência entre eles jamais vista na história, porque, para que um subsistema execute suas operações, é preciso que tome por garantido que outros subsistemas cumprem funções que lhe são necessárias. Uma troca econômica sempre está respaldada pelo direito de propriedade; uma decisão política se restringe a limites definidos por lei; uma pesquisa científica pressupõe financiamento de custos; etc. Essas influências mútuas entre subsistemas ocorrem por meio da construção de acoplamentos estruturais entre si: a Constituição é o acoplamento estrutural entre o direito e a política; o sistema tributário, entre a economia e a política; a propriedade, entre o direito e a economia; as agências de financiamento, entre economia e ciência; etc. A existência de muitos acoplamentos estruturais na sociedade moderna cria um cenário em que os subsistemas coproduzem, ao mesmo tempo, funcionalidades (ou solidariedade, nos termos de Durkheim) e riscos. Uma decisão tomada em um certo sistema pode ter consequências profundas para os demais, e é precisamente esse grau intenso de integração entre os subsistemas o que, para Luhmann, constitui uma das características centrais da sociedade moderna.

Mas perturbações não são as únicas coisas transmitidas e, assim, parcialmente absorvidas e reforçadas. O trabalho conjunto de sistemas funcionais é também necessário em praticamente todos os casos. Por exemplo, a pesquisa *científica* tornou a construção de usinas nucleares *economicamente* possível através de uma decisão *política* sobre limitações de responsabilidade *legais*. O mundo não é feito de modo que eventos geralmente se encaixem no quadro de referências de um sistema funcional sozinho. A especificação funcional é uma tão efetiva quanto arriscada conquista evolutivamente improvável de sistemas complexos. (Luhmann, 1989, pp. 49-50)¹¹

2.3. A diferenciação da sociedade

Em relação ao segundo eixo argumentativo que desenvolvemos sob o subtítulo “A formação da ordem social”, sobre a formação da ordem social, observamos como semelhança central entre Durkheim e Luhmann o desenvolvimento da ideia de diferenciação da sociedade moderna. O interessante aqui é a conexão

¹¹ Tradução do autor, itálicos de Luhmann.

da ideia de diferenciação com os elementos sociais basais – a comunicação, em Luhmann, e o fato social trabalho, em Durkheim – na explicação da ordem social (moderna). Em Durkheim, a solidariedade social orgânica se apresenta como um produto direto da divisão social do trabalho; o trabalho, aqui, é tomado como um fato social no sentido de que sua forma especializada constitui um modo de agir externo ao indivíduo: eu trabalho em uma profissão e apenas nessa profissão porque as regras me fazem agir dessa maneira, e, se tento fazer diferente, não serei reconhecido como um especialista e perderei meu lugar na sociedade. Portanto, devo me adequar a me relacionar com outras pessoas a partir dessa função específica. Da mesma maneira, a predominância do direito restitutivo sobre o punitivo, que aparece nesse cenário da modernidade, também se apresenta como um fato social que entra em consonância com a configuração do trabalho especializado ao apontar que as transgressões deixam de ser encaradas enquanto uma ofensa à sociedade em sua totalidade e passam a ser vistas como disfunções entre partes específicas da sociedade que precisam apenas ser colocadas novamente em harmonia. Em Luhmann, o elemento basal da sociedade, a comunicação, se diferencia em diversos subsistemas funcionais. Cada um deles constrói sua própria autopoiese e passa a operar com um meio de comunicação específico que não se confunde com a comunicação de demais subsistemas (a economia opera com o dinheiro, a política com o poder, a ciência com a verdade, e assim por diante). Porém, para realizar sua operação específica, cada subsistema depende de outros cumprindo sua própria função. A ordem social é explicada pelos autores, nesse sentido, através dos próprios elementos que constituem a sociedade: a comunicação, mostrando-se na forma de subsistemas diferenciados, e o fato social trabalho, mostrando-se na forma do trabalho diferenciado e especializado.

É de salientar uma diferença notável entre os autores que diz respeito ao modo como cada um interpreta a questão da simbiose entre as dimensões diferenciadas da sociedade: o trabalho e os subsistemas. Na formulação clássica de Durkheim, a divisão do trabalho tem como produto necessário a solidariedade. Os conflitos que podem surgir a partir dessa divisão são interpretados como questões a serem superadas por regramentos mais específicos por parte do Estado e da formação de grupos profissionais corporativos. Luhmann, por sua vez, como dissemos, escreve nos anos 1980, num período em que as questões de conflito e as instabilidades entram mais em cena e em que a ordem social é explicada não a despeito, mas juntamente com os conflitos. Para Luhmann, a relação entre dois sistemas não resulta necessariamente numa harmonia; esta é coproduzida juntamente com riscos e incertezas que precisam ser geridos constantemente. É essa constante adaptação aos conflitos, e não a sua mitigação total, que permite a reprodução da ordem social. Na introdução da edição alemã de *Da divisão do trabalho*, escrita por Luhmann (2008), o autor enfatiza seu argumento criticando a ideia

durkheimiana de solidariedade, justamente por ela não pressupor um negativo que não seja a própria negação do conceito:

Embora Durkheim também fale – e essa ambiguidade não é desinteressante – de solidariedade negativa, ele rejeita explicitamente o conceito de solidariedade negativa e, portanto, uma qualidade especial e única do negativo (p. 171): a solidariedade negativa não é um tipo especial de solidariedade, apenas a ausência de qualquer tipo de solidariedade. O mesmo deve se aplicar também à moralidade se alguém se abandona ao *ductus* da teoria. A imoralidade torna-se um sintoma de deficiência e assim se funde com anomia. (Luhmann, 2008, p. 14)¹²

3. O não-social enquanto contraposto da ordem social

Argumentamos que a ideia de ordem social se apresenta para ambos os autores. Uma terceira questão que se apresenta, dessa maneira, é a da semântica sob a qual o problema da ordem se apresenta. Normalmente ele vem associado a ideias de controle, regulação e coordenação e coloca-se em oposição ao conflito de interesses, ao desvio e à falta de coordenação (Gonnet, 2015, p. 290). Estariam essas últimas características em oposição e fora do escopo da ordem social, já que pressupõem uma certa noção de problematização de regras estabelecidas, de uma ordem? Não é esse o caso. É preciso desassociar a ideia de ordem social dessa semântica do controle. A ordem social, para Luhmann e Durkheim, não indica um ordenamento específico de regras a serem seguidas. Ela aponta na verdade, como nos sugere Gonnet, para a impossibilidade de sua própria ausência: “a questão da ordem não se refere necessariamente, como se supõe habitualmente, à possibilidade incerta de sua constituição, mas está ligada à demonstração da possibilidade incerta de sua ausência” (Gonnet, 2015, p. 286)¹³. Nas palavras deste autor, o contrário da ordem social não é a desordem, mas o não-social, isto é, a falta de um sentido coletivo. Gonnet continua seu raciocínio e argumenta que os conceitos de anomia, em Durkheim, e de contingência, em Luhmann, mostram essa visão da ordem enquanto um conceito que se opõe à ausência do social:

Na distinção entre ordem social e anomia sugerida por Durkheim, podemos ver que a ordem não é diferente do incontrolável, mas se opõe à sua ausência. Da mesma forma, anomia não se refere a certa falta de disciplina ou controle, pois não é reconhecida como instância de desvio em relação a uma determinada ordem. (Gonnet, 2015, p. 291)¹⁴

12 Tradução do autor.

13 Tradução do autor.

14 Tradução do autor.

A anomia em Durkheim não é entendida como um comportamento desviante, mas enquanto uma situação em que não se observa qualquer tipo de norma social vigente ou se observa um enfraquecimento das normas vigentes. Os comportamentos a que chamamos desviantes, por sua vez, sempre podem ser compreendidos dentro de um quadro social de referências. Quando Durkheim (2011) discute o suicídio, por exemplo, ele fala sobre algo que consideramos como um comportamento desviante. No entanto, ao longo de sua explicação, vemos que todos os tipos de suicídio são explicados dentro de algum arquétipo de ordem social, em maior ou menor grau: a explicação parte do grupo social, da situação conjugal, do país em que se vive, etc. Portanto, não é o desvio de comportamento aquilo que se opõe à ordem social. Desse modo, o caso do suicídio anômico é revelador, porque ele ocorre quando há uma quebra abrupta de regras sociais e a vinda de uma situação na qual as mesmas encontram-se indefinidas (Durkheim, 2011): alguém se suicida não porque se depara com um sentido social diferente do “oficial”, mas porque, na sua situação, não encontra sentido social algum. Já no caso de Luhmann, o conceito de contingência aponta para a possibilidade constante de as coisas não terem entre si uma relação necessária e sempre serem possíveis de outro modo. Há uma tensão permanente, na obra do autor, entre uma ordem social estabelecida e a contingência; e justamente porque é a contingência que possibilita a ordem social, ela não pode desaparecer.

Em princípio, o que sustentamos é que na proposta de Luhmann há uma tensão entre sua resposta à questão da ordem social no nível metateórico ou transcendental e a resposta que se vislumbra em sua teoria sociológica. Enquanto na primeira há uma ênfase proeminente na contingência, na segunda, por outro lado, o social se expressa justamente como limite da contingência. (Gonnet, 2013, p. 15)¹⁵

A sociedade precisa, com efeito, construir mecanismos para lidar com a contingência, e é assim que ela consegue ser controlada¹⁶. Uma situação de contingência pura, no entanto, revela o não-social, porque o sistema permanece completamente indeterminado, sem construir relações constantes entre elementos que se reproduzem no tempo. A anomia e a contingência apontam, assim, para situações de suspensão das relações sociais vigentes, sejam elas quais forem, sem que necessariamente sejam substituídas por outras. Elas apontam o horizonte do não-social, do sem-sentido, do aleatório, daquilo que não faz parte da sociedade.

¹⁵ Tradução do autor.

¹⁶ Cf., novamente, o conceito de “meios de comunicação simbolicamente generalizados” (Luhmann, 2006).

Para Luhmann e Durkheim, o oposto da ordem social é o não-social. Gostaríamos apenas de reforçar brevemente esse argumento e dizer o porquê de, nesses autores, o indivíduo não ser escolhido como o oposto lógico da sociedade, uma vez que, no campo da sociologia, nos acostumamos a pensar na dualidade indivíduo/sociedade enquanto elementos opostos. Acreditamos que a resposta principal está no fato de que, na obra dos dois autores, a diferenciação da sociedade e a criação da ordem social não suprimem o indivíduo; pelo contrário, andam lado a lado com um aumento da individualização. Em Durkheim, a “consciência coletiva” (Durkheim, 2010) se retrai com o aumento da divisão do trabalho, e o “suicídio egoísta” (Durkheim, 2011) predomina nas sociedades modernas; mas esses dois fenômenos são interpretados pelo autor como sinais de uma nova configuração social dotada de um sentido específico. Já em Luhmann, a sociedade moderna inaugura um tipo de socialização no qual a inclusão em um sistema não é mais um pré-requisito para ser incluído na sociedade, como era o caso em sociedades estamentais, nas quais o pertencimento a um estrato (sistema) significava seu *status* como membro da sociedade e a sua exclusão dos demais estratos (sistemas)¹⁷. Na modernidade, não apenas o indivíduo é considerado membro da sociedade antes mesmo de ingressar em qualquer subsistema (Luhmann, 2018, p. 145), como também ele participa em uma série de subsistemas distintos (ele é ao mesmo tempo um membro de família, um consumidor econômico, um especialista profissional, um eleitor político, etc.). Dessa maneira, para Luhmann, a individualização não ameaça a configuração da sociedade moderna.

Conclusão

Tanto Durkheim quanto Luhmann constroem um arcabouço teórico de peso que lhes permite conceber a sociedade como uma realidade específica e construir a partir disso uma ordem social. A argumentação dos autores nos revela algumas semelhanças teóricas interessantes. Em primeiro lugar, ambos criam conceitos próprios para identificar uma realidade específica da sociedade (o fato social e a comunicação) que não se confunde nem com ações individuais, nem com outras dimensões de conhecimento como a biologia e a psicologia. Esses conceitos, por sua vez, formam suas próprias cadeias explicativas, possibilitando, dessa forma, a construção daquilo que podemos entender como uma explicação puramente sociológica. Em segundo lugar, os dois autores utilizam esses mesmos conceitos basais para introduzirem e explicarem a constituição de uma ordem social; isto é, argumentam sobre como a sociedade se forma e como ela se reproduz no tempo. Podemos ver, nos dois argumentos, a ideia de diferenciação da sociedade em diversos elementos (trabalho e subsistemas) que se articulam simbioticamente para formar novos tipos de solidariedade,

¹⁷ Cf., sobre “formas de diferenciação social”, *La sociedad de la sociedad* (Luhmann, 2006).

num autor, e de integração, no outro. Por fim, podemos ver que a ideia de “ordem social”, em Durkheim e Luhmann, possui um significado comum que nada tem a ver com um conjunto de regras a serem seguidas. Ela aponta, na realidade, para o fato de que os fenômenos sociais sempre possuem um sentido, seja ele qual for, e que a ausência desse sentido é o que denota a ausência do social. Não é o indivíduo, e nem um indivíduo desviante, aquilo que se opõe à ordem social, mas sim uma pura situação de contingência ou uma pura situação de anomia.

Bibliografia

- BELL, Daniel – *The Coming of Post-Industrial Society: A venture in social forecasting*. Nova Iorque: Basic Books, 1999. ISBN 9780465097135.
- BERTALANFFY, Ludwig von – *Teoria Geral dos Sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações*. 5.ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015. ISBN 9788532636904.
- BOURDIEU, Pierre – *Distinction: A social critique of the judgment of taste*. 8.ª ed. Cambridge: Harvard University Press, 1996. ISBN 9780674212770.
- DURKHEIM, Émile – *As Regras do Método Sociológico*. 4.ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. ISBN 9788580631371.
- DURKHEIM, Émile – *Da Divisão do Trabalho Social*. 4.ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. ISBN 9788578272531.
- DURKHEIM, Émile – *O Suicídio*. 2.ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. ISBN 978-85-7827-385-9.
- GIDDENS, Anthony – *The Constitution of Society Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press, 1986. ISBN 9780520057289.
- GONNET, Juan Pablo – *Acerca de la tensión entre contingencia y orden social en la teoría sociológica de Niklas Luhmann. X Jornadas de Sociología*. Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires: Buenos Aires, 2013.
- GONNET, Juan Pablo – *Durkheim, Luhmann y la delimitación del problema del orden social. Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*. [s.l.]. ISSN 2448-492X. 60:225 (2015) 285-310.
- HABERMAS, Jürgen – *The Theory of Communicative Action – Volume 2: Lifeworld and system: a critique of functionalist reason*. Boston: Bacon Press, 1985. ISBN 9780807014011.
- LUHMANN, Niklas – *Sistemas Sociais – Esboço de uma teoria geral*. Petrópolis: Vozes, 2016. ISBN 9788532652331.
- LUHMANN, Niklas – *La sociedad de la sociedad*. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2006. ISBN 96858072095.
- LUHMANN, Niklas – *Ecological Communication*. Chicago: University of Chicago, 1989. ISBN 9780226496511.

- LUHMANN, Niklas – *Die Moral der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2008. ISBN 9783518294710.
- LUHMANN, Niklas – *Teoria dos Sistemas na Prática – Vol. 1: Estrutura social e semântica*. Petrópolis: Vozes, 2018. ISBN 9788532657657.
- LYOTARD, Jean François – *The Postmodern Condition – A report on knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984. ISBN 9780816611737.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco; URIBE, Ricardo – *Autopoiesis: the organization of living systems, its characterization and a model. Byosystems*. [s.l.]. ISSN 0303-2647. 5:4 (1974) 187-196.
- PARSONS, Talcott – *The Social System*. [S.l.]: Quid Pro Llc, 2012. ISBN 9781610271394.
- PARSONS, Talcott – *The Structure of Social Action: A study in social theory with special reference to a group of recent European writers*. London: Forgotten Books, 2018. ISBN 9780282439712.
- SPENCER-BROWN, George – *Laws of Form*. 5.^a ed. Leipzig: Bohmeier Verlag, 2008. ISBN 9783890945804.

- Receção: 31.03.2022

- Aprovação: 21.06.2022

SARMENTO, João - Recensão de SILVA, Manuel Carlos; BAPTISTA, Luís Vicente; RIBEIRO, Fernando Bessa; FELIZES, Joel; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales (orgs.) - *Espaço Urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito*. Famalicão: Húmus, 2020. ISBN 9789897555572. *Configurações* [Em linha]. 31 (2023) 157-160. ISSN 2182-7419.

Recensões | Recensions

SILVA, Manuel Carlos; BAPTISTA, Luís Vicente; RIBEIRO, Fernando Bessa; FELIZES, Joel; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales (orgs.) - *Espaço Urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito*. Famalicão: Húmus, 2020. ISBN 9789897555572.

JÓÃO SARMENTO*

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (ICS-UM)
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)

Há poucos anos, o geógrafo David Harvey escreveu, tradução minha do inglês, que já “não é mais uma mera troca de valor que impulsiona a atividade do mercado imobiliário, mas uma procura pela acumulação de capital através da manipulação de mercados imobiliários. O rápido aumento dos preços dos imóveis parece beneficiar os proprietários, mas os principais beneficiários são de facto os bancos, as instituições de crédito e os grandes conglomerados e os *hedge funds* que aderiram ao jogo especulativo” (A Tale of Three Cities, *Tribune*, 10.1. 2019). O autor encerrou este mesmo texto com um lamento sobre “as desastrosas consequências mundiais de não se perseguir determinadamente a solução óbvia: habitação no domínio público. O valor de uso deve vir em primeiro lugar”.

Integrado na coleção *Debater o Social*, cujo diretor é um dos organizadores do livro, *Espaço Urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito* nasceu do projeto de investigação “Modos de vida e formas de habitar: ilhas e bairros

*E-mail: j.sarmento@geografia.uminho.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-4770-2427>

populares no Porto e em Braga”, coordenado por Manuel Carlos Silva e financiado pela FCT entre 2016 e 2020. Como parte deste projeto, e já na sua parte final, realizou-se em Braga o Colóquio Internacional sobre *Espaço Urbano e Habitação como Primeiro Direito* (outubro 2019). Foi precisamente a partir de várias das intervenções deste Colóquio Internacional que nasceu este livro, organizado em 13 capítulos, e com uma matriz interdisciplinar: nove sociólogos, dois arquitetos, dois geógrafos, um antropólogo, uma demógrafa e um investigador na área do direito.

O encadeamento feliz dos capítulos inclui três textos mais teóricos ou concetuais, isto é: os capítulos I, “Espaço, cidade e habitação como primeiro direito”, e VI, “Cidade e classes sociais: uma perspetiva histórico-sociológica”, ambos de Manuel Carlos Silva, e o capítulo V, “Cidades e patrimonialidade urbana”, de Carlos Fortuna. No capítulo I, revisita-se a teoria urbana e alguns dos seus modelos explicativos – o funcionalista, o bio-ecológico-cultural, o neo-weberiano, o neomarxista e o simbólico-cultural –, ancorando ou focando a discussão na centralidade da cidade como espaço de acumulação de capital. Aflora-se a ausência de políticas habitacionais em Portugal (ou melhor, a ausência de um Estado promotor, pois o Estado teve um papel-chave através do apoio ao crédito para aquisição de habitação própria), abordando-se o projeto já referido sobre ilhas e bairros populares no Porto e em Braga. Uns capítulos mais tarde, o mesmo autor repassa tipologias urbanas, destacando as articulações weberianas e marxistas e fazendo uma análise interdisciplinar, com partida sobretudo da Geografia e da Sociologia. O texto desemboca também na discussão do processo de urbanização português e nos antecedentes da Lei de Bases da Habitação. O capítulo V, de Carlos Fortuna, que tanto poderia aparecer no fim ou no início do livro, apresenta uma reflexão sobre a nossa relação com as ruínas, com o envelhecimento material e a passagem do tempo na sociedade e na cidade. Foca processos como a contra-monumentalidade, a despatrimonialização e os excessos inflacionários patrimonialistas, tendo sempre em vista a necessidade da participação plural no entendimento de patrimonialidade.

O livro inclui dois textos que procuram contextualizar o caso português: o capítulo II, “Dinâmicas de habitação e as crises em Portugal”, de Teresa Costa Pinto, e o capítulo III, “Políticas públicas no campo da habitação”, de Luís Vicente Baptista. O primeiro traça uma genealogia das sucessivas crises da habitação que afetaram e afetam Portugal – no pós-25 de Abril, nos anos 2007-2008 até 2014-2015 e na atualidade –, da crise global, que apelida de cirúrgica e seletiva, e das clivagens geracionais e territoriais. O segundo revisita as diversas gerações de intervenção institucional em Portugal no campo das políticas públicas de habitação, sublinhando a

necessidade de diálogo entre políticas de tempos diferentes e com lógicas distintas e os organismos que as tutelam.

Seis dos capítulos têm um caráter mais empírico. O capítulo IV, “A cidade informal em Portugal, o caso da Amadora”, de Elena Tarsi, parte da multiplicidade de manifestações de assentamentos informais, para uma caracterização do caso português, e das situações distintas de bairros clandestinos e “bairros de barracas”. Depois debruça-se sobre o Programa Especial de Realojamento (PER), passando pela demolição violenta do Bairro 6 de Maio, terminando com um conjunto de reflexões para uma mudança de paradigma na leitura do fenómeno da cidade informal. O capítulo VII, “Descivilizar, demonizar, desmobilizar, demolir, Bairro Aleixo, Porto”, de João Queiroz, faz uma genealogia do Bairro do Aleixo, procurando perceber como se chegou à situação de “depreciação material e simbólica” no início da sua demolição. Depois reflete sobre a ideia de demolição como solução, revendo as ações políticas camarárias e a estigmatização que se foi construindo, terminando com uma discussão muito interessante sobre a parêntese discursiva “descivilização e demonização” e a produção do que entende ser a ausência de conflito no Bairro do Aleixo. O capítulo VIII, “Habitação operária em Lisboa”, de Gonçalo Antunes, fornece um panorama da expansão da cidade de Lisboa na segunda metade do século XIX, da sobreocupação, e do surgimento de pátios – como pequenos aglomerados informais e insalubres – e vilas operárias – com condições superiores, de modelo racional, utilitário e funcionalista, mas com condições severas. Enquanto geógrafo, oferece uma análise espacial da implantação destes tipos de habitação e conseqüentemente da dinâmica urbana na cidade na transição do século XIX para o XX. O capítulo IX, “Problemas de habitação no centro histórico de Guimarães”, de Fernando Bessa Ribeiro, Teresa Mora e Margarida Sousa, traz-nos as vozes de residentes do centro histórico de Guimarães, por forma a refletirmos sobre a fragilidade da posição dos arrendatários face à ideia de justiça espacial e de direito à habitação. Fala-nos da vulnerabilidade daqueles que têm menos poder e menos visibilidade e da ansiedade e incerteza em que vivem, submersos que estão nas lógicas neoliberais da cidade contemporânea. O capítulo X, “Ocupação urbana na AM Brasília”, de Ana Maria Nogales Vasconcelos, leva-nos através da idealização e utopia da Brasília de Juscelino Kubitschek e Lúcio Costa e do processo de ocupação urbana do Distrito Federal até à formação da Área Metropolitana de Brasília e à expansão e explosão das periferias metropolitanas. Descreve a ocupação irregular e o aumento de informalidade e aponta para o problema de habitação de mais de cem mil famílias de renda baixa. Por fim, o capítulo XI, “Política habitacional em Brasília”, de Luiz Fernando Macedo Bessa e Wanderson Maia Nascimento, centrado também naquela que é uma das cidades mais dispersas do

mundo, percorre as desigualdades e segregação socioespacial resultantes de questões raciais. Reflete ainda sobre a democracia participativa e as disputas territoriais.

Por fim, o livro apresenta dois capítulos – XII e XIII – de natureza diferente. Debruçam-se sobre políticas públicas de habitação e especificamente sobre a Lei de Bases da Habitação, aprovada em 2019. O primeiro é composto de duas notas, tendo autoria de Pedro Soares, do grupo parlamentar do BE, e de Carla Cruz, do grupo parlamentar do PCP, respetivamente. O segundo, da autoria de Manuel Carlos Silva, Fernando Matos Rodrigues, António Cerejeira Fontes e António Cardoso, é um comentário crítico extenso sobre o conteúdo e insuficiência desta mesma Lei de Bases da Habitação. Ainda que este último texto crítico encerre bem o livro, atrevo-me a dizer que talvez os organizadores pudessem ter um capítulo final conclusivo dos vários assuntos em discussão e não apenas desta questão específica. Este último texto seria assim um contraponto ao prefácio, que na verdade funciona mais como uma introdução, tendo um grande detalhe de descrição dos vários capítulos, o que permite numa leitura rápida perceber do que o livro é feito.

Ainda que claramente académico, este livro está comprometido com transformações sociais e assume mesmo um carácter militante, fazendo uma ponte entre o saber académico, concetual, de reflexão, e o compromisso da mudança e de futuros mais justos. Se alguns capítulos têm uma dimensão histórica importante, são vários os textos que destacam a relevância das vozes dos habitantes, da centralidade da experiência humana nas questões da habitação e do envolvimento e participação das pessoas nos processos de planeamento e desenvolvimento. A questão de fundo que se discute é se os problemas da habitação se resolvem através de uma mudança estrutural das políticas de habitação, mudança política essa que estanque os movimentos especulativos e a financeirização em curso. Para quem se interessa por temas da habitação e as suas crises, da especulação imobiliária, da casa como instrumento de acumulação de capital, dos processos de regeneração e gentrificação, da habitação clandestina, da justiça espacial, este é um livro importante, direcionado para um público universitário vasto, abrangendo as áreas da sociologia, geografia, economia, arquitetura, urbanismo, história, direito e antropologia.

- Receção: 22.11.2022

- Aprovação: 12.12.2022